

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO INTERINSTITUCIONAL DE HISTÓRIA

UFF – UNICENTRO

MESTRADO EM HISTÓRIA SOCIAL

**A INFÂNCIA MULTIFACETADA:  
REPRESENTAÇÕES E PRÁTICAS DISCURSIVAS NO PARANÁ DO INÍCIO DO  
SÉCULO XX**

PATRICIA TEREZINHA DA SILVA

GUARAPUAVA  
2007

PATRICIA TEREZINHA DA SILVA

**A INFÂNCIA MULTIFACETADA:  
REPRESENTAÇÕES E PRÁTICAS DISCURSIVAS NO PARANÁ DO INÍCIO DO  
SÉCULO XX**

Dissertação apresentada ao Curso de Pós – Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial para obtenção do Grau de Mestre. Área de Concentração: História Social.  
Orientadora: Prof. Dra. Beatriz Anselmo Olinto

Guarapuava  
2007

PATRICIA TEREZINHA DA SILVA

A INFÂNCIA MULTIFACETADA:  
REPRESENTAÇÕES E PRÁTICAS DISCURSIVAS NO PARANÁ DO INÍCIO DO  
SÉCULO XX

Dissertação apresentada ao Curso de Pós – Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial para obtenção do Grau de Mestre. Área de Concentração: História Social.

BANCA EXAMINADORA

---

---

---

Pelo orgulho que sentiu desta conquista:

Ao vô Lauro (in memoriam)

## **AGRADECIMENTOS**

Aos professores da UFF, que demonstraram imensa preocupação e seriedade com este programa;

À Professora Beatriz Anselmo Olinto, pela orientação deste trabalho;

Às professoras Ana Mauad e Márcia Motta, pelas contribuições no processo de qualificação;

À Professora Neonila Demczuk Gomes, pela revisão ortográfica deste trabalho;

Aos meus pais Osnyldo e Tereza, pela formação que me proporcionaram;

Ao meu esposo Fábio, pelo incentivo e pela presença nos momentos decisivos desta pesquisa;

Aos meus pequenos Sarah e Diogo, pelo amor incondicional.

“As ciências da sociedade não têm de imitar, pedir emprestado, transpor, mas definir sua própria escolha, a mais apropriada ao conhecimento da sociedade – não em sua generalidade e sua eternidade, mas em seu lugar, seu momento e seu movimento. Nessa perspectiva situa-se a importância da desordem,

manifesta em toda sociedade e em todo tempo; com a quase-certeza que nenhum poder poderá aboli-la por uma polícia das coisas (racionalidade inteiramente dominadora do mundo), uma polícia dos seres (governo absoluto e total), uma polícia das idéias (despotismo da conformidade).”

Georges Balandier

## RESUMO

Esta pesquisa tem por objetivo analisar as representações de infância no Paraná do início do século XX. Discute a construção histórica do conceito “menor” e como esse vocábulo foi utilizado nos artigos do Jornal *O Pharol*, no início da década de 1920. Analisa também as representações de infância existentes na revista paranista *Ilustração Paranaense*, por meio das fotografias ali editadas, que difundem um único perfil de criança: branca e pertencente à classe dominante. Essa revista foi a principal publicação do movimento paranista nos anos de 1927-1930. Na seqüência, explana o projeto da “Colônia Infantil Agrícola”, proposta pelo principal “líder” do movimento acima citado (Romário Martins), ao atuar como deputado estadual (1909). O projeto foi apresentado sob a justificativa de que o ensino agrícola era “o mais eficaz agente educativo” e destinava-se ao “menor desvalido”. Analisar a estigmatização das crianças enquanto “menor”, bem como os mecanismos de segregação, a que elas seriam submetidas na Colônia Agrícola, é um dos objetivos principais desta pesquisa, que compreende como estigma um processo relacional, um atributo depreciativo sempre em relação a um outro(s).

Palavras – chave: infância - “menor”- retidão - disciplina

## ABSTRACT

This work aims to analyze representations of childhood in Paraná in the beginning of the 20<sup>th</sup> century . It also discusses the historical concept of “minor” and how this word was used in articles in the newspaper “O Pharol” in the early 20’s. It analyzes the representations of childhood existing in the “paranista” magazine “*Ilustração Paranaense*”, by using photographs published in it, which spread a unique profile of a white child belonging to a dominant class. This magazine was the main issue of the “paranista” movement from 1927 to 1930. Afterwards, this work explains the project of “Colônia Infantil Agrícola” (infantile agricultural colony) proposed by the main leader of this movement- Romário Martins, as a deputy of the estate of Paraná (1909). Such project was presented as being “the most efficient educational agent” and was addressed to the underprivileged “minor”. Analyzing the stigmatization of children as “minors” as well as the mechanisms of casting to which they would be submitted in the colony (colônia agrícola) is one of the main goals of this work, which comprehends as stigma a relational process, a depreciative feature, always related to others.

Key-words: childhood, “minor”, character, discipline.

**LISTA DE FIGURAS**

Fig.1 – Capa da Revista <i>Ilustração Paranaense</i> (jan. 1928) .....	40
Fig. 2 – A Saudação aos Pinheiros .....	44
Fig. 3 – Desenho de A. Nísio .....	56
Fig. 4 – Dia da Criança .....	57
Fig. 5 – Camara Pathé – Baby .....	58
Fig. 6 – Brinquedos Modernos .....	60
Fig. 7 – Elite Curitibana .....	61
Fig. 8 – Criança Dormindo e Sonhando .....	62
Fig. 9 – A Beleza Infantil do Paraná .....	64
Fig. 10 – Crianças .....	66
Fig 11 - Senhora Dircélia .....	67
Fig. 12 – Escola Agrônômica do Paraná .....	99

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	11
<b>CAPÍTULO I - REPRESENTAÇÕES DO “MENOR” E DA INFÂNCIA EM GUARAPUAVA (1921-1922)</b> .....	16
1.1. DISCURSOS SOBRE A DESORDEM .....	18
1.2. CORPO DISCIPLINADO: DOCILIDADE COMO OBJETIVO .....	28
1.3. O DISCURSO DA RETIDÃO: O PINHEIRO E A INFÂNCIA .....	39
<b>CAPÍTULO II – EUGENIA, PARANISMO E EDUCAÇÃO: A CRIANÇA NA ILLUSTRACÃO PARANAENSE (1927-1930)</b> .....	45
2.1. PARANISMO: UM EMBATE HISTORIOGRÁFICO .....	46
2.2. INFÂNCIA RETRATADA: UM IDEAL DE PERFEIÇÃO .....	51
2.3. EUGENIA E EDUCAÇÃO: PERPECTIVAS DE SALVAÇÃO .....	68
<b>CAPÍTULO III - ROMÁRIO MARTINS E A EDUCAÇÃO RURAL</b> .....	81
3.1. “AQUI NÃO HÁ DELINQUENTES”: A COLÔNIA INFANTIL AGRÍCOLA ...	82
3.2. PALAVRAS DE UM “INCORRIGÍVEL OTIMISTA”: A AGRICULTURA É A MAIS IMPORTANTE DAS PROFISSÕES .....	89
3.3. EDUCAR O CABOCLO E ASSISTIR A FAMÍLIA E A INFÂNCIA .....	101
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	107
<b>FONTES</b> .....	109
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	111

## INTRODUÇÃO

Pensar a infância na história e as formas como esse período da vida foi representado, assim como refletir sobre os discursos que a tem como referência, é um trabalho que exige o esforço de articular as imagens e as práticas discursivas ao contexto sócio-cultural de sua criação. De forma alguma se pretende isolar essas análises do processo histórico, ou, mais simplificada, isolar as partes do todo. As fontes são fragmentárias e a escrita da história se faz por meio de indícios, cabendo, então, ao historiador, analisá-los, inserindo-os na totalidade histórica.

Esta pesquisa tem por objetivo analisar as representações de infância no Paraná do início do século XX, no contexto de atuação do Movimento Paranista.<sup>1</sup> Situando este trabalho historiograficamente, é preciso dizer que se insere na chamada “história da infância”, colocada no mapa historiográfico a partir da expressiva contribuição do historiador francês Philippe Ariès, ao lançar sua polêmica obra “*História Social da Criança e da Família*”<sup>2</sup>, publicada em 1960. Em seu estudo sobre as famílias e as escolas durante o antigo regime, Ariès defende que a idéia de infância, ou, mais exatamente, que o sentimento da infância, não existia na Idade Média. O grupo etário que chamamos de “crianças” era visto, mais ou menos, como animais até a idade de sete anos e quase que como uma miniatura dos adultos daí em diante. A infância, de acordo com Ariès, foi descoberta na França, na altura do século XVII. Foi por esse tempo que, por exemplo, roupas especiais eram destinadas às crianças. Cartas e diários do período documentam o interesse crescente dos adultos no comportamento das crianças, que tentavam, algumas vezes, reproduzir a fala infantil. O autor baseou-se também em registros iconográficos, como o crescente número de quadros de crianças, para ilustrar a hipótese de

---

<sup>1</sup> Movimento político-cultural surgido na década de 1920, por meio do qual lançaram-se ações e representações com o objetivo de propiciar o desenvolvimento do Estado do Paraná. Enfraquecidos e dispersos pela “Revolução de 1930”, os intelectuais ligados ao movimento tentaram um retorno em 1932, sem, contudo, obterem a concretização de seus ideais. Ver: SOUZA, Fabrício Leal de. *Nação e Herói: A Trajetória da Intelectualidade Paranaense*. Dissertação de mestrado: Assis: UNESP, 2002

<sup>2</sup> ARIÈS, Philippe. *História Social da Criança e da Família*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan S/A, 1981.

que a consciência da infância como uma fase do desenvolvimento humano retroage ao limiar dos tempos modernos – não vai além.

As teses expostas na obra foram criticadas por muitos historiadores, conforme seu próprio autor faz referência ao prefaciá-la. Pelo sim, pelo não, o que importa, de fato, é que ela serviu e serve de inspiração para muitos profissionais da História, que se aventuram no vasto campo de estudo que é a história da criança. Em diversas regiões e períodos ela tem servido de apoio para a busca da compreensão desse período da vida.

Também se pretende chamar a atenção para o uso da iconografia como fonte, e sua eficácia no tocante à compreensão histórica deste fenômeno da vida humana que é a infância, porém sempre relacionado com a vivência cultural. É justamente o que se pretende fazer aqui, analisando imagens de criança e discursos que tratam dela, contextualizar as tendências intelectuais do início do século XX, que andavam afinadas com as teorias raciais e as concepções eugênicas que se alastravam pelo país. Assim como muito bem exprimiu Del Priore, “o historiador brasileiro deve procurar suas próprias respostas, pois entre nós, tanto a escolarização quanto a emergência da vida privada chegaram com grande atraso.”<sup>3</sup>

Percebe-se, então, que é impossível realizar uma transferência teórica para o contexto brasileiro e paranaense, “a historiografia internacional pode servir de inspiração, mas não de bússola”.<sup>4</sup> É na trilha de Del Priore que se procurará responder aos próprios problemas, tentando compreender essa “busca da verdade” sobre a criança, já que ela é motivo de imenso cuidado e foco de referência de tantos discursos. Sabe-se que a preocupação com a infância não é algo recente, mas é o presente que permite ao historiador formular certos questionamentos, pois estes são influenciados pelo seu tempo, realizando escolhas e deixando sua marca em cada trabalho e em cada pesquisa, ao tentar responder suas inquietações. É olhando para este presente, para as instituições de atendimento à infância, para o total fracasso da FEBEM, para o modelo educacional que não proporciona o livre pensamento das crianças, que se quer desenvolver esta dissertação, pois como bem apontou Ariès, “penso que nunca segui um comportamento histórico que não tivesse como ponto de partida uma questão colocada pelo presente”. Assim, ao olhar para o passado, dialoga-se com o presente.

Esta pesquisa tem por objetivo mostrar a criança não como um ser único, mas multifacetado. Ora aparece como um problema: “desordeira, irregular, pobre, desvalida”, como na concepção de “menor” encontrada nas articulações do jornal *O Pharol* (1921-1922)

<sup>3</sup> PRIORE, Mary Del (org.). *História das Crianças no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2002. (p. 9-10)

<sup>4</sup> PRIORE. Op.cit. (p.11)

de Guarapuava e que serão trabalhadas no primeiro capítulo desta dissertação. Ora aparece idealizada: “branca, sadia, dócil, perfeita”. Tais formas são encontradas na Revista *Ilustração Paranaense* (1927-1930), a serem analisadas no segundo capítulo do presente trabalho. Ora, ainda, ela aparece como um problema possível de ser solucionado: “submetida à institucionalização, em processo de disciplinarização”, como no caso do “menor” em processo de disciplina encontrado no projeto da Colônia Infantil Agrícola de Romário Martins, a ser examinado no terceiro capítulo.

As várias faces da criança se evidenciam no âmbito discursivo. Há muitas falas revestidas de autoridade que pretendem reduzir a vivência infantil ao mundo das palavras. Palavras que dizem como ela deve ser cuidada, alimentada, docilizada, disciplinada, institucionalizada, educada... Palavras que supervalorizam ou estigmatizam essa fase da vida. Esta análise pretende contribuir com a historiografia paranaense que, ao contrário da produção histórica de São Paulo e Rio de Janeiro, ainda está dando seus primeiros passos. Assim, será possível iniciar a compreensão das representações de infância nas fontes paranaenses do início do século XX.

No capítulo I, chamado “Representações do ‘menor’ e da infância em Guarapuava (1921-1922)”, será demonstrado como a abordagem do jornal *O Pharol* constrói o problema “menor” e quais são as supostas soluções apontadas para o problema. Para corrigir o que estava “torto”, um articulista do jornal referido fala da importância da educação física nas escolas, como meio disciplinador dos corpos e mentes infantis. Também por meio de uma edição especial para o centenário da independência, do mesmo jornal, será analisado o discurso proferido pelo diretor do Grupo Escolar Visconde de Guarapuava, ao realizar o plantio da “árvore da independência”. Essa árvore é um símbolo paranista (o pinheiro araucária) que, através da significação de suas características, passa a ser lido como uma mensagem de retidão às crianças presentes no ato, bem como a todos os paranaenses. Com isso, pretende-se mostrar como as idéias paranistas dos intelectuais curitibanos chegam a Guarapuava e ali são novamente utilizadas.

No capítulo II, intitulado “Eugenia e Paranismo”: A Criança na *Ilustração Paranaense* (1927-1930), será apresentado um debate sobre os significados do Movimento Paranista, do qual Romário Martins foi o principal líder. Feito isso, serão analisadas fotos de criança divulgadas na revista paranista *Ilustração Paranaense*, a qual foi a principal publicação do movimento nos anos de 1927 a 1930. A criança presente nessas fontes é uma

criança branca e de elite<sup>5</sup>, o que permite a percepção da sintonia dos intelectuais paranistas com o debate nacional sobre o branqueamento da população brasileira no início do século XX. Sintonia esta com as teorias raciais e as concepções eugênicas, que propunham um suposto melhoramento genético da espécie humana. Para isso, é preciso discutir a eugenia enquanto conceito, perceber como tais idéias adentraram em nosso país, visualizar quais foram as principais questões debatidas pelos intelectuais eugenistas e identificar quais eram os seus projetos para a nação. Assim será mostrada uma outra face do movimento paranista, até agora não analisada pela historiografia local.

No capítulo III, “Romário Martins e a educação rural”, procurar-se-á apresentar o pensamento sobre a infância do principal articulador do movimento paranista, Romário Martins, inserido em seu tempo histórico, final do século XIX e início do século XX. Busca-se assim, uma compreensão desse intelectual como um homem de seu tempo e lugar social. Para isso, será utilizado como fonte o projeto de Lei de Romário Martins de 1909: A Colônia Infantil Agrícola, destinada aos “menores desvalidos”. Esse projeto será inserido no pensamento ruralista,<sup>6</sup> já que seu autor foi um grande defensor da agricultura como atividade fundamental na educação voltada para o trabalho.

O trabalho agrícola era visto pelo autor como um formador moral, para além da atividade produtiva, assim o terceiro capítulo também analisará o caráter disciplinar da proposta e as relações de poder-saber ali elaboradas. Na continuidade será analisado um discurso proferido por Martins, como orador de uma turma de agrônomos, em 1937, quando defende praticamente as mesmas idéias utilizadas no projeto da Colônia 28 anos antes. Depois disso, em 1940, o autor retoma em sua fala a necessidade de escolas rurais especiais para a educação e socialização do caboclo. São três momentos onde Martins defende a eficácia do ensino agrícola, porém para pobres e caboclos. Esse capítulo visa mostrar as imbricações entre o regional (paranismo) e o nacional (ruralismo).

É impossível construir o passado tal como ele foi, mas estabelecer relações entre esses fragmentos e dar a eles a devida atenção é contribuir para uma reconstrução da história, que será sempre problemática e conflituosa. Vários discursos se cruzam, tendo sempre como referência o cuidado com a infância. É o caso das imagens de criança presentes em várias

---

<sup>5</sup> Por elite entende-se “qualquer grupo ou categoria em um sistema social que ocupa uma posição de privilégio e dominação”. JOHNSON, Allan G. Dicionário de Sociologia: guia prático de linguagem sociológica. Rio de Janeiro: Zahar, 1997 (p 82).

<sup>6</sup> A definição de ruralismo se encontra no capítulo terceiro desta dissertação.

edições da revista *Ilustração Paranaense*, que serão analisadas a seguir. Elas ajudarão a compreender melhor as estratégias discursivas. Para isso, nada melhor do que a reflexão de Carlo Ginzburg sobre o paradigma indiciário: “a existência de uma profunda conexão que explica os fenômenos superficiais é reforçada no próprio momento em que se afirma que um conhecimento direto de tal conexão não é possível. Se a realidade é opaca, existem zonas privilegiadas – sinais, *indícios* – que permitem decifrá-la.”<sup>7</sup>

Muitos podem ainda criticar a busca por uma compreensão sobre as diferentes concepções de infância existentes nas fontes referidas, pois essas são apenas indícios, ou melhor, pistas, porém, como Ginzburg alertou, os vestígios marginais podem ser reveladores de um universo maior. Ou, ainda, pode-se lembrar Marc Bloch no mesmo sentido, quando já havia definido o ofício do historiador como o de um investigador que se esforça para reconstruir um crime ao qual não assistiu; a história como um conhecimento indireto, um conhecer através de vestígios.<sup>8</sup>

Assim, essas crianças têm muito a dizer sobre a forma como pensaram os intelectuais paranistas, sobre os preconceitos e as diferenças sociais, sobre o ideal de perfeição e suas contradições discursivas, sobre a exclusão da diferença... É preciso e imprescindível ao historiador ter olhos para ver além do aparente, para ver as imbricações existentes entre as representações do mundo social e seus sujeitos.

---

<sup>7</sup> GINZBURG, Carlo. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. In: *Mitos, emblemas e sinais*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. (p.167)

<sup>8</sup> BLOCH, Marc. Apologia da História ou o Ofício de Historiador. Rio de Janeiro: Zahar, 2001 (p. 69 e 73)

## CAPÍTULO I

### REPRESENTAÇÕES DO “MENOR” E DA INFÂNCIA EM GUARAPUAVA (1921-1922)

No início do século XX, a classe dominante em Guarapuava se apressava em acompanhar os passos inscritos pela modernidade, buscando atingir o “progresso” experimentado por cidades maiores, como Rio de Janeiro e São Paulo. A preocupação em consumir e se comportar de acordo com os padrões das cidades há pouco referidas, ilumina a compreensão de que se estava frente à construção de uma nova dinâmica urbana que buscava estar em sintonia com a vida moderna.<sup>9</sup> O cenário urdido pela capital brasileira em fins do século XIX só iria corroborar a idéia, construída desde a vinda da família real portuguesa para o Brasil, de ser ela o paradigma de “um centro avançado”, de forma a dinamizar o desejo em outros centros de lhe “copiar” seja as formas, seja o estilo de vida.<sup>10</sup>

Porém, segundo os discursos dominantes no período, para que esse desejo de modernidade fosse atingido, seria preciso “limpar” a cidade, expelindo do convívio social aqueles que não correspondessem a um padrão de ordenamento do espaço ali planejado. Entre esses “mal ajustados” figurava um tipo de criança, que significou uma ameaça à ordem social, eis o “menor”, assim denominado pela classe dominante e pelo vocabulário jurídico, conforme será visto a seguir.

O conceito “menor” é bastante intrigante, pois é carregado de preconceito e estigmas. Esta pesquisa compreende como estigma “um processo relacional, um atributo profundamente depreciativo sempre em relação a um outro(s).”<sup>11</sup> No caso aqui analisado, podemos afirmar convictamente que, quando uma criança é chamada de “menor”, sua imagem está sendo depreciada, pois se referir a ela de tal forma não significa nenhum elogio, pelo contrário, estará recebendo a pecha de bandidinha, desordeira, marginal... Todo conceito, porém, é construído historicamente, tem algo a dizer sobre a época de sua construção.

---

<sup>9</sup> TEMBIL, Márcia Terezinha. *História, Memória e Imaginário: Guarapuava, uma cidade no processo de modernização (1950-2004)* Tese de doutorado: Assis, 2004. (p.104)

<sup>10</sup> Idem (p.105)

<sup>11</sup> GOFFMAN, Erving. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan S.A., 1988. (p.13)

Segundo Fernando Torres Londoño <sup>12</sup>, ao fazer um levantamento bibliográfico no acervo da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, sobre o termo “criança”, uma das questões que chamou a atenção foi o fato de que a partir do fim do século XIX e começo do XX, a palavra “menor” aparecia freqüentemente no vocabulário jurídico brasileiro. Antes dessa época o uso da palavra não era tão comum e tinha significado restrito. A partir de 1920 até hoje em dia, a palavra passou a referir e indicar a criança em relação à situação de abandono e marginalidade, além de definir sua condição civil e jurídica e os direitos que lhe correspondem.

Marcílio também se preocupou em refletir sobre essa designação da infância. De um lado, o termo “criança” foi empregado para o filho das famílias bem postas. “Menor” tornou-se o discriminativo da infância desfavorecida, delinqüente, carente, abandonada. Assim:

Do início do século, quando se começou a pensar a infância pobre no Brasil, até hoje, a terminologia mudou. De ‘santa infância’, ‘expostos’, ‘órfãos’, ‘infância desvalida’, ‘infância abandonada’, ‘petizes’, ‘peraltas’, ‘menores viciosos’, ‘infância em perigo moral’, ‘pobrezinhos sacrificados’, ‘vadios’, ‘capoeiras’, passou-se a uma categoria dominante – *menor*. O termo *menor* aponta para a despersonalização e remete à esfera do jurídico e, portanto, do público. <sup>13</sup>

Pode-se afirmar, então, que o conceito vinha se formando e foi consolidado por meio da nomenclatura jurídica na virada dos séculos acima referidos. Essa criança pobre, que povoa as ruas das cidades brasileiras, vai ser considerada um problema. Em Guarapuava não foi diferente, é o que será visto na seqüência.

### 1.1. DISCURSOS SOBRE A DESORDEM:

Vejamos como o termo “menor” foi utilizado em Guarapuava nas articulações do jornal “O PHAROL” no ano de 1921:

<sup>12</sup> LONDOÑO, Fernando Torres. A origem do conceito menor. In: PRIORE, Mary Del (org.). *História da Criança no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1996. (p. 129)

<sup>13</sup> ALVIM, M. Rosilene Barbosa; VALLADARES, Licia do Prado. Apud MARCÍLIO, Maria Luiza. A Fase da Filantropia (até meados do século XX) In: *História Social da Criança Abandonada*. São Paulo: HUCITEC, 1998. (p.195)

### AÇÃO POLICIAL CONTRA O JOGO

A polícia, organizando uma pequena “canoa”, deteve alguns menores, que nos arrebaldes se davam ao vício do jogo.

O Senhor Delegado, após algumas repreensões e assustá-los com promessas de os castigar se reincidissem, mandou soltá-los.

Aplaudimos sinceramente a digna ação do senhor delegado. Aja sempre desse modo, seja definitivamente o reorganizador e moralizador da nossa sociedade, e sempre o aplaudiremos, podendo contar conosco, para o que julgar necessário, nesse ponto... (sic)<sup>14</sup>

Podem-se destacar alguns termos do trecho acima, como: menores, arrebaldes, vício, repreensões, assustá-los, digna ação, reorganizador, moralizador e relacioná-los ao que bem disse Foucault<sup>15</sup>: “o novo não está no que é dito, mas no acontecimento de sua volta”. Tais acontecimentos dão novos sentidos a velhos discursos.

Este acontecimento, a ação policial contra o jogo, no sentido regenerador, faz lembrar a prática higienista. Para exemplificar, nas cartas sobre a educação de Cora, o médico José Lino Coutinho, expondo os fundamentos e objetivos de seus propósitos educativos, diz: “É por este modo que se cultivam as plantas, e também por ele que se educam os homens que, quando ternos e flexíveis, recebem sem o pensarem todas as impressões e doutrinas, mas, quando duros e grandes, tarde ou nunca se endireitam. O homem bem definido é um animal de hábitos. (...)”<sup>16</sup>

O senhor delegado de Guarapuava nada mais fez do que isso, repreendeu e assustou, ameaçou castigo, caso voltassem ao vício do jogo. Fez o papel do moralizador, do que tudo faz pela ordem. Quis deixar sua impressão nos menores, para que eles se “endireitassem”.

Ainda falando do jogo como vício durante o ano de 1921, temos outra reportagem:

(...) o próprio menor que abandonei para não usar da força, pode dizer se o contundi ou o tratei asperamente, quando o busquei trazer á presença do Sr. Delegado. Esses pais deverão agradecer-me e não acusar por lhes ter feito um favor, evitando que os seus filhos sigam essa ingrata profissão, a mais deprimente para um homem – do jogo. (sic)<sup>17</sup>

<sup>14</sup> Jornal O PHAROL. Guarapuava, 28 de agosto de 1921. ano III. nº 86. ( p. 2 ).

<sup>15</sup> FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. São Paulo: Loyola, 1993.

<sup>16</sup> COSTA, Jurandir Freire. *Ordem Médica e Norma Familiar*. Rio de Janeiro: Graal, 1999. (p. 173-174).

<sup>17</sup> Jornal O PHAROL. Guarapuava, 04 de setembro de 1921. ano III. nº 87. ( p. 3 ).

Novamente se percebe o fundo disciplinador. O policial tenta justificar-se, negando o uso da força e afirmando ter praticado um favor aos pais do menino, retirando-o do “mal do jogo”, que para ele (o policial) era a mais deprimente profissão para um homem. O jogo seria uma má inclinação e estaria contribuindo para a promoção da desordem.

Outra reportagem intitula-se “menores bêbados”, onde se descreve:

Diariamente quase, encontramos ou temos noticia de que alguns menores, alguns até da nossa mais culta sociedade, se dão ao vício da embriaguez a noite, sem disso os coibir a nossa policia.

Por vezes, alta noite, se ouve algazarra de rapazes, a accordarem os habitantes com galhofas, gritos e palavras obscenas, proferidas em altos brados.

Chamamos a attenção da policia para esses menores alguns até de responsabilidades, pelas funções affectas as suas pessoas em empregos públicos, etc.

Será benéfica a acção do Sr. Delegado nesse ponto, pois evitará e nobremente, que breve, tenhamos a lamentar até mortes, entre esses imberbes transviados. (sic)<sup>18</sup>

Algo interessante está no início dessa reportagem, “menores da mais culta sociedade se dão ao vício da embriaguez à noite”, e eles não estavam sendo repreendidos pela polícia. Promoviam algazarras, acordavam os moradores com “palavras obscenas”, mas por serem membros da elite, nada se fazia, ao contrário dos menores pobres, que estavam sendo sempre perseguidos e vigiados. O articulista chama a atenção do delegado para que “sejam evitadas até mortes entre os imberbes transviados”. Assim fica claro para quem se destinava o “discurso da retidão”. Para aqueles a quem o conceito menor era aplicado: pobres, marginais, favelados, transgressores, sem lei, sem família, sem casa – povoadores da rua.

Percebe-se que as articulações do jornal constroem a criança enquanto “menor”, constrói-se também, por meio dela um “problema”, a desordem social. Para o “menor desordeiro” é preciso “inventar” uma “solução”. A suposta solução é o que a partir de agora será discutido. Para seu início, vejamos o seguinte pensamento de Walter Benjamin:

#### Criança Desordeira

Cada pedra que ela encontra, cada flor colhida e cada borboleta capturada já é para ela princípio de uma coleção e tudo que ela possui em geral, constitui para ela uma coleção única.

<sup>18</sup> Jornal O PHAROL. Guarapuava, 11 de setembro de 1921. ano III. nº 88. ( p. 2 ).

Nela essa paixão mostra sua verdadeira face, o rigoroso olhar índio, que nos antiquários, pesquisadores, bibilômanos, só continua ainda a arder turvado e maníaco.

Mal entra na vida, ela é caçador. Caça os espírito cujo rastro fareja nas coisas. Entre espíritos e coisas, ela gasta anos nos quais seu campo de visão permanece livre de seres humanos.

Para ela tudo se passa como em sonhos: ela não conhece nada de permanente; tudo lhe acontece, pensa ela vai-lhe de encontro, atropela-a.

Seus sonhos de nômade são horas na floresta do sonho. De lá ela arrasta a presa para casa, para limpá-la, fixá-la, desenfiteçá-la. Suas gavetas têm de tornar-se casa de armas e zoológico, museu criminal e cripta. “Arrumar” significaria aniquilar...<sup>19</sup>

O pensamento de Walter Benjamin sobre a “Criança Desordeira” está expressando um pouco do que simboliza a “apropriação” dos bens culturais. Nele, a criança faz sua própria leitura do meio que está à sua volta. Ela se apropria da natureza. Torna-se colecionadora, caçadora, fareja rastros, sente-se livre, tem sonhos de nômade. “Suas gavetas têm de tornar-se casa de armas e zoológico, museu criminal e cripta. ‘Arrumar’ significaria aniquilar.

O termo gavetas traz uma riqueza de interpretações, sendo os sentimentos, os anseios, as formas de resistência desse ser desordeiro. Gavetas do ser humano, cheias de armas, já que precisa de táticas de defesa. Museu criminal, sua história guardada, protegida, seu acúmulo de experiências, sua capacidade.

Segundo Michel de Certeau<sup>20</sup>, aquilo que se chama de “vulgarização” ou “degradação” de uma cultura seria um aspecto, caricaturado e parcial de revanche, que as táticas utilizadoras tomam do poder dominador da produção. Seja como for, o consumidor não poderia ser identificado ou qualificado conforme os produtos jornalísticos ou comerciais que assimila: entre ele (que deles se serve) e esses produtos (indícios da “ordem” que lhe é imposta) existe o distanciamento mais ou menos grande do uso que faz deles. Essa questão abordada por Certeau pode muito bem ser empregada à produção do discurso disciplinador e ao que os menores fabricam, sendo eles o alvo do discurso.

Mas essa maneira desordenada de viver é um incômodo aos que “amam a Pátria”. Daí criam-se instituições de recuperação para os “desviados”. Há uma imensa dificuldade em se reconhecer o outro e suas diferenças, almejando-se, então, uma homogeneização de bons cidadãos úteis e pacíficos. Este anúncio do Jornal O PHAROL é um bom exemplo:

<sup>19</sup>BENJAMIN. Apud KRAMER, Sonia & LEITE, Maria Isabel Ferraz Pereira (org.). *Infância: fios e desafios da pesquisa*. Campinas: Papyrus, 1996. ( p. 33 ).

<sup>20</sup>CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 1994.( p. 95 ).

Uma idéa feliz! O orphanato da independência  
 “ –Vae ser creado nesta cidade, um orphanato. Às creanças desamparadas, terão nelle, o amparo aos seus tenros annos com educação.  
 Por mais que se diga, nem sempre os pobres orphãos sob tutella, são felizes. Há alguns, que a maos tratos, o pouco cuidado com elles lança-os: – as mulheres, à prostituição, muitas vezes e os homens ao vício prematuro... um bravo, aos aventadores da grande idéa!... (sic)<sup>21</sup>

Esse orfanato de que fala o anúncio seria uma das ações comemorativas do Centenário da Independência. Para o empreendimento foi criada uma comissão de pessoas que estariam constantemente se reunindo para melhor pensar os festejos do Centenário. Na ata da 2ª sessão de reuniões da comissão, encontram-se quatro pontos que foram discutidos e aceitos:

Um livro que trate do histórico das povoações, das mattas, montanhas, vida pastoril e dos nossos homens importantes deste futuroso Município.  
 A compilação deste livro foi confiada ao Dr. Antonio Ribeiro de Brito.  
 A remoção da capela do cemitério, onde repousam os restos mortaes do grande guarapuavano Antonio de Sá Camargo, Visconde de Guarapuava.  
 Deste serviço ficou encarregado o Cel. Frederico E. Virmond.  
 Um orphanato do qual foi encarregada uma commissão de Senhoras, sob a presidência do Vigário Padre Guilherme Maria, secundado pelos Srs. Cel. Frederico Virmond e Dr. Antonio Ribeiro de Brito.  
 Diversas subcommissões. (sic)<sup>22</sup>

Prosseguindo, tem-se mais um expressivo discurso que tomou grande parte de uma das sessões onde se reunia a Comissão do Centenário da Independência:

O orador (Dr. Antonio Ribeiro de Brito) com phrases singelas, mas convincentes dissertou sobre a necessidade d’um orphanato na nossa prospera cidade. Disse que a instituição seria um grande susto no progresso desta cidade e um monumento altruístico dos nobres sentimentos do seu povo. Demonstrou que tantas criancinhas desprotegidas da sorte iam receber allí além d’um agasalho, um segundo lar e mães carinhosas de cujos lábios inspirados de amor ouvir sublimes lições de virtude e do mais acendrado civismo. Educados à sombra desse santuário, formar-se-iam cidadãos completos e mães virtuosas, úteis à sociedade e à querida Pátria Brasileira. Propoz, finalmente que a proteção desse futuro estabelecimento, devia ser entregue à mulher guarapuavana que, dotada das mais lindas prendas do coração comprhende perfeitamente a necessidade d’uma semelhante casa educadora, e não se poupa, quando o nobre sentimento de caridade lhe implora sacrificios a favor de creancinhas orphãs. Tal discurso dictado por “sentimentos elevados” não podia deixar de produzir os seus fructos. – As senhoras presentes acceitaram unanimemente a proposta do illustre orador, e

<sup>21</sup> Jornal O PHAROL. Guarapuava, 18 de dezembro de 1921. ano III. nº 102. ( p. 1 ).

<sup>22</sup> Jornal O PHAROL. Guarapuava, 08 de janeiro de 1922. ano IV. nº 105. (p. 1).

escolheram em seguida uma directoria a cujo cargo ficará a parte financeira da construção da nova obra. Foram eleitas as Ex. Sras.:

Presidente: D. Rosa Lustosa de Siqueira; Vice-presidente: D. Maria Vicentina Keche; 1ª Secretária: D. Bibiana Bittencourt Martins; 2ª Secretária: D. Herminia Villaca; 1ª Tesoureira: D. Nercinda Saldanha Correia e 2ª Tesoureira: D. Faride Karam. (sic)<sup>23</sup>

O Dr. Antonio Ribeiro de Brito, ao proferir o discurso, deixa transparecer muitas das “boas intenções” que fundamentaram a idéia da criação da instituição. De início, já diz que o “Orphanato” significará progresso para a cidade, sendo esse um momento altruístico. Em seguida, mostra o caráter assistencialista: “... tantas creancinhas desprotegidas da sorte iam receber alli além de um agasalho, um segundo lar...” (sic)<sup>24</sup> E, quando cita a forma com que serão educadas as crianças através de mães “carinhosas”, permite identificar o anseio de purificação por parte da alta sociedade guarapuavana, pois as “mães eleitas” são todas ricas, “dispostas à caridade”. Assim: “dos lábios inspirados de tais mães iam ouvir sublimes lições de virtude e do mais acendrado civismo”.<sup>25</sup>

Regenerar, moldar, resgatar... os órfãos transgressores precisavam ser educados à sombra do “santuário do civismo”, para poderem inserir-se no padrão de cidadãos e mães “úteis à Pátria Brasileira”, que por ela “trabalharam e se dedicam”.

Esse é na verdade um dos mais importantes objetivos da instituição. São órfãos baderneiros, mas são crianças, “abertas à mudança”. Por isso a insistência do investimento na infância. É preciso corrigir enquanto é tempo. É preciso tornar reto o que está torto. Mas é a edição comemorativa do Centenário da Independência do Brasil, do Jornal O PHAROL, que vai coroar as várias intenções da instituição:

#### O Orphanato

Outra iniciativa da ilustre Comissão do Centenário foi promover a fundação de um estabelecimento de assistência à infância desamparada, que será o “ORPHANATO DA INDEPENDÊNCIA”.

Esse empreendimento foi collocado sob a proteção das Exmas. Senhoras guarapuavanas.

O governo do Município faz doação do terreno necessário, não só para o edifício principal como para as futuras dependências, podendo ne’lle se construir oficinas para artes e officios, bem como pequeno campo de applicação agrícola.

É, sem dúvida, esta a commemoração de mais vasto alcance com que celebramos o Centenário da Independência nacional, pois comprehende uma

<sup>23</sup> Jornal O PHAROL. Guarapuava, 26 de fevereiro de 1922. ano IV. nº 111. (p. 2).

<sup>24</sup> Jornal O PHAROL. Guarapuava, 26 de fevereiro de 1922. ano IV. nº 111. (p. 2).

<sup>25</sup> Jornal O PHAROL. op. cit. ( p. 2 ).

providencia de utilidade social, que há de trazer as mais proveitosas conseqüências.

Destinado a acolher as creanças desamparadas, a cuidar da sua educação moral e physica, o Orphanato da Independência há de transformar em cidadãos úteis à Pátria em artífices e agricultores aqueles pobrezinhos apparelhar nos misteres de uma profissão honesta e rendoza. (sic)<sup>26</sup>

Isso porque, nesse momento, a criança está ganhando importância não só no campo jurídico, mas passa a ser enxergada como futuro, garantia de que será o capital humano que o capital industrial precisa para se reproduzir. Por sua vez, espera-se que essa interpretação ganhe força por ela mesma, na medida em que aparece cada vez mais como a grande legitimadora das ações disciplinares que se desenvolvem para velar pelo progresso do Brasil.<sup>27</sup>

Principalmente a educação feminina, tão descuidada nas modestas camadas sociais, terá no Orphanato da Independência, o Santuário, que há de substituir o lar extinto pela fatalidade, ou conspurcado pelo vicio e onde as nossas inocentes compatriotas hão de receber os ensinamentos que um dia, sendo mães, terão de transmitti-los aos seus filhinhos, futuros cidadãos de nossa grande Pátria. (sic)<sup>28</sup>

Há uma imensa preocupação com a educação das meninas, tendo em vista que elas serão futuras mães. A respeito disso, encontra-se um fragmento interessantíssimo na obra de Michele Perrot:

As mulheres não são exclusivamente forças do mal. São também potência civilizadora, outro tema muito antigo reatualizado no século XIX pela insistência sobre a função educadora de uma criança revalorizada. As mães possuem os destinos do gênero humano' escreve Louis-Aimé Martin. A figura obcecante da Mãe tende a absorver todas as outras.<sup>29</sup>

Pensando sobre isso em seqüência há o questionamento: mas então as mulheres não deteriam de fato a realidade do poder? “É um sexo que se chama frágil e, no entanto exerce, seja sobre a família, seja sobre a sociedade, uma espécie de onipotência tanto para o bem como para o mal”, prega o Padre Mercier, cuja demonstração foi analisada por Marcel Bernos.<sup>30</sup>

<sup>26</sup> Jornal O PHAROL. Guarapuava, 07 de setembro de 1922. ano IV. nº 129. Edição Comemorativa do Centenário do Brasil.

<sup>27</sup> PRIORE. *História...* op. cit. ( p. 138 ).

<sup>28</sup> Jornal O PHAROL. Ed. Com. op. cit.

<sup>29</sup> PERROT, Michelle. *Os Excluídos da História: operários, mulheres e prisioneiros*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998. ( p. 168-169 ).

<sup>30</sup> Id. *ibid.* ( p. 169 ).

Aí se vê um tom contraditório, pois ao mesmo tempo em que a mulher é considerada frágil, é-lhe conferida a missão de velar pela manutenção da ordem por meio da transmissão dos valores cívicos e patrióticos aos seus filhos. Isso quer dizer que delas depende o futuro harmônico da Pátria.

Foi muito feliz o Sr. Prefeito interino, escolhendo a bela esplanada da praça da Independência, para nella localizar o futuro Orphanato. Ali, em situação eminente, de onde se descortina um bellissimo horizonte tendo ao sopé a linda lagoa que ocupa grande parte da vasta praça e tendo ao lado a grande planície onde existio o antigo prado de corridas ficará o edificio situado na mais bella e futuroza zona da cidade. O hábil architecto Dr. Ladislau Radeck, offereceu ao Sr. Prefeito Municipal, o bello projecto do edificio, que confeccionou no estylo Bungalou, constituído de um corpo central ladeado por dois pavilhões onde estão distribuídos os diversos compartimentos necessários ao perfeito funcionamento do Instituto. (sic)<sup>31</sup>

Assim, vê-se que para o “problema menor”, procura-se uma solução – o Orfanato da Independência, que iria endireitar o que estava “torto”. Mas para “ironia do destino” essa foi apenas uma “idéia feliz”, não chegando a ser concretizada. Muito se comentou sobre ela no ano em que se comemorou o Centenário da Independência, porque foi conveniente para a comissão do Centenário. Bastou passar o ano para bater o esquecimento.

Até mesmo um membro desta comissão falou à respeito:  
 Guarapuava o que faz?  
 Nada ou quasi nada. O Orphanato da Independência, talvez fique registrado como linda Idea da Commissão, nada, porém, mais que uma idea... (sic)<sup>32</sup>

Vejamos agora como a idéia de criar um orfanato faz parte de todo o discurso jurídico da época:

(...) No caso dos juristas, o acompanhamento das transformações da jurisprudência internacional os levara a procura da legislação européia e dos Estados Unidos modelo e exemplo do que deveria ser a legislação e as instituições do menor a serem implantados no Brasil. Dois pontos interessavam aos juristas: as instituições existentes para recluir e disciplinar as crianças infratoras ou abandonadas e o estabelecimento e função dos tribunais da criança.<sup>33</sup>

<sup>31</sup> Jornal O PHAROL. ed. comemorativa. op. cit.

<sup>32</sup> Jornal O PHAROL. Guarapuava, 14 de maio de 1922. ano IV. nº 121. ( p. 1 ).

<sup>33</sup> PRIORE. *História...* op. cit. ( p. 133 ).

Até mesmo as leis em nome da proteção da criança e da sociedade consideram aos juízes o poder de intervir nas famílias, particularmente quando se julgava que, sob sua influência, as crianças poderiam ser encaminhadas ao crime.

Os pais corriam o risco de perder o poder sobre os seus filhos, que deveriam ser entregues a instituições que assumiam as funções de criação, o que normalmente era desempenhado pelas famílias. As crianças infratoras, órfãos ou membros de lares e famílias julgadas desfeitas ou desajustadas deveriam ser atendidas por especialistas (assistentes sociais, médicos, educadores), considerados substitutos idôneos para cumprirem as funções do lar.

Relacionando a origem do abandono com as condições econômicas e sociais que a modernização trouxe, os juristas, tanto no começo do século como nos anos 1920 e 1930, não deixaram de apontar a decomposição da família e a dissolução do poder paterno como os principais responsáveis de tal situação. Assim, Evaristo de Moraes<sup>34</sup>, em 1900, falando a propósito dos menores entre 10 e 20 anos que povoam as ruas das cidades, observava:

Entre esses precoces vagabundos os há quem tem pai e mãe; os há que tem apenas um dos progenitores; os há que vivem aparentemente sob direção de qualquer membro da família.

A realidade, porém, é das mais dolorosas: são moralmente abandonadas, são na maioria dos casos aquilo que d'elles disse Julio Simon: - órfãos com pais vivos!

Em verdade, a situação d'elles é pior que a dos materialmente abandonados e a dos órfãos dos materialmente abandonados os pais quiseram separar-se; no entanto dos moralmente apenas deixam de cuidar ou si d'elles é intermitentemente, muitas vezes com o intuito de abrisar da sua inexperiência e enganjal-os no exercito do mal.

Se é certo que os materialmente abandonados são mais infelizes d que os expostos, não menos indubitável é que os moralmente abandonados ficam mais sujeitos ao mal do que uns e outros. (sic)<sup>35</sup>

O autor deste texto supõe uma concepção do ser humano como inclinado às paixões, aos vícios, à desordem, à vingança, ao ciúme, à mentira, à cólera. Porém, segundo Ana Paula Barcelos Ribeiro da Silva, podemos dizer que se em alguns momentos Evaristo apresenta posturas que podem ser consideradas conservadoras em relação aos alcoólatras, aos vagabundos e às prostitutas, não se pode afirmar que ele seja, no entanto, um indivíduo

<sup>34</sup> Evaristo de Moraes foi um jurista do início do século XX. Pode ser colocado no rol dos protagonistas do movimento pela construção de uma diretriz nacional para as legislações e políticas públicas voltadas para crianças e adolescentes no Brasil. Para entender melhor sua atuação, ver: SILVA, Ana Paula Barcelos Ribeiro da. *Discurso Jurídico e (Des)Qualificação Moral e Ideológica das Classes Subalternas na Passagem à Modernidade: Evaristo de Moraes (1871-1939)*. Dissertação de Mestrado: UFF, 2007.

<sup>35</sup> PRIORE. *História...* op. cit. ( p. 135 ).

autoritário. Muito ao contrário, a liberdade e a tolerância foram valores que ele defendeu com empenho em suas obras e na imprensa.<sup>36</sup> Como melhores métodos de educação e correção, aplicáveis aos “menores abandonados, precocemente pervertidos ou criminosos”<sup>37</sup>, Evaristo aponta, inspirado nas colocações de Lombroso e Prins, medidas educativas e redentoras, nunca repressivas e violentas.

Os juristas faziam eco às vozes que apontavam a rua como lugar da desagregação, onde floresciam e se multiplicavam todos os vícios que ameaçavam a sociedade. Alvareza Neto, já avançado o século, fazendo uma comparação entre a escola e a rua desenvolvia a seguinte análise a respeito da relação entre o menor e a rua:

A rua tem justamente influência oposta – é nela que, pela convivência os maus camaradas com os meninos já viciados e do vocabulário pornográfico, se formam tanto outros espíritos defeituosos, outros tantos menores de mentalidade propícia aos pequenos delitos, menores delinquentes, enfim. A rua da cidade, com seus espaços múltiplos, onde andam pessoas desconhecidas, com seus becos e cortiços, onde os pobres se amontoam e se escondem, como é escolhida pelo discurso normalizado como o lugar onde se evidenciam as marcas de uma modernidade que para alguns não deixa ser incômoda.<sup>38</sup>

Mas toda essa prevenção, para se ter sucesso, exigia um plano de assistência e proteção à infância. E isso pressupunha, necessariamente, o aparecimento de uma legislação que lhe desse sustentação e que removesse empecilhos como a inquestionabilidade do pátrio poder para poder tirar filhos de pais viciosos e o aumento da idade até 18 anos para a responsabilidade criminal, o que deveria afastar os menores das perniciosas prisões de adultos. Isso começou a ser conseguido a partir de 1921, com a Lei Orçamentária nº 4.242 5/1/1921, que autorizou o serviço de Assistência e Proteção à Infância abandonada e aos delinquentes e que foi regulamentado em 20/11/1923, pelo Decreto nº 16.272.<sup>39</sup>

Segundo Mariano<sup>40</sup>, os debates sobre as concepções de infância, bem como sobre as propostas de legislações para a assistência à infância e à maternidade brasileira, estiveram marcados nas primeiras décadas do século XX pela forte participação de médicos e juristas, fosse através de publicações sobre o tema ou atuando diretamente no parlamento, nos

<sup>36</sup> SILVA, Ana Paula Barcelos Ribeiro da. *Discurso Jurídico e (Des)Qualificação Moral e Ideológica das Classes Subalternas na Passagem à Modernidade: Evaristo de Moraes (1871-1939)*. Op.cit.

<sup>37</sup> MORAES, Evaristo. Criminalidade da Infância. Apud SILVA, Ana Paula Barcelos Ribeiro da. Op. cit.

<sup>38</sup> PRIORE. *História...* op. cit. ( p. 136 ).

<sup>39</sup> PRIORE. *História...* op. cit.

<sup>40</sup> MARIANO, Hélio Alexandre. *A assistência à infância e o amparo à maternidade no Brasil entre o público e o particular*. Tese de doutorado. Assis (SP): UNESP, 2006. (p.34)

juizados, ou mesmo nas instituições de atendimento que estavam sendo criadas ou modificadas pelas novas legislações.

Conforme Marcílio, a aprovação do Código de Menores<sup>41</sup>, em 1927, é tida por alguns autores como um marco na história da assistência à infância, na medida em que esta passa a ser um atributo do Estado, muito embora fosse ressaltada a inexistência de uma fronteira clara entre a assistência estatal, a filantrópica e a caritativa. Por meio de convênios firmados com a beneficência privada, o Estado atuaria no atendimento ao menor. Instala-se, então, o grande debate sobre a verdadeira ação do Estado no campo da assistência aos mais desvalidos.<sup>42</sup> Assim, a questão da criança abandonada, “vadia” e infratora, pelo menos no plano da lei, deixou de ser uma questão de assistência e proteção garantida pelo Estado através de instituições e patronatos. A atenção à criança passou a ser proposta como um serviço especializado, com objetivos específicos.

Isso significava a participação de saberes como os do higienista, que deveria cuidar da sua saúde, nutrição e higiene; os do educador que deveria cuidar da disciplina, instruir tornando o menor apto a se reintegrar à sociedade; e os do jurista, que deveria conseguir que a lei lhe garantisse essa proteção e essa assistência.

A preocupação com a preservação da ordem social aparentemente ameaçada e o interesse em assegurar a modernização capitalista brasileira determinaram os critérios de eleição do esquema de proteção da criança marcado pelo restabelecimento da autoridade e a confiança nas novas instituições de atendimento à criança, que eram importadas dos Estados Unidos e da Europa.<sup>43</sup>

Percebe-se, então, que não há nada mais significativo para Guarapuava, em pleno ano comemorativo do Centenário da Independência, que a idéia da criação do orfanato que, sem dúvida, faz parte de todo esse quadro jurídico e disciplinador em ápice no país. Mesmo não saindo do papel, é significativo perceber que, em Guarapuava, os “menores” também são tidos como problema, como um empecilho para se atingir a tão sonhada “harmonia social”.

---

<sup>41</sup> Os alicerces de uma centralização das políticas públicas voltadas para o público infanto-juvenil brasileiro passaram a ser concretizados em 1927, com a entrada em vigor do primeiro Código de Menores, fruto de um debate político que percorreu os anos vinte e teve como protagonista o jurista Mello Matos, autor do anteprojeto que foi aprovado pelo Senado Federal, emendado apenas com algumas proposições do senador Mendonça Martins. Ver MARIANO, Hélio Alexandre. *A assistência à infância e o amparo à maternidade no Brasil entre o público e o particular*. Op. cit. (p. 32)

<sup>42</sup> MARCÍLIO, Maria Luiza. A Fase da Filantropia (até meados do século XX) In: *História Social da Criança Abandonada*. Op.cit. (p.222)

<sup>43</sup> PRIORE. *História...* op. cit. ( p. 142-143 ).

Assim se percebe a multiplicidade da criança, ela não é um “ser único”, mas plural. Algumas são totalmente enquadradas à ordem, outras tidas como “recuperáveis”. Há também aquelas que precisam ser “banidas” do convívio social.

As enquadradas, que vivem no seio da família nuclear, que vão à escola, que praticam esporte, que freqüentam a igreja, são “dignas” de serem chamadas de criança. As consideradas “recuperáveis” e as que precisam ser “escondidas” da vivência social, porque promovem a desordem, são chamadas de “menores”. Pode-se, então, pensar no “menor desordeiro”, como um ser indesejado pela sociedade guarapuavana, que se quer aparentemente harmônica. Um ser considerado “torto”, pois está fora dos padrões da dita normalidade. Daí a preocupação em torná-lo reto, em corrigi-lo, em discipliná-lo, em enquadrá-lo nos parâmetros aceitáveis de convivência. Porém, torna-se imprescindível dizer que esse ser tão disforme e estigmatizado também merece ser chamado de criança, já que, como se mostrou, o termo “menor” vincula-se diretamente à marginalidade. Com isso, há de se refletir que crianças e “crianças” tiveram oportunidades ou não. As estratégias utilizadas para tornar essas crianças mais “dóceis” é o que se verá na seqüência.

## 1.2. CORPO DISCIPLINADO: DOCILIDADE COMO OBJETIVO

Educar o corpo e o espírito era uma preocupação evidente para incutir disciplina nas crianças. Aqui se verá por meio de um longo artigo escrito por Prisco Senior, no Jornal “*O Pharol*”, de 06 de agosto de 1922, a defesa do ensino moral e tradicional, o qual se intitula: “Renovação moral que se impõe com urgência – a ação dos pais na obra educadora da escola”.

Acompanhemos :

As escolas foram pouco a pouco, tomando o rumo moderno. Nelas, não se fallava em Deus. Não se podia fallar na divindade suprema, fonte da bondade, da justiça, Criador do Universo. (SIC)<sup>44</sup>

Ao abrir seu artigo, Prisco Senior deixa transparecer sua insatisfação ao ver a escola tradicional (religiosa) sendo substituída pela escola moderna (laica), pela conhecida Pedagogia Nova, que pretende considerar os aspectos propriamente individuais do educando como

---

<sup>44</sup> SÊNIOR, Prisco. *Renovação moral que se impõe com urgência – a ação dos pais na obra educadora da escola*. In: Jornal O PHAROL. Guarapuava, 06 de agosto de 1922. ano IV nº 125. ( p. 1 e 4 ).

criança e como pessoa, e contrapõe-se ao ensino mecânico, que se fazia exclusivamente pela dimensão do coletivo, até então praticado pela escola tradicional.<sup>45</sup>

Quando diz que não se podia falar em Deus, lembramos que os educadores, desde o princípio do século, passaram a preconizar o ensino laico, contrariando o catequético. A aceção de laicismo significaria a liberdade de pensamento em sua dimensão de crítica e de criação de referências.<sup>46</sup> Então, se a defesa do laicismo como parâmetro imprescindível para a escolarização renovada é uma marca da Pedagogia Nova, é evidente a mágoa do autor do artigo do jornal, por não se poder mais falar na divindade. Declara-se então um árduo defensor da Escola Tradicional.

Continuando, tem-se:

Foi essa uma inovação, que trouxe a escola males consideráveis. O professor era repreendido quando infligia castigos aos seus alunos. A criança devia criar-se independente, despertando assim com o seu próprio agir, iniciativa, experiência própria.

Proceder ao contrário seria escravizal-a, seria tornal-a hypocrita, seria atrofiar princípios de independência, liberdade. Ella necessitava agir por conta própria, precisava viver com os seus próprios actos. (SIC)<sup>47</sup>

Ao afirmar que a inovação trouxe males consideráveis à escola, está referindo-se à Escola Moderna, e ao achar absurdo o fato de o professor ser repreendido ao aplicar castigos, está tomando partido pela Escola Tradicional. Liberdade e independência são conceitos que não o agradam, pelo contrário, o aterrorizam. Vejamos por quê:

O professor descuidou-se então, de vez, da educação dos seus alunos. Os pais tornaram-se indiferentes à vida dos seus filhos, relativamente à escola.

O professor, moralmente, estava desligado dos Paes. Dahi, colheram-se os fructos dessa *árvore má cultivada*<sup>48</sup>.

Os tribunais accusavam o crescimento da criminalidade infantil.

Os responsáveis cahiam em tristeza e desanimo, diante do descalabro social... (SIC)<sup>49</sup>

<sup>45</sup> BOTO, Carlota. *Crianças à prova da escola: impasses da hereditariedade e a Nova Pedagogia em Portugal, da fronteira entre os séculos XIX e XX*. In: Revista Brasileira de História. v. 21. nº 40. São Paulo: ANPUH, 2001. ( p. 251 ).

<sup>46</sup> BOTO. *Crianças...* apud Revista Brasileira de História. op. cit. (p. 259 ).

<sup>47</sup> SÊNIOR *Renovação moral...* apud Jornal O PHAROL. op. cit. (p. 1-4 ).

<sup>48</sup> Grifo meu – no 2º capítulo esta questão será mais bem discutida.

<sup>49</sup> SÊNIOR *Renovação moral...* apud Jornal O PHAROL. op. cit. ( p. 1-4 ).

Para o articulista, a liberdade das crianças somada ao descuido do professor e à falta de participação dos pais resultou num fruto – a criminalidade infantil. Fruto de uma “árvore mal cultivada”. Para ele, o professor e os pais não cuidaram o quanto deviam desta árvore, a criança. Assim, está atribuindo culpados pela criminalidade infantil.

Refletindo essa questão nada melhor que o argumento encontrado no texto de Santos:

As estatísticas do início do século, na cidade de São Paulo, mostram que os menores eram responsáveis neste período por 22% das desordens, 22% das vadiagens, 26% da “gatunagem”, 27% dos furtos e roubos, 20% dos defloramentos e 15% dos ferimentos.

Estes dados indicam a menor agressividade nos delitos envolvendo menores, que tinham na malícia e na esperteza suas principais ferramentas de ação; e nas ruas da cidade, o local perfeito para por em prática as artimanhas que garantiriam sua sobrevivência.<sup>50</sup>

Se esses dados são de uma cidade bem mais populosa que Guarapuava, logo se pode indagar se seriam tão criminosos os menores guarapuavanos retratados por Prisco; se ter iniciativa própria e liberdade significaria perigo. É evidente que, como adepto da Escola Tradicional, tenha tais idéias. Para fechar a primeira parte de seu artigo, tem-se:

... Era preciso instruir.

Educar, preparar o espírito da criança, trocando as más tendências, os maos hábitos, pelos bons costumes era tarefa sem cogitações.

Antes tempo, o professor castigava fortemente os seus alunos e os Paes eram seus amigos e auxiliares.

O professor não admitia reclamações e o pae o apoiava.

Depois! Cruel antithese! (SIC)<sup>51</sup>

Para Prisco, educar era castigar. Castigando-se estaria trocando os maus costumes por bons. A Pedagogia Nova também propõe a mudança de hábitos, porém sem castigos. Há uma aposta na educação para a formação de hábitos:

Sabia-se, que trazer cientificidade ao campo da educação era, sobretudo conjugar a ação disciplinar da escola com sua tarefa civilizadora: despojar a criança daquilo que seria sua animalidade; torna-la polida e prudente; moralizar seu sentimento e sua percepção; e com todos esses requisitos preenchidos, cultivar sua inteligência mediante a transmissão organizada de conteúdos culturais julgados relevantes. Educar era trazer ao indivíduo uma

<sup>50</sup> SANTOS, Marco Antonio Cabral dos. Criança e Criminalidade no início do século. IN: PRIORE, Mary Del (org.). *História das Crianças no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2002. ( p. 214 ).

<sup>51</sup> SÊNIOR *Renovação moral...* apud Jornal O PHAROL. op. cit. ( p. 1-4 ).

razão autônoma, uma ética autônoma; tudo isso supunha a erradicação de alguma crença, de algum costume, de alguma tradição.<sup>52</sup>

Conforme a autora do trecho acima, o hábito teria por efeito a incorporação de rotinas que consistiam em atitudes regulares, as quais, muitas vezes, repetidas, poderiam ser tomadas como se fossem ações espontâneas, automatizadas.<sup>53</sup> Isso porque na época acreditava-se que a hereditariedade e o meio eram os grandes obstáculos da educação. Então era preciso erradicar a influência herdada dos antepassados e a que provinha do meio em que se convivia, por meio da rotina, para ter como resultado uma criança regrada. E, para coroar essa análise, uma semana depois de fechar a primeira parte de seu artigo, Prisco Senior volta a escrever sobre os hábitos:

A criança liberta na escola, amanhã seria uma liberta na sociedade e assim menosprezaria as leis, os seus deveres de cidadão. Na escola ella adquire hábitos de independência; na sociedade põe em prática esses mesmos hábitos, que muitas vezes são ajudados pela tendência e temperamento não educados. Dahi o grande mal, a desvalorização da escola causadora de toda essa visível obra de retrocesso. (SIC).<sup>54</sup>

Afirmando que os hábitos adquiridos na escola serão praticados na sociedade, o articulista teme pela desordem, já que diz que a criança liberta ignoraria as leis e os deveres de cidadão. A liberdade somada à tendência e ao temperamento não educados, na sua visão desvalorizaria a escola, que para ele deveria castigar para incutir bons hábitos. Então, se a escola não mantém a ordem e os bons costumes, perde seu valor. Aí, Prisco, talvez mesmo sem saber, comunga com a idéia de que a escola tem o papel de disciplinar e civilizar, defendida pela Escola Moderna, que está sendo criticada por ele.

Acompanharemos mais um trecho:

Felizmente, já se iniciam novos princípios e novos horizontes começam a nos deslumbrar. Os próprios paizes clássicos da Pedagogia, entre elles a Alemanha, a França e a Suissa, já conhecem a improductibilidade dessa orientação, que já se tornou ridícula. O nosso governo vae estimulando a acção educadora do mestre auxiliado pelos programmas, os mais perfectos ao possível alcance, faltando pois a regeneração de conduta dos Paes, a edificação sublime da grande obra educativa, que nos há de tornar um povo forte e rijo de moral. (SIC)<sup>55</sup>

<sup>52</sup> BOTO. *Crianças...* apud Revista Brasileira de História. op. cit. (p. 244 ).

<sup>53</sup> Id. *ibid.* (p. 246 ).

<sup>54</sup> Jornal O PHAROL. Guarapuava, 13 de agosto de 1922. ano IV. nº 126. (p. 1 e 4 ).

<sup>55</sup> Jornal O PHAROL. op. cit. (p. 1 e 4 ).

Agora se refere ao exterior com o mesmo juízo de valor, a “improdutibilidade” da nova orientação escolar. Nota-se que está utilizando um termo de indústria para falar de educação, deixando transparecer um dos seus objetivos: educar para o trabalho. Com isso, novos horizontes se abriam. Fala do estímulo ao professor, porém, aponta a falha dos pais para que a obra da educação se completasse. Agora começa a se dirigir aos pais. Vejamos:

O pae precisa confiar e dar a sua mão ao professor. Qualquer indifferentismo nesse sentido é criminoso e não diz bem com a missão de cada um. Si o pae por falta de tempo, ou de conhecimento que o habilite auxiliar ao educador do seu filho, não puder estar de atalaia, penetrando diariamente na escola, deve deixar essa tarefa ao professor, que com cuidado e pelos meios necessários e convenientes irá preparando com sabedoria e intelligencia o futuro homem e cidadão, prestavel a si e à Pátria. (SIC)<sup>56</sup>

Aqui a indiferença dos pais é tratada por ele como um crime, mas se realmente não pudessem acompanhar seus filhos na escola, deveriam confiá-los ao professor, que iria moldar o futuro homem e cidadão, prestável a si e à Pátria, conforme suas palavras. Pensando nisso, uma reflexão de Alberto Torres, se aplica bem: “Todo problema da vitalidade de uma nação depende, entretanto, do esforço por criar e cultivar o homem são e o homem útil.”<sup>57</sup>

Era preciso então criar cidadãos produtivos, prestáveis, úteis para o mercado de trabalho. Essa era realmente uma árdua tarefa, fazer com que os cidadãos se identificassem com a Pátria, sendo que, como já pronunciava a jovem educadora alemã Ina von Binzer, a abolição da escravatura desnudava a sociedade em sua incapacidade de incorporar seus cidadãos na vida comunitária<sup>58</sup>. Esse é um problema que percorre por décadas, então, como conseguir se identificar com a nação e ser útil a ela?

Voltando a Prisco:

Si o mal vem da escola, que deixou de educar só para ensinar rudimentos de Arithmetica, Leitura, Geographia e História decoradas, é urgente o reerguimento são dos princípios educativos. É preciso a ação conjunta e harmônica do pae e do professor. As lições daquelle dadas com maestria e intelligencia infiltram-se na alma infantil e difficilmente reapagam e deslustram, mas é exigido o apoio do pae a completa realização do ideal. (SIC)<sup>59</sup>

<sup>56</sup> Id. ibid. ( p. 1 e 4 ).

<sup>57</sup> BOMENY, Helena. *Os intelectuais da educação*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001. ( p. 17 ).

<sup>58</sup> Idem

<sup>59</sup> Jornal O PHAROL. op. cit. (p. 1 e 4).

Prisco inicia esse trecho diferenciando os termos educar e ensinar. Educar seria trabalhar princípios morais e ensinar seria trabalhar conteúdos das disciplinas. Trata isso como um mal, deixar de educar para só ensinar. Para mudar isso, seria preciso uma aliança harmônica entre o professor e os pais, que dariam *lições fortes* às crianças, lições que *assinallassem suas almas* e nunca se apagassem. Assim o ideal estaria realizado. Fechando seu artigo, tem-se:

... Paes! De vós depende em grande parte, o renovamento moral, o surgimento da educação e a felicidade dos vossos filhos. Ahi está a escola novamente aparelhada ao cumprimento digno e nobre da sua espinhosa missão.

Do trabalho conjuncto surgirá a grande *força moral da nossa raça*. (SIC) <sup>60</sup>

Encerra seu artigo tratando do renovamento moral, que se daria pela educação. Sua última frase é carregada de significado, pois do trabalho e do empenho conjunto dos pais e da escola, pela educação, surgiria a força moral da nossa raça. Como aponta Helena Bomeny, a política racista se traduziu em algumas decisões. Uma delas teve impacto direto sobre a educação. A vinda de imigrantes brancos, mais letrados, foi uma saída vislumbrada pela elite política e econômica para “higienizar” a sociedade brasileira. A miscigenação poderia se constituir em uma chance de “purificação” dos brasileiros marcados pela cor e pela miséria social. O racismo implicado nessa política consistia na concepção do negro como raça inferior, incapaz para o trabalho, propensa ao vício, ao crime, e inimiga da civilização e do progresso. A mudança na relação de trabalho – antes escrava, agora por livre-contrato – não garantiu aos que aqui chegavam o espaço mínimo que tinham em mente para produzir seu próprio sustento. Muitos imigrantes fugiram das fazendas, das hospedarias de imigrantes; fugiram de maus-tratos e de promessas não cumpridas <sup>61</sup>. Sabe-se que esta saída de branqueamento por meio da imigração não deu certo, apostou-se, então, na educação para a melhoria da “raça”. Agora importava educar apagando a suposta “mancha da nação”.

Outra forma de se investir na criança é através da educação física, pois é o seu ensino que atinge diretamente o corpo, moldando-o e disciplinando-o. Sabe-se que a beleza física é um aspecto da eugenia. Logo, cuidando do corpo, estar-se-ia “melhorando a raça”. Prisco

---

<sup>60</sup> Id. *ibid.* (p. 1 e 4).

<sup>61</sup> BOMENY. *Os intelectuais...* op. cit. ( p. 21-22 ).

Sênior, alguns dias depois de escrever o artigo analisado acima, tratou da educação física e seu ensinamento na escola. Vejamos:

Na generalidade das escolas, além de ser menosprezado o ensino da educação moral, ignorantemente são pisadas outras tão imprescindíveis disciplinas.

Feita a organização mais ou menos completa das qualidades psicologicas do alumno, attendendo-lhe o desenvolvimento affectivo, dando-lhe aptidão conceituosa e digna livrando-lhe dos perigos, que se nos evidenciam diariamente, è necessario transmitir-lhe a vida, o vigor como ensinamento e applicação de jogos gymnasticos. (SIC) <sup>62</sup>

Nesse artigo, Prisco inicia em tom de alerta, pois percebe que assim como o ensino da educação moral, outras disciplinas estavam sendo colocadas em segundo plano. Como disse, além de organizar as qualidades psicológicas do aluno, atender o desenvolvimento afetivo e livrá-los dos perigos, era preciso transmitir-lhes a vida, o vigor como ensinamento e aplicação de jogos ginásticos. Percebe-se que, para Prisco, não bastava cuidar só da mente, mas também do corpo. Continuando, veremos por quê:

Nota-se que os meninos de hoje, geralmente teem tendencias não educadas e que os levou á apreciação de todo genero de vicios, que caracterisam a decadencia dos homens. Creanças tendentes ao jogo, ao fumo, ao alcool, aos trucs, os mais indecentes, á hypocrisia, á mentira, á cobiça e até aos instinctos dos valentes no tiro, no punhal e na lança, tal qual os bandidos das fitas cinematographicas...

Creanças desrespeitosas, vemos cultivando e admirando no exemplo lhes dado, o jogo e os máos costumes, que reinam em toda parte. Ai do futuro desses desprecauidos se energica reacção não fôr posta em pratica. (SIC) <sup>63</sup>

Termos como ociosidade, vício, delinqüência, crime, transformam-se de fato em corolários da palavra rua. São, em certa medida, termos redutores da realidade das ruas, porque aglutinam e ao mesmo tempo excluem, sob seu significado, uma extraordinária gama de personagens que se inserem na sua própria dinâmica de forma diferenciada.

A rua é, também, o espaço no qual a pobreza ganha plena visibilidade, mesclando-se a tão questionada marginalidade social, e são tênues os limites que a separam do crime e da delinqüência com os quais freqüentemente se confunde. <sup>64</sup>

<sup>62</sup> Jornal O PHAROL. Guarapuava, 22 de agosto de 1922. ano IV. nº 127. ( p. 1 ).

<sup>63</sup> Jornal O PHAROL. op. cit. (p. 1 ).

Isso se relaciona perfeitamente ao que disse Prisco, no trecho de seu artigo agora analisado: que as crianças que têm tendências não educadas são levadas ao vício (decadência dos homens); nem precisou citar a palavra rua, pois ela está nas estrelinhas de seu pensamento. Sabe-se muito bem que jogo, fumo, álcool, truques, hipocrisia, mentira, cobiça, “valentia”, são todos termos vinculados à rua, conforme analisou Esmeralda B. B. de Moura.<sup>65</sup>

O articulista chega até a estabelecer comparação entre essas crianças e os bandidos das fitas cinematográficas. E teme pelo futuro se uma enérgica reação não for posta em prática. Na continuidade, declara qual é essa reação:

Na escola, o professor deve combater esses terríveis males, pelo exemplo e com o auxílio de contos apropriados e com fortes e sucessivas lições, que livrem a criança desse terrível abismo.  
Em casa que trabalhe o pae com a sua energia e amor. Nas sociedades, os seus chefes, proibindo todo o facto de violação aos principios da moral!  
(SIC)<sup>66</sup>

O professor deveria combater os males citados por Prisco anteriormente, com o seu exemplo de vida, ajudado por contos apropriados e fortes e sucessivas lições que livrassem a criança desse abismo. O que é isso, senão a educação moral?

Ainda atribui à força masculina (o pai), a tarefa de trabalhar em casa com seus filhos e aos chefes das sociedades, o dever de proibir a violação dos princípios da moral. Assim, encerra a primeira parte de seu escrito, chamando a atenção para a “importância” da educação moral em casa e nas escolas, porque só ela livraria as crianças do “abismo” oferecido pelas ruas. A necessidade da educação moral foi uma das principais conclusões do I Congresso Brasileiro de Eugenia.<sup>67</sup> Torna-se evidente a relação das idéias do articulista com os pressupostos eugênicos. Aí então, segue para a segunda parte, tratando especificamente da educação física:

Em segundo plano, vem a educação física como base da perfeição do ser humano. Sem ella, não pode obter intelligência clara e a moral enfraquece. Rousseau dizia no seu grande pensamento: ‘um corpo débil enfraquece a alma. Viver não è respirar, è agir, è faser uso dos nossos orgãos, de nossos sentidos, de nossas faculdades, de todas as partes de nós mesmos, que nos

---

<sup>64</sup> MOURA, Esmeralda Blanco Bolsonaro de. *Meninos e meninas na rua: impasse e dissonância na construção da identidade da criança e do adolescente na República Velha*. In: Revista Brasileira de História. v. 19. n° 37. São Paulo: ANPUH, 1999. ( p. 88 ).

<sup>65</sup> MOURA. *Meninos...* op. cit.

<sup>66</sup> Jornal O PHAROL. op. cit. ( p. 1 ).

<sup>67</sup> Será tratado com mais detalhes no segundo capítulo deste trabalho.

dão o sentimento de nossa existencia. O homem que mais viveu não é aquelle que viveu mais annos, mas o que sentiu a vida'. (SIC) <sup>68</sup>

Prisco trata da educação física como a base para a perfeição do ser humano, utilizando o pensamento de Rousseau para obter credibilidade em sua fala. Mas afinal, que perfeição é essa a que se refere? Perfeição no sentido de “docilidade”, como aborda Foucault <sup>69</sup>: “é dócil um corpo que pode ser submetido, que pode ser utilizado, que pode ser transformado e aperfeiçoado...” Tornar a criança dócil é um objetivo severamente perseguido nas escolas, pois assim, estar-se-ia aproximando cada vez mais do ideal de perfeição. E o que faz a educação física senão submeter, utilizar, transformar e aperfeiçoar o corpo? Isso tem uma finalidade. Vejamos:

Nada e nada se faz nesse sentido. A creança passa a phase da infancia sem hygiene, sem medicina. Nada se sabe dos dados reactivos á sua saúde, da sua elevação sensorial, do seu peso da sua força muscular, da elegancia do seu porte - dados imprescindiveis à formação educativa.

A creança em nossa escola é mórbida, perecem e se atrophiam todos os seus elementos de vitalidade, preparando o homem inutil, deselegante, com formas exóticas, ao mesmo tempo que lhe morrem, na flor da existencia, as suas funções physiologicas. Os jogos gymnasticos postos em pratica pelos professores de outras disciplinas, não são totalmente satisfatórios. Para esse fim se faz mister um profissional, que se dedique especialmente ao caso.

Felizmente nosso governo começa a accordar. Na capital do Estado esta materia começa a ter desenvolvimento. (SIC) <sup>70</sup>

O que se nota nesse trecho faz parte do diagnóstico dado à população brasileira no início do século XX, quando diz que a criança passa a infância sem higiene e sem medicina, dados imprescindíveis à formação educativa. Os médicos seriam os regeneradores sociais. A criança deveria crescer sabendo das noções de higiene para que seu desempenho e seu aperfeiçoamento fossem realizados com maior eficácia. Quando Prisco Sênior fala da morbidez das crianças, que faz perecer e atrofiar seus elementos de vitalidade, preparando o homem inútil, deselegante, com formas exóticas, logo se pode aplicar outro pensamento de Foucault:

O momento histórico das disciplinas é o momento em que nasce uma arte do corpo humano, que visa não unicamente o aumento de suas habilidades,

<sup>68</sup> Jornal O PHAROL. op. cit. ( p. 1 ).

<sup>69</sup> FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir*: história da violência nas prisões. Petrópolis: Vozes, 1999. (p. 118 ).

<sup>70</sup> Jornal O PHAROL. op. cit. ( p. 1 ).

nem tampouco aprofundar sua sujeição, mas a formação de uma relação que no mesmo mecanismo o torna tanto mais obediente quanto é mais útil, e inversamente.<sup>71</sup>

Esse princípio de obediência e utilidade do corpo é muito presente na escrita do articulista. Sua preocupação em alertar para a necessidade de um profissional que se dedique exclusivamente para o ensino da educação física é justamente para se atingir o objetivo de extinguir os vícios e os maus costumes das crianças e torná-las obedientes e úteis. Foucault responde por quê:

Uma “anatomia política”, que é também igualmente uma “mecânica do poder”, está nascendo; ela define como se pode ter domínio sobre o corpo dos outros, não simplesmente para que façam o que se quer, mas que operem como se quer, com as técnicas, segundo a rapidez e a eficácia que se determina. A disciplina fabrica assim corpos submissos e exercitados, corpos “dóceis”.<sup>72</sup>

Realmente, o ideal de homem era o são e o útil, liberto de toda espécie de vícios e maus hábitos. À criança cabia se enquadrar nesse ideal de perfeição, ter um corpo cheio de vigor, sadio, submisso, exercitado, disciplinado, enfim, um corpo dócil. Ela era o projeto do homem útil. Continua o autor:

A disciplina aumenta as forças do corpo (em termos econômicos de utilidade) e diminui essas mesmas forças (em termos políticos de obediência). Em uma palavra, ela dissocia o poder do corpo; faz dele por um lado uma “aptidão”, uma “capacidade”, que ela procura aumentar; e inverte por outro lado a energia, a potência, que poderia resultar disso, e faz dela uma relação de sujeição estrita. Se a exploração econômica separava a força e o produto do trabalho, digamos que a coerção disciplinar estabelece no corpo o elo coercitivo entre uma aptidão aumentada e uma dominação acentuada.<sup>73</sup>

Acompanhando Foucault, pode-se afirmar que enquanto se aumenta a aptidão e a capacidade por meio da disciplina, em termos de utilidade, por outro lado, a potência, que seria consequência do vigor físico, resulta numa sujeição estrita. Então, se aumenta a aptidão e se acentua a dominação.

---

<sup>71</sup> FOUCAULT. *Vigiar e Punir...* op. cit. ( p. 119 ).

<sup>72</sup> Id. *ibid.* ( p. 119 ).

<sup>73</sup> Id. *Ibid* ( p. 119 ).

Também sob essa perspectiva, Sandra Mara Corazza<sup>74</sup> realiza uma brilhante pesquisa, confrontando a história da infância com a teoria de Foucault, aplicando o termo técnico introduzido por ele nos anos 1970 – “dispositivo” – o qual foi utilizado para trabalhar a genealogia do sujeito moderno, mostrando o desenvolvimento das técnicas de poder orientadas para os indivíduos.

Um termo que, desde aí, encontra-se espalhado em sua produção, sendo designado como: “dispositivos disciplinares”; “dispositivos de saber e poder”; “dispositivo da prisão” ou “do encarceramento”, “do internamento”; “de” ou “da sexualidade”; “da loucura”; “da doença mental”; “da neurose”; “de aliança”; “da confissão”; “da escuta clínica”; “da seleção” (entre os normais e os anormais); “de segurança”; “da verdade”; “de luta”; “de guerra”; “de batalha”; “das petições”; “da polícia”; entre outras designações.<sup>75</sup>

Corazza se apropria do termo “dispositivo”, para designar o “dispositivo de infantilidade”, o qual cuidou de formular a identidade da criança-dependente:

Sujeição como transformação da subjetivação do indivíduo moderno, a qual consiste na submissão ao Outro pelo controle e pela dependência; sujeição realizada por todos os procedimentos de individualização e de modulação que o poder de infantilizar instaura, atingindo a vida cotidiana e a interioridade daqueles infantis que ele chama “seus sujeitos”. Essa identidade infantil é sujeitada pelo funcionamento do conjunto das instituições disciplinares, tais como a Família, o Quartel, a Igreja, a Escola, o Hospício, o Hospital, o Asilo, a Casa da Roda; e é consubstanciada em uma figura inequívoca: a do “infantil - dependente”, enquanto “o outro” do “adulto”: um infantil diferente, impróprio, diverso, desigual, distinto, dessemelhante, alterado, inexato, desavindo, malquisto, alheio, desgraçado, infelizmente, desastrado, inconveniente, o infantil fora – da - norma, disforme, desconforme, desajustado, discrepante, desproporcionado, divergente, irregular; este infantil pequeno, acanhado, apoucado, dependente, subalterno, prejudicado, subordinado, carente, assujeitado, deficiente, imaturo, inconstante, impróprio, errado, incerto, irregular, desproporcionado, injusto, pervertido; este infantil fugido, forasteiro, estranho, esquisito, exótico, desgarrado, extraviado, desencaminhado, peregrino, errante, perdido, emigrado, proscrito, o infantil a ser expedido, remetido, enviado, despachado, desembaraçado, apartado, segregado, exilado, banido, desterrado, degredado, deportado, expatriado para um país estrangeiro – o País da Educação.<sup>76</sup>

A discussão da autora é muito mais ampla, porém esse trecho de sua obra explicita o que está se pretendendo dizer. Os discursos aqui analisados mostram que há a tentativa de se

<sup>74</sup> CORAZZA, Sandra Mara. *História da Infância Sem Fim*. Rio Grande do Sul: UNIJUÍ, 2000.

<sup>75</sup> CORAZZA, *História...* op. cit. ( p. 43-44 ).

<sup>76</sup> Id. *ibid.* ( p. 123-124 ).

“criar” a criança dependente, “pequena”, sujeita ao controle de seu outro que é o adulto. E entre as instituições disciplinares, a família e a escola é que desempenhariam um papel primordial na educação da criança, conforme visto nas falas de Prisco Sênior, constituindo, então, a identidade da criança-dependente. Esse ser disforme, irregular, exótico, nas irônicas palavras de Corazza, é o infantil a ser deportado para um país estrangeiro, o país da educação.

E justamente no espaço da escola é que a “mensagem de retidão” será dada aos “irregulares”, por meio de uma linguagem simbólica, que toma de empréstimo as propriedades da natureza, produzindo assim uma fala autorizada de saber. Para compreender melhor o que está sendo dito agora, apresentar-se-á analiticamente a utilização de um símbolo paranista nas escolas. É o que se coloca a seguir.

### 1.3. O DISCURSO DA RETIDÃO: O PINHEIRO E A INFÂNCIA

O pinheiro foi utilizado pelo paranismo<sup>77</sup> como símbolo do Estado do Paraná, porém pouco se fala como se deu essa apropriação. Muitos remetem ao movimento paranista a transformação do pinheiro em símbolo cultural do Estado, mas como afirmou Souza “os simbolistas e outros não vinculados à tendência estética já utilizavam o pinheiro para expressar sentimentos interiores, tornando-o a base para formar as identificações na década de 1920.”<sup>78</sup>

O pinheiro foi um tema sempre presente na *Ilustração Paranaense* (principal periódico paranista no período de 1927-1930), integrando praticamente todas as publicações, com exceção apenas dos dois últimos números, de outubro e novembro de 1930. Além de se fazer presente nas páginas do periódico, ilustrou as suas capas. Vejamos uma delas:

---

<sup>77</sup> Comentar-se-á o paranismo no segundo capítulo desta dissertação.

<sup>78</sup> SOUSA. *Nação e Herói...* op. cit. (p. 80)

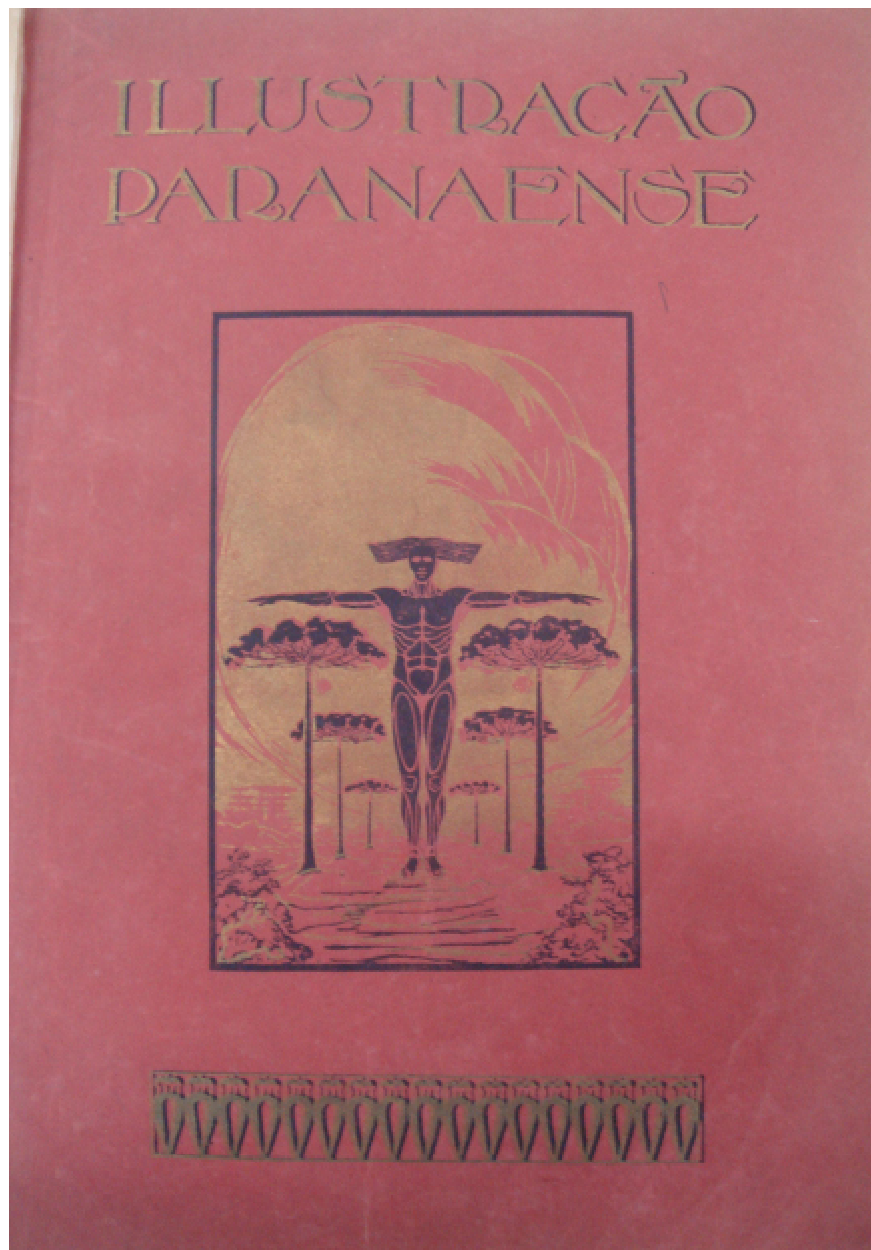


Fig.1 – Capa da Revista *Ilustração Paranaense* (jan. 1928)

Esse é um símbolo que representa o caráter da população paranaense. Uma árvore forte e reta que serve de exemplo para seus habitantes. Nem as crianças puderam escapar da força simbólica contida no pinheiro. As instituições escolares do Estado do Paraná, durante as comemorações do Centenário da Independência, em 1922, realizaram solenemente o plantio da árvore, com ata e tudo. Esse plantio do pinheiro se deu também em Guarapuava, no Colégio Visconde de Guarapuava, sucedido de um forte discurso proferido pelo então diretor. É o que agora se analisará:

### O PLANTIO DA ÁRVORE DA INDEPENDÊNCIA

Quando se deu o plantio do Pinheiro, nos pateos da recreação do Grupo Escolar “Visconde de Guarapuava”, o Director do Grupo, pronunciou um discurso, que em synthese foi o seguinte:

Creanças!

Neste momento tão solemne e tocante em que estamos circundados pelas nossas autoridades e povo syntetizando a nossa grandiosa Pátria, iremos cumprir uma parte do programma official dos festejos, que assignalam a nossa alegria, o nosso contentamento, o nosso jubilo, pela passagem do Centenário da nossa emancipação política. (sic)<sup>79</sup>

No início de seu discurso, o diretor chama a atenção para o fato de que o que iriam realizar era uma parte das tantas comemorações que estavam se dando por todo o país, pela passagem do Centenário da Independência.

Continuando, diz:

Esta árvore, que tanto enriquece e enfeita as nossas lindas e vastas mattas, vae ser o symbolo<sup>80</sup> magnífico das nossas aspirações e dos nossos presentes actos.

Este pinheirinho vae ser plantado aqui: o seu tronco altaneiro e recto é o fio a prumo da felicidade do futuro da grandiosa Pátria Brasileira. As suas raízes marcam e symbolizam os nossos princípios democraticos e fortemente arraigados na alma patriótica da nossa nacionalidade.

Aqui plantado, elle se chamará a Árvore da Independência e ficará nos chamando a attenção e nos dando saudades deste grande dia, ao mesmo tempo que irá mostrar aos nossos descendentes, o patriotismo brilhante deste povo, que sabe amar e honrar a sua Pátria. (sic).<sup>81</sup>

No trecho, o diretor fala do pinheiro como símbolo para as crianças. Ao afirmar que seu tronco altaneiro e reto é o fio prumo da felicidade do futuro da pátria brasileira, estabelece uma analogia entre o tronco reto e as crianças. Dependia delas a felicidade futura da nação, obedecendo ao princípio de retidão apregoado pelo diretor. Pode-se então pensar no pinheiro como uma representação. Roger Chartier explana a questão da seguinte forma:

(...) a representação faz ver uma ausência o que supõe uma distinção clara entre o que representa e o que é representado; por outro lado, é a apresentação de uma presença, a apresentação pública de uma coisa ou de uma pessoa. Na primeira acepção, a representação é o instrumento de um conhecimento mediato que faz ver um objeto ausente substituindo-lhe uma “imagem” capaz de repô-lo em memória e de pintá-lo tal como é. Dessas

<sup>79</sup> Jornal O PHAROL. Guarapuava, 07 de setembro de 1922. ano IV. nº 129. Edição Comemorativa do Centenário do Brasil. ( p. 19 ).

<sup>80</sup> Grifo meu.

<sup>81</sup> Jornal O PHAROL. op. cit. ( p. 19 ).

imagens, algumas são totalmente materiais, substituindo ao corpo ausente um objeto que lhe seja semelhante ou não.

(...) outras imagens funcionam num registro diferente: o da relação simbólica que, para Furetière, é “a representação de algo moral pelas imagens ou pelas propriedades das coisas naturais (...) O leão é o símbolo do valor, a bolha o da inconstância, o pelicano o do amor materno”.<sup>82</sup>

Com a reflexão de Chartier fundamenta-se a idéia do pinheiro como símbolo de retidão que, pelas suas características, representa uma criança reta e mais, paranaenses retos. Utilizando-se de uma árvore (algo natural) o diretor estabelece uma relação simbólica. Com a imagem e as propriedades do pinheiro, a mensagem estava clara: crescer reto, regrado, disciplinado, enquadrado à ordem para o sucesso do Paraná e do Brasil. Sucesso que significava “progresso”.

Não há como não relacionar esse plantio do pinheiro a duas das figuras que introduzem a leitura de “Vigiar e Punir”<sup>83</sup>, que com ambas as gravuras, de N. Andry, a arte de prevenção e correção é referida a imagem da linha reta.

Na primeira, uma régua, propõe-se como arte de prevenção, como regra e suposto de harmonia reinante em uma cena de governança infantil. Na segunda, a formosa árvore torta, toda amarrada por uma grossa corda a um pau reto firmemente fincado no solo, explícita a ortopedia como arte da correção da deformação.

Num e noutro caso, cânone e deformação configuram o campo das práticas de prevenção e correção. Nas imagens, o que se explicita como objeto da arte da ortopedia não é a falta de forma, não é o informe, mas a deformação de uma forma canônica. Em ambas as figuras, a reta é regra e norma, que constitui o desvio e a deformidade como sua confirmação.

Para finalizar seu discurso, o diretor curiosamente se refere às meninas. Vejamos:

Meninas! Prestem bem atenção e guardem nas suas almas toda a pureza e magnitude deste acto. As meninas muito principalmente, precisam da educação cívica, porque o Brasil precisa de mães que amanhã saibam ensinar aos seus filhos este amor profundo, que se deve dedicar à Pátria. Não se concebe e não se compreende Pátria sem mães.

Crianças, ao terminar as minhas palavras quero levantar um viva que será o traductor, neste momento tocante de nossa vida política, da nossa idealidade, ânsia de amor e progresso do nosso grande país.

Viva o Brasil, unido e forte! (SIC).<sup>84</sup>

<sup>82</sup> CHARTIER, Roger. O Mundo como Representação. In: CHARTIER, Roger. *À Beira da Falésia: a história entre certezas e inquietude*. Porto Alegre: Universidade UFRGS, 2002. ( p. 74 ).

<sup>83</sup> FOUCAULT. *Vigiar e Punir...* op. cit. ( p. 32-33 ).

<sup>84</sup> Jornal O PHAROL. op. cit. ( p. 19 ).

Sem rodeios, diz que a função da mulher é ser mãe e educar seus filhos para o culto à Pátria. Fora disso, nada mais. Sobre a divisão de papéis entre homens e mulheres, Perrot afirma o seguinte:

O século XIX levou a divisão das tarefas e a segregação sexual dos espaços ao seu ponto mais alto. Seu racionalismo procurou definir estritamente o lugar de cada um. Lugar das mulheres: a Maternidade e a Casa cercam-na por inteiro. A participação feminina no trabalho assalariado é temporária cadenciada pelas necessidades da família, a qual comanda, remunerada com um salário de trocados, confinada às tarefas ditas não-qualificadas, subordinadas e tecnologicamente específicas.

“Ao homem, a madeira e os metais, à mulher, a família e os tecidos”, diz um texto operário (1867). A lista dos “trabalhos de mulheres” é codificada e limitada. A iconografia, a pintura, reproduzem à sociedade essa imagem reconfortante da mulher sentada à sua janela ou sob a lâmpada, eterna Penélope, costurando interminavelmente. Rendeira são os arquétipos femininos. Votadas ao universo da repetição, do íntimo, têm as mulheres uma história?<sup>85</sup>

Observa-se a grandeza da análise da historiadora, ao mostrar com clareza como o racionalismo do século XIX definiu o lugar social de homens e mulheres, respectivamente às suas funções. A mulher deveria ser a “rainha do lar”, cuidando dos afazeres domésticos e dos filhos. Isso nos auxilia na compreensão da fala do diretor direcionada às meninas, pois desde a infância pretendia inseri-las na esfera do privado, por meio do entendimento da responsabilidade e do significado de ser mãe, o que implicava conduzir os filhos pelos “caminhos da ordem”.

Assim, Guarapuava participou das comemorações cívicas sobre o tema do Centenário da Emancipação Política. Com um ato aparentemente inocente se mostrou a pretensão disciplinadora dos corpos e dos gêneros. Encontramos também na *Ilustração Paranaense* a saudação aos pinheiros<sup>86</sup>, em uma comemoração ao dia da criança, coincidentemente feita por meninas de uma escola de Curitiba, pois como vimos anteriormente, o sexo feminino é visado desde a infância. Afinal, “não se compreende pátria sem mães”, como disse o diretor. Analisar-se-á, então, a imagem:

<sup>85</sup> PERROT, Michelle. *Os Excluídos da História: operários, mulheres e prisioneiros*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998. ( p. 143 ).

<sup>86</sup> *Ilustração Paranaense*. Mensário Paranista de Arte e Actualidades. Curitiba, ano IV, n.1, janeiro de 1930.



Fig. 2 – A Saudação aos Pinheiros

O que se vê é um grupo de meninas, de mãos dadas, saudando os pinheiros ali existentes. Dá-se a impressão de que com o gesto de unir as mãos e erguê-las para o céu, conseguem abraçar os pinheiros, chegando à sua altura, pois há um distanciamento proposital das meninas em relação às árvores que permite tal interpretação. O foco da foto foi muito bem planejado, o que reafirma a idéia de que o fotógrafo é um sujeito histórico que utiliza sua técnica demonstrando uma dada visão de mundo. Percebemos que por trás do “abraço” há inúmeras crianças assistindo à saudação e absorvendo a “mensagem de retidão” nela contida. Não é à toa que se visualizam nas edições da revista muitos pinheiros e crianças intercalados.

Agora é possível compreender as conexões existentes entre as fontes de Guarapuava e de Curitiba, centro das discussões paranistas. É possível também visualizar que as idealizações feitas pelos intelectuais vinculados ao paranismo chegaram a Guarapuava. O pinheiro, de fato emprestou suas propriedades naturais para transmitir aos paranaenses e suas crianças uma mensagem de retidão, ele foi apropriado pelo grupo de intelectuais como uma

estratégia discursiva. Foram muitos os que ouviram tais discursos, “viram” e “sentiram” as emoções transmitidas por esse símbolo. O discurso da retidão soou ardentemente neste “canto” do Paraná. A seguir, será analisado um pouco mais do discurso da revista *Ilustração Paranaense* sobre a criança. Isso será feito por meio da análise de imagens e versos que se encontram nas páginas de tal periódico.

**CAPÍTULO II**  
**EUGENIA, PARANISMO E EDUCAÇÃO:**  
**A CRIANÇA NA *ILLUSTRAÇÃO PARANAENSE* (1927-1930)**

A criança no Paraná também foi alvo e referência de discursos. Entende-se que esses são perpassados por muitas falas que pretendem dizer “a verdade” sobre ela. Analisar as estratégias discursivas que pretendem “fabricar” a criança ideal é uma das propostas deste trabalho, pois inexistente no Paraná uma pesquisa histórica que privilegie as representações e idealizações da infância no contexto do Movimento Paranista, na década de 1920. É bem sabido que a produção referente à história da infância no Rio de Janeiro e em São Paulo é vastíssima e avançada, mas neste Estado há uma lacuna a ser preenchida.

O Estado do Paraná é emancipado da província de São Paulo em 1853, por meio de uma “concessão estratégica do governo imperial para aplacar o descontentamento dos liberais com a excessiva interferência do poder central nas províncias, bem como contra os impostos cobrados pelas exportações.”<sup>87</sup> O Paraná emancipa-se no século XIX, que é por excelência o século da constituição da “sociedade disciplinar”, segundo Foucault.<sup>88</sup> Para esse autor, é o período em que uma série de saberes e instituições são construídos com o objetivo de garantir a “paz social”, por meio de dispositivos de segurança e de controle social. A prática da disciplinarização dos corpos, do tempo, dos hábitos da população, viabilizada pela escola, a clínica, as prisões, as casas de correção, a polícia, os hospitais psiquiátricos, orfanatos e as fábricas, é consentânea ao surgimento da sociedade urbano-industrial, cujo funcionamento demanda uma nova ordem social.

---

<sup>87</sup> MAGALHÃES, Marion Brepohl de. *Paraná: Política e Governo*. Curitiba: SEED, 2001 (p.23). Ver também WACHOWICZ, Ruy. *História do Paraná*. Curitiba: Imprensa Oficial do Paraná, 2001.

<sup>88</sup> FOUCAULT, Michel. *A verdade e as formas jurídicas*. Rio de Janeiro: NAU Editora, 2003 (p79-102)

Percebe-se nesta pesquisa, que o intelectual paranista Romário Martins é completamente influenciado pela idéia de ordem social, pois viveu nos anos de 1874 a 1948, o que nos faz compreender tal influência. Analisar como tal ideal esteve presente no seu pensamento sobre a infância, bem como de que forma se fez marcante no movimento do qual foi o maior articulador, é uma tarefa a ser cumprida.

É justamente para começar a responder à carência de uma análise sobre as representações de infância no Paraná que, utilizando a revista *Ilustração Paranaense*, serão mostradas e analisadas as imagens de criança presentes em várias das suas edições, por meio de algumas fotos, poesias e textos com fundo moral. Esse periódico foi lançado em novembro de 1927, um mês depois do surgimento do Manifesto Paranista e do Programa do Centro Paranista, elaborados por Romário Martins. Essas atividades foram apoiadas pela Secretaria de Agricultura (da qual Romário se tornaria diretor, de 1928 a 1930) e pelo Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense (do qual era fundador). A *Ilustração Paranaense* era a principal publicação do Movimento Paranista e Romário Martins, o principal colaborador. Segundo Fabrício de Souza, “ela evidenciava as atitudes contraditórias dos intelectuais que dela participavam. Não havia um eixo que norteasse as publicações, prevalecendo apenas, o enaltecimento do Paraná...”<sup>89</sup>.

É interessante perceber que o proprietário da revista, Groff, sendo fotógrafo e cineasta iniciante, não perdeu a oportunidade de expor suas fotos na revista, o que pode ser visto como estratégia de divulgação do seu trabalho. Cabe aqui a definição de Antônio de Oliveira Júnior: “A fotografia é um espaço bidimensional, onde convergem sistemas de signos ou representações, organizada a partir de formas expressivas específicas, constituídas pelo fotógrafo enquanto sujeito histórico, portador de uma ideologia e de uma cultura.”<sup>90</sup> O mais intrigante é que há muitas fotos de crianças que até agora não receberam a devida atenção. Afinal de contas, elas não foram parte integrante da revista por acaso ou apenas para preencher espaço. Houve uma intenção em colocá-las da maneira como foram colocadas. Certamente foram minuciosamente selecionadas, assim como os textos que as acompanham.

---

<sup>89</sup> SOUZA, Fabrício Leal de. *Nação e Herói : A Trajetória da Intelectualidade Paranaense*. Dissertação de mestrado: Assis, 2002 (p. 79)

<sup>90</sup> OLIVEIRA JÚNIOR, Antônio de. Apud CIAVATTA, Maria. *O Mundo do Trabalho em Imagens: A Fotografia como Fonte Histórica (Rio de Janeiro, 1900-1930)*. Rio de Janeiro: DP&A editora, 2002 (p.28).

## 2.1. PARANISMO: UM EMBATE HISTORIOGRÁFICO

Para entender melhor as representações construídas na revista, antes é necessário falar de algumas produções existentes sobre o movimento paranista. Primeiramente, pode-se afirmar que mesmo não havendo uma grande produção sobre esse movimento, não há concordâncias no que se refere à sua interpretação histórica, às suas manifestações culturais e seus objetivos. Há sim, um conflito de interpretações entre os pesquisadores do tema.

Uma primeira postura, bastante conhecida e difundida entre os historiadores paranaenses, representante da UFPR (Universidade Federal do Paraná) é a de Luis Fernando Lopes Pereira, o qual em sua análise *Paranismo, o Paraná Inventado*, procura distinguir-se por completo da análise de Ruben César Keinert, de vinte anos antes<sup>91</sup>, tida por Pereira como “pesada”, por enforçar o campo ideológico e as relações de produção. Propõe-se, então, a fazer o contrário, explicitar “leveza”, fugindo ao peso das metodologias reducionistas.

Segundo Pereira, com a ruptura da Monarquia criou-se um vazio no imaginário popular, pois até então havia toda uma engenharia política que se montava para a construção da imagem do país identificado com a de seu líder máximo, fazendo com que a Monarquia preenchesse o imaginário popular, não carecendo o Brasil de outras construções. Mas, além da necessidade de construção de uma nova imagem nacional, de uma nova idéia de Nação, através das representações, abre-se, pela descentralização política, espaço para os regionalismos. É deste período a construção da identidade regional do Rio Grande do Sul (gauchismo), de Minas Gerais (mineirismo), de São Paulo (bandeirantismo) e do Paraná (paranismo).<sup>92</sup>

O Movimento Paranista surge, portanto, no início do século em uma Curitiba que vive a efervescência cultural propiciada pelo surto econômico da erva-mate e, acima de tudo, em uma época que carecia de novas representações políticas e tradições regionais, já que desaparecera a figura do Imperador que congregava em torno de si a Nação e se construíam novas identidades.<sup>93</sup>

---

<sup>91</sup> A obra referida é *Regionalismo e Anti-Regionalismo no Paraná*. O autor realizou um trabalho comprometendo-se em encontrar elementos estruturadores e capazes de atestar, por meio de uma teorização político-econômica centrada em uma dinâmica do capitalismo, as razões e conseqüências do relacionamento existente entre regionalismo e anti-regionalismo.

<sup>92</sup> PEREIRA, Luis Fernando Lopes. *Paranismo: Cultura e imaginário no Paraná dos anos 20*. In: Revista Paranaense de História. v. 1. ANPUH-PR, 1996. ( p. 274-275 ).

<sup>93</sup> PEREIRA. *Paranismo...* In: Revista Paranaense de História. op. cit. (p. 277).

O Paraná acabara de experimentar a perda de parcela de seu território para Santa Catarina (pós-Contestado), por acordos políticos, quando a habilidade política catarinense foi maior, em particular nas negociações e pressões sobre o Governo Central. Além disso, o Estado, com mais de 2/3 de seu território “desocupado”<sup>94</sup>, procurava no incentivo à imigração resolver tal problema e povoar seu território, o que gerava outras preocupações, particularmente no que diz respeito à construção de uma unidade territorial. Para tal era preciso “inventar as tradições”. Era preciso criar a identidade paranaense. Esse era o objetivo do Movimento Paranista, na visão de Pereira.<sup>95</sup>

Várias foram as formas utilizadas pelos paranistas para a construção da identidade cultural para o Estado do Paraná e para a elaboração de uma idéia de sociedade em franca expansão e desenvolvimento. Uma delas foi através da produção artística. Aqui se destacam as figuras de João Turin, Zaco Paraná, Lange de Morretes, João Ghelfi, entre outros que, através de sua produção artística, geradora do que se convencionou chamar de “estilo paranista”, irão elaborar uma arte regional e os símbolos não oficiais do Estado. Destaca-se, aqui, a figura do pinheiro araucária, evidenciada como um dos símbolos máximos dos ideais paranistas, por suas características.

Romário Martins, o principal líder do movimento, chega, em um livro sobre as árvores, a citá-lo como “árvore paranaense” e, acima de tudo “brasileira”. O pinheiro se caracterizará como o herói paranista, aquele que preenche o imaginário popular e tem uma força pedagógica que mostra ao habitante da terra como ele deve ser (reto).<sup>96</sup> A produção dos paranistas ganha as ruas e se integra com o imaginário popular. Isso acontece nas comemorações cívicas, sejam elas de caráter regional ou nacional. Destacam-se aqui as pretensões modernizantes dos paranistas em mostrar os avanços do Paraná. Esta análise vincula-se diretamente com a “febre suscitada”<sup>97</sup> pela obra de José Murilo de Carvalho *A Formação das Almas* (1990). Pereira assume que, em termos metodológicos, sua análise da construção de uma identidade regional no Paraná segue os passos de Carvalho.

Um dos principais recursos utilizados para tal são as Exposições, nas quais os paranistas irão expor os produtos paranaenses, contando nestse aspecto com um forte incentivo governamental. Entre as variadas exposições destaca-se a do Centenário da

---

<sup>94</sup> Percebemos por meio da utilização deste termo, que o autor desconsiderou as populações indígenas.

<sup>95</sup> PEREIRA. *Paranismo...* In: Revista Paranaense de História. op. cit. (p. 277).

<sup>96</sup> Id. *ibid.* ( p. 284-285 ).

<sup>97</sup> SOUZA, Fabrício Leal de. Op.cit.

Independência, feita em dois planos. Primeiro, uma exposição prévia no Paraná e depois um estande dos produtos paranaenses na Capital Federal, Rio de Janeiro, onde se destacavam os quadros de Waldemar Curt Freyesleben, um pintor paisagista, que não estudou no exterior como a maioria de seus contemporâneos, e que tinha como tema preferencial os “pinheiros”.<sup>98</sup>

Ainda no período, como parte desse espetáculo paranista, haverá a inauguração da maior parte das estátuas de Curitiba. As mais significativas ocorreram durante as comemorações do Centenário da Independência, em 1922, com as hermas<sup>99</sup> dos poetas paranaenses na Praça Osório, onde se inauguraram as estátuas de Emiliano Pernetta, Emílio de Menezes e Domingos Nascimento, todas estátuas produzidas pelos paranistas Zaco Paraná e João Turin. Outra importante estátua inaugurada nessas comemorações foi a do Semeador, de Zaco Paraná. Em todas elas a população curitibana prestava reverência aos símbolos dos ideais paranistas.

Ainda nas comemorações, a árvore da independência será o pinheiro<sup>100</sup>, que terá seu plantio solenemente realizado em todas as escolas da rede pública de ensino.<sup>101</sup> Como foi o caso de Guarapuava, já visto no primeiro capítulo.

Percebe-se, então, que o enfoque dado por Pereira é para a força simbólica supostamente criada pelos integrantes do Movimento Paranista que, conforme sua análise, pretendia formar o imaginário paranaense, construindo uma identidade.

Contrapondo as idéias de Luis Fernando Pereira, a dissertação de Fabrício Leal de Souza<sup>102</sup>, *Nação e Herói : A Trajetória da Intelectualidade Paranaense* (2002), convida a considerar da seguinte forma a análise realizada por Pereira: Primeiramente, atribuiu como paranista todo o período que inicia com a república e termina com a revolução de 1930. Utilizou o termo “paranismo” para significar um amplo conjunto de atividades literárias, históricas, políticas e afins, que são anteriores ao movimento, e se verificarmos suas fontes, notaremos que o termo aparecerá somente após 1927, quando será recuperado pelos paranistas e recebendo novo sentido. Pereira também realizou uma indistinção de intelectuais, misturando simbolistas com paranistas e, conseqüentemente, atitudes e problemas específicos de cada época, como se tudo fosse uma única coisa, inserindo essa intelectualidade na formação de uma modernização homogênea, como se não houvesse diferenciações dentro da

<sup>98</sup> PEREIRA. *Paranismo...* In: Revista Paranaense de História. op. cit. (p. 288-289).

<sup>99</sup> Herma: significa busto.

<sup>100</sup> Há um sub-capítulo específico sobre o pinheiro araucária como símbolo paranista nesta dissertação.

<sup>101</sup> PEREIRA. *Paranismo...* In: Revista Paranaense de História. op. cit. (p. 289).

<sup>102</sup> SOUZA, Fabrício Leal de. *Nação e Herói...* op.cit.

intelectualidade paranaense. Por fim, insistira na análise da formação identitária e homogeneização do Paraná, considerando que era objetivo dos paranistas, ignorando que a atuação desses intelectuais, nesse campo, fora a mais restrita e avessa quando relacionada a questões de regionalismo.<sup>103</sup>

Fabrcio de Souza aponta ainda o seguinte sobre a produo referente ao paranismo:

as anlises existentes sobre o Paranismo ressaltam a idia de que essa articulao, considerada regionalista, pretendia definir o tipo paranaense e formar uma identidade cultural para o Estado, pois este se julgava desprovido de uma. A anlise do manifesto, por, revela que ali no est explcita a inteno de se criar uma identidade regional acabada, forte o bastante para significar o Paran, muito menos a criao de um tipo paranaense.<sup>104</sup>

Essa discusso se deu porque no incio do sculo XX havia imensa preocupao ao fato de o Paran no conseguir afirmar-se culturalmente. Conforme Fabrcio de Souza: em tal contexto, a estratgia dos paranistas foi outra. “Perante a dificuldade em se formar uma cultura local, numa poca em que todas as regies procuravam encontrar aquilo que as caracterizava, os intelectuais paranistas realizaram o inverso: aceitaram a sua diversidade cultural.”<sup>105</sup>

Entre outras questes, a que se refere a identidade cultural, se no for a maior, a principal discordncia entre os autores Luis Fernando Lopes Pereira e Fabrcio Leal de Souza. Pois, para o primeiro, o movimento tinha por objetivo forjar a identidade paranaense. Para o segundo, o movimento no buscou responder a “falta de identidade”, no pretendeu homogeneizar a populao, no foi um movimento nativista, pois poderia ser paranista tanto o natural do Paran como o de outro Estado, como o prprio estrangeiro, conforme definido por Romrio Martins.<sup>106</sup> O que se tentar mostrar, a que se Fabrcio de Souza percebeu certo espao para as diferenas no Movimento Paranista, por outro lado, no esteve atento as percepes de criana como indcios que demonstram a ordenao e os limites da diferena dentro do paranismo.

Esse conflito a bem mais vasto do que aqui exposto. Para esmiuar-lo, seria necessrio um estudo especfico. O que se evidencia a que os historiadores interessados na discusso

---

<sup>103</sup> Idem (p.33)

<sup>104</sup> Idem (p.75)

<sup>105</sup> Id. Ibid. (p.75-76)

<sup>106</sup> Esta definio se encontra no Manifesto Paranista.

prendem-se ao movimento em si, à sua interpretação, às suas significações, às suas produções, ao seu campo simbólico, à busca ou não de uma identidade, aos intelectuais vinculados. Nenhum deles, até o presente momento, teve “olhos” para a criança presente nas fontes paranistas, como também não teve para o conteúdo educativo e pedagógico implícito nesse movimento e na sua produção intelectual. A força pedagógica dos símbolos utilizados se faz presente na obra de Pereira, porém aqui o que se apresenta é uma análise específica das imagens de criança presentes na revista *Ilustração Paranaense*, que esteve inteiramente atrelada aos intelectuais vinculados ao paranismo, sendo sua principal publicação, conforme já comentado.

## 2.2. INFÂNCIA RETRATADA: UM IDEAL DE PERFEIÇÃO

Cabe então indagar: Qual é a criança fotografada? Qual é o perfil de criança que se pretendeu divulgar? Qual é a relação existente entre as fotos e os textos que as acompanham? E qual a relação desses com o pensamento existente no início do século XX, no Paraná e no Brasil, bem como com o contexto histórico de sua produção?

São esses, entre outros questionamentos, que a partir de agora serão colocados em discussão. Assim como bem exprimiu Ciavatta, “... A busca da compreensão pela totalidade implícita, mas oculta na fotografia, supõe o esforço de articular as partes em um todo com seus significados. Isto supõe investigar o contexto da produção, da apropriação e do uso da fotografia.”<sup>107</sup>

Trabalhar com fotografia em história não é algo tão simples quanto parece, pois há que se responder a um desafio que envolve comprometimento da parte do pesquisador, assim como comentou Ciro Cardoso e Ana Mauad:

Ao historiador, a fotografia lança um grande desafio: como chegar àquilo que não foi revelado pelo olhar fotográfico. Tal desafio impõe-lhe a tarefa de desvendar uma intrincada rede de significações, cujos elementos – homens e signos – interagem dialeticamente na composição da realidade. Uma realidade que se formula a partir do trabalho de homens como produtores e consumidores de signos; um trabalho cultural, cuja compreensão é fundamental para se operar sobre essa mesma realidade.<sup>108</sup>

<sup>107</sup> CIAVATTA. Op.cit. (p.18)

<sup>108</sup> CARDOSO, Ciro Flamarion; MAUAD, Ana maria. História e Imagem: os exemplos da fotografia e do cinema. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. (orgs.) *Domínios da História: Ensaios de Teoria e Metodologia*. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997. (p.405)

Não basta prender-se somente à imagem, ou a ela enquanto representação do real. É preciso perceber como os signos, as representações interagem com os sujeitos sociais, e concebê-los enquanto produtores e consumidores de signos no universo da cultura. É preciso “inserir a fotografia no panorama cultural, no qual foi produzida, e entendê-la como uma escolha realizada de acordo com uma dada visão de mundo.”<sup>109</sup> É isso que se pretende fazer na seqüência deste capítulo, mostrando através da análise das fotos, a escolha, a preferência do fotógrafo por um padrão de criança, a que melhor correspondia à sua visão de mundo. Essa escolha traz consigo uma mensagem, pois:

A fotografia, ao ser interpretada como mensagem, direciona a análise para o estudo das linguagens, no contexto de uma abordagem semiótica. Segundo Rossi-Landi, é importante perceber que existem formas de comunicação mais profundas e menos advertidas do que as verbais; e que, mesmo sem o saber, emitimos mensagens não-verbais.<sup>110</sup>

Assim, a compreensão da cultura, enquanto forma de apreender e transformar as relações sociais, passa pela análise dos sistemas de signos.<sup>111</sup> Os signos não-verbais têm muito a dizer sobre as formas de vida, sobre os valores de dada sociedade, sobre uma época histórica. No campo específico da análise da imagem fotográfica, merece destaque um dos últimos escritos de Roland Barthes<sup>112</sup>, *A câmara clara*, de 1980, publicado poucos dias antes de sua morte. À fotografia como registro objetivo, Barthes contrapõe a visão pessoal, subjetiva, do observador que contempla a foto, pois o que atrai seu olhar são os detalhes menos percebidos, ou seja, descentrados.<sup>113</sup> A fotografia é, também, ao mesmo tempo um registro realista (e não a mensagem codificada que queriam os semiólogos) e uma emanção do real passado.

...gosto de certos traços biográficos que, na vida de um escritor, me encantam tanto quanto certas fotografias; chamei esses traços de ‘biografemas’; a Fotografia tem com a História a mesma relação que o biografema com a biografia.<sup>114</sup>

---

<sup>109</sup> Idem (p.406)

<sup>110</sup> Idem (p.407)

<sup>111</sup> Idem

<sup>112</sup> BARTHES, Roland. *A câmara clara: nota sobre a fotografia*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.

<sup>113</sup> Idem (p.77-80)

<sup>114</sup> Idem (p.51)

Aqui, Barthes nos fala da encantável relação existente entre a fotografia e a história, pois assim como cada escritor tem seu traço, cada fotografia tem a sua especificidade histórica, cada imagem tem traços a serem analisados, e de acordo com esse mesmo autor, o que deve chamar a atenção do observador são os detalhes mais “insignificantes”, os quais muitas vezes são considerados “indignos” de atenção, quanto menos de análise. O sujeito (observador) deve assumir uma posição de mediador, de intérprete de cada fotografia, tentar definir, com subjetividade, o traço fundamental de cada foto. O próprio título da obra nos sugere esta interferência, pois na câmara clara, a mão do homem é indispensável, na câmara escura, ela é abolida. O homem transforma-se, então, na câmara clara, que vê com sensibilidade física e emocional a fotografia.

Começar-se-á, então, a tratar especificamente da análise das imagens da *Ilustração Paranaense*, onde aparecem crianças. O periódico, sem dúvida foi produzido para a classe dominante, pois os agentes nele envolvidos pertenciam a tal classe e por meio dele poderiam defender seus interesses. Circulou entre os anos de 1927 a 1930, trazendo em suas capas a imagem do pinheiro, conforme já comentado no primeiro capítulo. Nas páginas da revista vemos pinheiros e crianças intercalando-se, o símbolo da retidão e o ideal de perfeição, respectivamente. Vemos crianças brincando e passeando, crianças com adultos, crianças sozinhas, crianças bem vestidas e calçadas, bem alimentadas, crianças nuas, também bem alimentadas. Vemos crianças presentes em diversas comemorações, como o dia da criança e o dia do Paraná, em eventos sociais, como festas, aniversários e casamentos. Vemos um padrão de família e um padrão de existência, ou seja, para “existir” na *Ilustração Paranaense* era preciso pertencer à “alta sociedade” paranaense.

Tratando dos dados quantitativos, foram contabilizadas 127 fotografias relacionadas à infância. Destas, 26 são de crianças com adultos e 101 somente de crianças, sozinhas ou em grupos. Há também 4 propagandas direcionadas à infância e um busto desenhado por um artista paranaense. Totabilizaram-se, então, 132 imagens que interessam ao tema desta pesquisa. Dos quatro anos de circulação da revista, somente o ano de 1929 não foi inserido nessa contagem, porque as edições não estavam disponíveis à pesquisa por deterioração. Optou-se por mostrar aqui apenas algumas fotos, pois para analisar todas, certamente teria assunto para outra dissertação.

Quando se observa que a maioria das fotos são de crianças sozinhas ou em grupos, não se quer dizer que estão sozinhas, pois foram fotografadas em estúdio, o que pressupõe que

foram levados pela mãe ou pela família. São pouquíssimas as que foram retratadas em ar livre. Todas as imagens transmitem a idéia de cuidado, de harmonia, de felicidade. Não há tristeza, doença, abandono... Há a representação de uma infância feliz.

Criar a arte brasileira foi um esforço constante na revista paranista, ao mesmo tempo em que se enalteciam as expressões artísticas européias. Tentava-se deixar de lado a cultura importada para, em seu lugar, dar espaço ao cultivo daquilo que seria nosso.<sup>115</sup> A própria denominação da revista, “mensário paranista de arte e atualidades”, sugere essa busca por caracterizações próprias.

É assim que na primeira edição da revista fala-se do artista Nísio, e o mais interessante é que seu trabalho é divulgado por meio de um busto de criança:

#### NÍSIO

Uma grande esperança que “A Ilustração Paranaense” vem por em contacto com o público.

Nísio, nome sonoro e cantante, é hoje a maior esperança da celebração do artista do Paraná.

Desenhista seguro, vigoroso.

Pintor de uma limpidez de cores de uma luminosidade sumptuosa que floresce em tons esplendidos, quentes, fortes. Que se suavisa na doce poesia das neblinas.

Nísio é uma das maiores esperanças da pintura brasileira contemporânea. E uma das mais lindas expressões do sonho do Brasil a pompear belleza.

E nada melhor podia illustrar esta página que uma encantadora cabeça de creança.

A infância é o mais belo symbolo da esperança. Para uma creança só se deseja ventura. Só se pensa em bondade. Só se sonha com a belleza. A creança é uma *rosada* interrogação sorridente que se faz ao futuro.

A creança nos faz comprehender a eternidade.

Nísio é a esperança. Nísio é sacerdote da eternidade da belleza na harmonia suprema da obra de arte. Ambos, esta adorável cabecinha que o artista desenhou, e o pintor, em luta com o esplendor luminoso do colorido universal, ambos olham o futuro, e encaram com a mesma serena confiança. Que o futuro floresça em ventura para a creancinha inspitadora, e desabroche em gloria para o pintor inspirado! (sic)<sup>116</sup>

<sup>115</sup> SOUZA. Op. cit. (p.79)

<sup>116</sup> Grifo meu *Ilustração Paranaense*. Mensário Paranista de Arte e Actualidades. Curitiba, ano I, n1, novembro de 1927



Fig. 3 – Desenho de A. Nísio

Como se percebe na citação acima, falar de infância é falar de esperança. Ela é o “símbolo” da esperança. A criança, na visão de Samuel César, o autor da homenagem ao pintor, é um “poço de virtudes”. Tudo que é bom e belo faz parte do universo infantil. Mas o que se quer destacar aqui é a utilização da metáfora “rosada”, que permite a interpretação da preferência pela criança branca. Ao falar que “ambos olham o futuro, e encaram com a mesma serena confiança”, percebe-se a esperança de um progresso futuro e glorioso. A criança representada é o adulto do amanhã, é o projeto do homem laborioso, disciplinado, vigoroso, que tudo faça pelo bem do Paraná. Vê-se delinear-se um futuro projetado, um único futuro possível, uma promessa do amanhã.

Ainda na primeira edição da revista pode-se perceber como essa criança do futuro deveria ser educada.

Atenção para a seguinte imagem:



Fig. 4 – Dia da Criança

Vêm-se aqui inúmeras crianças das escolas públicas de Curitiba, cantando o hino nacional, na praça em frente à Universidade do Paraná, no dia da criança. Todas minuciosamente enfileiradas e em posição de sentido. Não se percebe nenhum movimento desordenado. O grande tema da página é “Escola Sagrada”. No artigo que segue a foto encontram-se trechos como: “A escola é um templo e o professor um sacerdote”.<sup>117</sup> Segundo essa fonte, a escola merece o mesmo respeito que um templo. O argumento é utilizado para se falar do vandalismo nas escolas: “São vidraças despedaçadas. São paredes esburacadas. São os edifícios com rastros bem visíveis e escandalosos desses *Atilas* devastadores e perversos”.<sup>118</sup> Analisa-se acima o preconceito enraizado em relação ao outro, representado como bárbaro. Pois para falar da desordem há a apropriação do termo “Átilas”. O ataque às escolas é tido como um ato bárbaro, ou seja, de outra criança que não a enfileirada em posição de sentido no dia da criança. Por isso as crianças presentes na comemoração estariam sendo “bem treinadas”

<sup>117</sup> *Ilustração Paranaense*. Mensário Paranaense de Arte e Actualidades. Escola Sagrada. Curitiba, ano I, n1, novembro de 1927

<sup>118</sup> *Idem*.

nas fileiras para o mundo da ordem. É a imagem de um dia da criança sem nenhum vislumbre de descontração, só há rigidez e disciplina. É interessante refletir que a mesma criança fotografada em fila pode ter sido a que quebrou o vidro, assim ela é o ideal e o seu outro ao mesmo tempo.

Há também a propaganda de uma câmara, que se encontra na maioria das edições da *Ilustração Paranaense*, o que é bastante significativo, já que seu proprietário, Groff, era um cineasta iniciante, conforme já citado:



Fig. 5 – Camara Pathé-Baby

Alegres acontecimentos dos dias felizes, as crianças brincando, José jogando foot-ball ou tênis, Mariazinha mergulhando, o pic-nic da família com os amigos, enfim, de tudo aquilo que nos proporcionou horas alegres é um prazer recordar e agora se pode obter com a magia da cinematographia reduzida a seus mais simples termos pela Camara Pathé-Baby. (sic)<sup>119</sup>

<sup>119</sup> Ilustração Paranaense. Mensário Paranista de Arte e Actualidades. Curitiba, ano I, dezembro de 1927.

Primeiramente, percebe-se a tentativa de associação direta da criança com a felicidade, com a alegria e a brincadeira. Em seguida, há uma divisão de papéis sociais entre meninos e meninas. José, o menino, joga foot-ball, um esporte de elite no momento histórico referido (início do século XX). Mariazinha, a menina, pratica um exercício mais ameno, o mergulho, que não requer tanta força muscular. Percebe-se que entre as atividades citadas, como tênis e pic-nic, apenas crianças de famílias ricas poderiam praticar. Já se pode, com isso, fazer idéia de que as crianças que estão presentes no periódico são pertencentes à classe dominante curitibana, aquelas que tiveram “dias felizes”, que brincaram, que praticaram esporte, que passearam, que foram ao pic-nic, filhos e filhas dos leitores da revista *Ilustração Paranaense*. Outro aspecto interessante é a noção de proteção à criança, que é dada pela família. Afinal, se vai ao pic-nic com a família e os amigos. Ainda nessa questão, visualiza-se duas mulheres, uma segurando o menino para caminhar durante a filmagem e outra filmando. Nenhuma figura masculina aparece cuidando da criança, logo, a mensagem transmitida é de que a função de cuidar da infância cabe exclusivamente à mulher. A imagem também transmite clareza, além da criança e da natureza docilizadas. Tudo se passa na mais “perfeita harmonia”. Por fim, e como é a intenção da propaganda, apresenta a técnica: a “câmara pathé-baby”, a “magia” da cinematografia. Com ela, todos os “alegres acontecimentos dos dias felizes” poderiam ser registrados e recordados futuramente. Como publicidade, essa imagem tem a função pedagógica de educar o olhar e de definir o que é memorável, o que vale a pena ser fotografado e, portanto, perenizado como monumento.

Foram encontradas ainda, mais algumas propagandas destinadas à venda de brinquedos e roupas para crianças. Observando-as, temos:



Fig. 6 – Brinquedos Modernos

Nota-se a utilização do termo “brinquedo moderno” <sup>120</sup>, que se refere ao brinquedo industrializado, produzido e vendido para a classe dominante. Esse brinquedo é o oposto daquele confeccionado pela própria criança, manualmente e sem custo. Logo, ter um brinquedo comprado é sinal de “status”. Um brinquedo pronto, que não instiga a criatividade infantil. Notamos a frase: “Vosso filho quer um brinquedo moderno: V.S. quer gastar pouco...” Ela é o indicativo de uma relação familiar, pois são os pais quem compram brinquedos para os filhos. É o indicativo também de um padrão de família: a nuclear. Para falar desse padrão, tem-se a imagem a seguir:

<sup>120</sup> Ilustração Paranaense. Mensário Paranista de Arte e Actualidades. Curitiba, ano I, n.2, dezembro de 1927



Fig. 7 – Elite Curitibana

Acima da fotografia encontra-se o anúncio “elite curitibana”,<sup>121</sup> o que de início confirma a idéia de que a revista foi produzida da classe dominante para a classe dominante. Ver-se neste periódico era uma forma de reafirmar seu “prestígio”. Observemos a tentativa da mãe de transmitir “harmonia”, pois está com um suave sorriso nos lábios, segurando o filho menor no colo e unida ao maior pela mão. Um ar de contentamento ali está. Mãe e filhos juntos, um elo fortíssimo. Outras páginas onde aparecem mães e filhos são encontradas na revista, sempre com os respectivos nomes de família, que deveriam ser vistas como modelo de convivência. Ali seria o lugar mais adequado para a criança crescer, no seio da família. Não se encontra nenhuma criança suja ou mal vestida, nenhuma na rua, nem em situação de risco.

<sup>121</sup> Ilustração Paranaense. Mensário Paranista de Arte e Actualidades. Curitiba, ano II, n.2, fevereiro de 1928.

Não se encontra o “menor”, esse ser que não dispõe de relações estáveis, nem familiares, nem sociais. Abandono e pobreza, tais situações nunca apareceram na *Ilustração Paranaense*.

Para dar início à reflexão sobre qual o perfil de criança que se quis divulgar na referida revista, observemos a seguinte fotografia e o texto que a segue:



Fig. 8 – Criança Dormindo e Sonhando

#### SONHANDO

Dormes... Sonhas talvez com Deus neste momento!...  
 E que somno tranqüilo! E que somno profundo!  
 Que importa que se agite o mar, que sopra o vento  
 Ou que a terra estremeça, ou que desabe o mundo?  
 Longe da vida, assim, não escuta o lamento  
 Da turba que se esbate e nem do odio iracundo  
 Que ás vezes como o mar, perpassa lento e lento,  
 E as vezes, como um raio, irrompe foribundo...  
 Dormes, meu coração, como os *anjos affeitos*  
 A doçura divina e a luz que o sol descerra...  
*Sopponho-te perfeito, entre os seres perfeitos*  
 Que já gozas do céu todo o bem que elle encerra  
 E que Deus só concede aos seus filhos eleitos  
 Que passaram assim felizes pela terra. (sic)<sup>122</sup>

<sup>122</sup>*Ilustração Paranaense*. Mensário Paranista de Arte e Actualidades. Curitiba, ano II, n3, março de 1928.  
 Grifo meu

O que se vê na imagem é uma criança dormindo tranqüilamente, na mais perfeita paz. A idéia de tranqüilidade exclui a possibilidade de conflito, pois a criança aqui idealizada é doce e afável, o que faz com que ela seja associada à perfeição. Segundo Roger Chartier, as representações elaboradas pelos grupos sociais “descrevem a sociedade tal como pensam que ela é ou, como gostariam que ela fosse.”<sup>123</sup> Portanto, a proposta é compreender como o fotógrafo, enquanto sujeito social descreve a sociedade elaborando representações através de imagens fotográficas.<sup>124</sup> Ou seja, na ausência de um “ser perfeito”, constrói-se ou recria-se a sua imagem. Percebe-se, assim, a analogia estabelecida no texto entre a criança e os anjos. Os anjos são modelos de perfeição a serem seguidos.

Mary Del Priore, analisando outro contexto histórico, exprime muito bem essa tentativa de santificar a infância. Mostra a elaboração quinhentista e européia dos primeiros modelos ideológicos sobre a criança:

Difundiam-se então duas representações infantis: a da criança mística e a da criança que imita Jesus. Exaltando aquelas cuja fé as ajuda a suportar a dor e a agonia física, os pequenos místicos chamavam atenção para as qualidades individuais da criança. Constituiu-se, assim, o mito da criança santa, cujos padrões eram Pedro de Luxemburgo e Catarina de Siena. Por outro lado, fabricava-se obstinadamente, na metade do século XVI, a devoção ao menino Jesus, que se expandiu no XVII, graças aos frades carmelitas, aos oratorianos e sobretudo à pregação sistemática do cardeal Bérulle.<sup>125</sup>

Esse modelo ideológico da criança-Jesus, emigrado para a colônia na mentalidade jesuítica, persiste ao tempo. O que se percebe é uma forte continuidade discursiva, pois em momentos e contextos históricos diferentes se evidencia a tática de vincular a imagem da criança à imagem do divino. No texto que acompanha a fotografia, há a utilização dos termos “anjos afeitos” e “doçura divina”, o que vem a confirmar o que está sendo dito. “As características humanas – o olhar, o perfume e os gestos – dessa criança divinizada, somadas a sua doçura, inocência e afabilidade, tocariam a todos que a cercassem. Assim fora na manjedoura: infiéis e pagãos convertiam-se ante a dulcíssima visão do pequeno e luminoso Jesus.”<sup>126</sup> A eficácia desse discurso é “criar” a criança perfeita: amável, tranqüila, serena, inocente, cheia de virtudes.

---

<sup>123</sup> CHARTIER, Roger. *A História Cultural: Entre Práticas e Representações*. Lisboa: DIFEL, 1990.

<sup>124</sup> CIAVATA. Op. cit. (p.24)

<sup>125</sup> PRIORE, Mary Del. O Papel Branco, a Infância e os Jesuítas na Colônia. In: *História da Criança no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1996. (p.12)

<sup>126</sup> PRIORE. Op.cit. (p.12)

Qual é, então, a criança perfeita para a *Ilustração Paranaense*? Basta observar a fotografia a seguir:

### A BELEZA INFANTIL DO PARANÁ:



Fig. 9 – A Beleza Infantil do Paraná

É menos bella a aurora,  
a neve é menos *pura*  
que uma creança *loura*  
no berço adormecida! ( sic) <sup>127</sup>

Fagundes Varella – A creança.

<sup>127</sup>*Ilustração Paranaense*. Mensário Paranaense de Arte e Actualidades. Curitiba, ano IV, n 1, Janeiro de 1930. grifo meu

Essa é uma das estrofes que acompanham a página de fotos da beleza infantil do Paraná, e seu conteúdo permite questionar a interpretação de Fabrício Leal de Souza quando diz que a estratégia paranista foi aceitar a diversidade cultural da população do Paraná, conforme já citado. Não é o que se percebe ao se tratar do tema da criança, pois a observação do periódico desnuda tais idéias a partir da percepção de que a criança retratada sob o título de “A Beleza Infantil do Paraná” é tão só a criança branca e de elite. O uso dos termos “neve”, “pura” e “loura” evidencia tal atitude. E se a *Ilustração Paranaense* era a principal publicação do movimento paranista, ao preferir divulgar essas crianças, fica a indagação: Onde está a diversidade paranaense? Aí se comprova a contraditoriedade do discurso paranista, que ora fala em diferença, ora aponta normas e limites. Pode-se entender, então, que a diversidade defendida por Romário Martins no Manifesto Paranista apresenta-se normatizada e limitada na *Ilustração Paranaense*.

As fotos acima combinam perfeitamente com a estrofe escolhida, pois falam da beleza e da pureza que “só a criança loira” pode ter. Em só uma página estão onze crianças brancas, bem vestidas e bem nutridas. Isso sem contar com as inúmeras outras páginas que também divulgam tal padrão de criança. Fica definido, então, que a criança perfeita para aparecer em tal revista precisava definitivamente ser “branca como a neve”. O que isso tem a dizer? Antes da resposta, observar-se-á mais esta foto para ajudar na compreensão. Todas as quatro crianças são brancas, saudáveis, filhas de um comerciante, com boas condições de alimentação e vestimenta. Vejamos, então, que conexões podem ser feitas a partir desses dados.



Fig. 10 – Crianças

A intelectualidade paranista, pelo que se evidencia, andava atenta com as teorias raciais e as concepções eugênicas, que foram foco de discussão no início do século XX no Brasil, “ao deslocar para o centro das questões nacionais as peculiaridades da raça brasileira. Mais que isso, seus representantes chegariam a propor estratégias baseadas na limpeza racial, tendo em vista o ‘progresso do homem brasileiro’ em suas particularidades físicas, mentais e morais.”<sup>128</sup>

Para ilustrar melhor as questões levantadas e estabelecer relação com as fontes da *Ilustração Paranaense*, analisar-se-á a seguinte homenagem feita por um avô à sua neta em julho de 1930, quando ela completou um ano de vida:

---

<sup>128</sup>MOTA, André. Quem é bom já nasce feito: sanitarismo e eugenia no Brasil. Rio de Janeiro:DP&A editora,2003 (p.39)



Fig. 11 - Senhora Dircélia

#### Senhora Dircélia

“Já tem V. Exa. Um ano de existência!  
Com seus *olhos azuis e cabelinho louro*  
Já passou por sua idéia  
O quanto vale para mim, V. Excelencia?  
Somente isto: *um tesouro!*”

Nos seus olhos azuis existe uma canção,  
Feita de versos meus e de recordação  
daquelle tempo, lonje de criança  
que agora, Dircélia, essa linda *esperança*  
ressuscitou...

A Senhora Dircélia é a alegria  
Que pede bolacha todo o dia,  
Mas que a jente quer tanto bem  
que nem se lembra que vai envelhecendo,  
e sem querer vai recebendo  
o título abençoado de vovô.” (sic)<sup>129</sup>

Ciro Silva

<sup>129</sup> *Ilustração Paranaense*. Mensário Paranista de Arte e Actualidades. Curitiba, ano IV, n 7, julho de 1930.

Pelo que se percebe, a menina de “olhos azuis e cabelinho louro” é o orgulho de seu avô, o qual quis externar seu amor para com a neta em um espaço da revista. Para fazê-lo, nada melhor do que no dia em que se comemorasse seu primeiro aniversário. Já inicia sua homenagem com uma explosão de sentimento, ao dizer que a criança vale um tesouro, que nos seus olhos azuis existe uma canção, feita pelos seus próprios versos. Dircélia “ressuscitou” a alegria para seu avô, com sua presença nem lembra que está envelhecendo. Quando uma criança está por perto não se vê o tempo passar, com suas “artes” os dias vão passando. Esse avô descreveu muito bem o que significa ter uma criança na família. Afinal de contas, ela é “a alegria da casa”, é meiga e engraçadinha, “pede bolacha todo o dia”. É em torno da criança que a felicidade da família se realiza. Novamente se percebe a associação da infância com a alegria. Além de tudo isso, mais uma vez cabe a afirmação: o espaço da revista é o espaço da criança branca. A foto de Dircélia vem somar com todas as imagens e reflexões aqui explanadas.

Pode-se afirmar a partir da percepção das imagens, uma ausência: a ausência do “menor”, que também é criança, mas que pertence a outro universo, o da pobreza. Não era interessante para os intelectuais envolvidos com a *Ilustração Paranaense* mostrar um mundo tão diverso do seu, pois poderia chocar seus leitores. Entendemos agora, com maior clareza, que os periódicos são agências que reafirmam a dominação de uma classe e estabelecem as diretrizes para os subordinados.

A seguir, será explanado como as concepções eugênicas, por tantas vezes comentadas, adentram o Brasil.

### 2.3. EUGENIA E EDUCAÇÃO: PERSPECTIVAS DE SALVAÇÃO

Muitos intelectuais discutiram nesse período histórico os motivos de nosso “atraso”, vários convictamente afirmaram ser a miscigenação do povo brasileiro o “empecilho” para se atingir o tão sonhado progresso. As estratégias eugênicas buscavam a constituição de indivíduos capazes de formar um povo de “raça distinta”. No início apenas uma minoria representaria essa “raça”, mas nela já despontariam as potencialidades vitais que viriam com as décadas e séculos. O Brasil tinha sua elite racial, e isso deveria ser apresentado o quanto

antes.<sup>130</sup> As ações eugênicas possuíam um forte caráter nacionalista, além de seu respaldo na ciência e no determinismo científico, estava explícito o desejo de construir um “novo Brasil”.

André Mota questiona: como seria o brasileiro, segundo a eugenia? Quais as características que não deixavam a nação avançar? O que deveria ser feito, do ponto de vista eugênico, nesse sentido? O definidor de toda a desordem que o país vivia socialmente poderia ser resumido à miscigenação do povo e às suas indefinições históricas. É assim que a tese de doutorado do médico e eugenista paulista Pedro Monteleone *Os cinco problemas da eugenia brasileira em 1929*, por meio de uma versão “histórico-eugênica”, balizou-se nos estudos do sociólogo Oliveira Vianna, buscando um respaldo antropológico e histórico que abrisse a possibilidade para que fosse possível lançar mão dos arremates higiênicos e raciais. Segundo Vianna, o negro seria “a terceira raça básica de nossa formação, constituindo, então, *a verdadeira tragédia da nossa desordem somática e psicológica.*”<sup>131</sup> Daí, então, a proposta de branqueamento a longo prazo. A raça branca ocuparia o primeiro lugar na classificação de valores pelas presumidamente altas qualidades intelectuais, não só de assimilação, mas sobretudo de criação.

Assim a criança fotografada para a *Ilustração Paranaense* é uma criança eugênica, pois não era interessante para os intelectuais do paranismo, em sua revista, mostrar crianças negras e indígenas, ou de outros grupos sociais, num momento de debate nacional sobre branqueamento da população. A influência eugênica no paranismo pode ser encontrada no próprio Romário Martins:

Cremos nós, porém para a satisfação do nosso amor ao Brasil e ao Paraná, que das matrizes étnicas do paranaense de hoje não sairá a onça, mas o homem: o paranaense do futuro, com a *eugenia* de todas as raças e com os nobres sentimentos de nossa primeira formação histórica, para pôr ao serviço do Brasil todas as imensuráveis forças e riquezas naturais, da cooperação fraterna e realizar o tipo ideal paranista, - da vontade realizadora, da cooperação fraternal, da cultura generalizada, da beleza física e moral, - de um Paraná erguido no ápice de sua própria grandeza.<sup>132</sup>

No trecho acima, Martins relaciona a noção de futuro da população paranaense com a noção de “eugenia de todas as raças”, a qual geraria “beleza física e moral”, o que é convictamente um princípio eugênico, ou seja, homens “melhorados” seriam mais belos e

---

<sup>130</sup> Idem (p.45-46)

<sup>131</sup> VIANNA, Oliveira. Apud MOTA, André. Idem (p.52) Grifo do autor

<sup>132</sup> MARTINS, Romário. Paranismo. Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense. Curitiba: IHGEP / UFPR, v.23, 1974. (p.71) Grifo nosso.

fortes. Para inserir esse fragmento do pensamento de Romário Martins em um contexto mais amplo, faz-se necessário discutir melhor o que é a eugenia enquanto conceito, localizá-la no tempo e perceber como a teoria chega ao Brasil.

Discutir idéias referentes à diferenciação de grupos étnicos e sociais, bem como a sua hierarquização, que por tempos fez pensar existir culturas superiores e inferiores, é extremamente eficaz para a compreensão do alcance que o ideal de branqueamento do povo brasileiro teve neste país. É também eficaz para a análise dos processos de segregação e ou exclusão de grupos humanos baseadas em doutrinas racialistas e teorias científicas que se encarregaram de eleger seres humanos ideais e ao mesmo tempo segregar “tipos perigosos”.

A eugenia é criada na segunda metade do século XIX, tendo como marco a obra *Hereditary Genius*, de Francis Galton, publicado pela primeira vez em 1869. Algo interessante a ser destacado é o fato de Galton ser primo de Charles Darwin, cujo pensamento foi paradigmático e impactante em várias áreas do conhecimento, pois as noções de evolução e progresso são filhas diretas do darwinismo. Elas “transbordaram”<sup>133</sup> das ciências naturais para as ciências sociais, então emergentes no século XIX. A própria Antropologia, que hoje fala em termos de alteridade, nasceu com a marca expressa do evolucionismo, pois seu objeto de estudo eram as sociedades ditas “primitivas”, exteriores às áreas de civilização européias ou norte-americanas. A conhecida escala “selvageria – barbárie – civilização” data do contexto em que se costumava classificar culturas como inferiores ou superiores.<sup>134</sup>

Também o filho de Darwin, Leonard Darwin, foi atuante para a instalação de leis eugênicas e para o combate à legislação de amparo aos pobres. Não só se tornara o líder do movimento eugênico na Grã-Bretanha, como também fora eleito presidente da *Federação Internacional das Sociedades Eugênicas*, em 1921. Em 1926, com a *Sociedade para a Educação Eugênica* transformada em herdeira da *Sociedade de Eugenia*, fundada em 1907, escreveu Leonard Darwin em seu *The Need of Eugenic Reform*, longo tratado para o melhoramento da raça:

Se a raça está se deteriorando por causa da elevada taxa de multiplicação dos tipos mal-adaptados, e, como é certo, esforços adicionais estão sendo feitos para diminuir a taxa de mortalidade desses tipos inferiores, então o ritmo de deterioração racial está provavelmente sendo acelerado, (...) para a redução da multiplicação dos mal-adaptados (...) apenas a continência

<sup>133</sup> SANTOS, Boaventura de Sousa. *Um discurso sobre as ciências*. São Paulo: Cortez, 2003.

<sup>134</sup> Sobre a história da Antropologia ver: LAPLANTINE, François. *Aprender Antropologia*. São Paulo: Brasiliense, 2000.

(sexual) e contracepção poderiam ser indicados. (...) **Se a criança do futuro tem o direito de crescer em um ambiente saudável, isto implica que o Estado tem o dever de evitar a procriação daqueles que não podem garantir essas condições para seus filhos** (...) Todos os pais que têm recebido assistência social deveriam ser advertidos para não mais se reproduzir; e no caso desse aviso não ser atendido toda a ajuda deveria ser suspensa. Acrescente-se que seria benéfico para a raça se todas as famílias vivendo de forma não-civilizada, e aumentando em número apesar de todas as advertências, fossem separadas até que o pai consentisse em ser esterilizado. (...) Se fosse certo que nenhuma dessas reformas poderia ser introduzida (...) nossa civilização estaria destinada a desaparecer vagarosamente, (...) um desastroso efeito para o nosso desejo de promover o progresso nacional.<sup>135</sup>

Na citação acima, pode-se notar que a preocupação com a infância é algo extremamente importante para a eugenia. A criança do futuro deveria viver e crescer em um “ambiente saudável”, longe dos vícios, dos maus hábitos, da promiscuidade. Para se atingir tal desejo, a proposta eugênica era do controle da sexualidade, assim havia critérios a serem respeitados pelas famílias, e aqueles que não correspondessem, deveriam ser “separados”, a solução para a promiscuidade era a esterilização compulsória. Só assim os chamados tipos “mal-adaptados” seriam evitados. A luta de Leonard Darwin, conforme apontada por Bizzo, objetivava converter o programa “científico” eugênico em políticas públicas eugênicas, que transformassem a teoria “científica” em prática social, a fim de “promover o progresso nacional.”<sup>136</sup>

Para falar em palavras claras, a eugenia é um conjunto de idéias e práticas relativas a um “melhoramento da raça humana” ou, como foi definida por um de seus seguidores, ao “aprimoramento da raça humana pela seleção dos genitores tendo como base o estudo da hereditariedade”. Essa proposição teve grande sucesso e, mesmo após o seu questionamento como ciência, ainda se manteve por longo tempo como justificativa para práticas discriminatórias e racistas.<sup>137</sup>

Isso vem a confirmar o princípio hierarquizante eugênico. A hereditariedade é que determinaria o destino do indivíduo, o que pressupõe a imbricação das condições de vida com as condições biológicas. Percorrer, então, esse caminho analítico exige o entendimento do que

<sup>135</sup> DARWIN, Leonard. Apud BIZZO, Nélio M. *Meninos do Brasil: idéias sobre reprodução, eugenia e cidadania na escola*. Tese de doutorado: USP, 1994. (p.87-88). Grifo nosso.

<sup>136</sup> BIZZO. op.cit. (p.89)

<sup>137</sup> MACIEL, Maria Eunice de S. *A Eugenia no Brasil*. Anos 90: Revista do Programa de Pós-Graduação e História, UFRGS, Porto Alegre – n 11, julho de 1999. (p.121)

é a eugenia enquanto conceito e a percepção das suas variadas apropriações, conforme indicadas por Olinto:

a eugenia é um conceito amplo e multifacetado, várias vezes reapropriado durante o último século. A teoria prometeu um futuro feliz para uma espécie humana aperfeiçoada (entendida como mais bela, mais forte, mais saudável, mais branca) através da seleção de características desejáveis, que seriam supostamente hereditárias e assim deveria ser incentivada a sua transmissão para as próximas gerações. Por outro lado, haviam características não desejáveis no horizonte de perfectibilidade eugênico, as quais deveriam ser extirpadas, através do impedimento de sua transmissão para as gerações futuras.<sup>138</sup>

Estar na condição de inferior ou superior era um “poder da natureza”. Daí os determinismos, do meio, da raça, da própria vida, já que ser condenado ou aceito era um dado *a priori*, antecedendo a vontade humana. Isso tudo pode parecer descabido, mas a eugenia teve boa aceitação no ocidente. A que isso se deve?

A eugenia faz parte de um período onde se buscavam explicações para as diferenças entre os seres humanos por meio de causas naturais. “A eugenia apresentava um novo futuro, para além do determinismo. Com ela o futuro era a potencialidade máxima da manipulação humana sobre a natureza, pois o ser humano recriaria a sua própria espécie, aperfeiçoando-a.”

<sup>139</sup> Essa é a grande tônica da teoria, a possibilidade de melhoramento, e ainda mais, a crença nesse melhoramento.

Mas é com a segunda edição de *Hereditary Genius*, em 1925, que a eugenia atingirá seu ápice de popularização e aceitação nos ambientes acadêmicos. Mesmo assim não se pode pensar nessa teoria como um único pressuposto. É preciso estar atento aos vários momentos e lugares em que foi colocada em prática, e como foi apropriada pelos grupos afins. Como bem apontou Olinto:

Para pensar a eugenia no Brasil, é necessário não se prender à concepção de ser essa apenas uma cópia de um ideário europeu. As leituras realizadas neste país foram produtoras de novas clivagens e ricas adaptações, que buscavam moldar essas concepções em forma de respostas ao que era percebido como a problemática da nacionalidade.<sup>140</sup>

---

<sup>138</sup> OLINTO, Beatriz Anselmo. “Pontes e Muralhas”: diferença, lepra e tragédia (Paraná início do século xx) Tese de doutorado: UFSC, 2002. (p.111-112)

<sup>139</sup> OLINTO, op.cit. (p.113)

<sup>140</sup> OLINTO, Beatriz Anselmo. “Pontes e Muralhas”... op.cit. (p.117)

As discussões acerca da “raça” em nosso país sempre estiveram intrinsecamente ligadas à discussão sobre a nacionalidade. Pois esse momento histórico foi emblemático para a intelectualidade brasileira, que de todo preocupou-se com os rumos do país. Visualizar, então, alguma forma de “salvação”, era de fato a sua “missão”.

Era preciso responder ao diagnóstico dado ao povo brasileiro, então fadado ao fracasso em razão de suas peculiaridades físicas e biológicas. Um país doente, miserável, inculto, preguiçoso, mestiço, a espera de um herói. Como com precisão mostrou André Mota, médicos e sanitaristas seriam os “heróis da regeneração nacional”.<sup>141</sup>

Percebe-se uma esperança no fim do túnel, com intervenção direta sobre o povo brasileiro era possível vislumbrar um futuro perfeito, moral e racialmente:

O determinismo racial havia condenado o país, onde a mistura de raças incapacitaria o Brasil para a civilização, com uma degenerescência fundadora da população brasileira. A eugenia, com sua perspectiva de salvação nacional, através de um aprimoramento das gerações pelo intervencionismo, apresentava novas possibilidades para a construção de uma nação civilizada nos trópicos. Era a resposta ao determinismo que condenava a mistura, era a promessa que, apesar dela, algumas características de uma população poderiam ser conservadas e outras exterminadas, tudo em prol de uma perfectibilidade futura.<sup>142</sup>

Essa é a grande novidade da eugenia brasileira que, ao invés de condenar ao desaparecimento, encontra a salvação, este povo finalmente é civilizável. E a idéia de um processo civilizador expressou-se no ideal de “branqueamento” da população. “A crença no branqueamento da população brasileira era tão forte que havia até conjecturas sobre em quanto tempo isso se concretizaria. Alguns previam um século, outros um ano. Mas o que é significativo é verificar o quanto essas idéias eram levadas a sério pela intelectualidade”<sup>143</sup>, chama a atenção Maria Maciel. Assim fica mais fácil compreender porque Romário Martins, intelectual paranaense, demonstrou preocupação com a eugenia, pois como bem apontou Maciel, tais idéias tinham grande relevância para a intelectualidade.

O Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia aconteceu em 1929, constituindo um marco para os eugenistas brasileiros. É perspicaz dizer que ele não foi aberto somente para médicos, mas também para profissionais de diversas áreas, como sociólogos, jornalistas e

---

<sup>141</sup> MOTA, André. *Quem é bom já nasce feito: sanitarismo e eugenia no Brasil*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. (p.19-38)

<sup>142</sup> OLINTO, Beatriz Anselmo. “Pontes e Muralhas”... op.cit. (p.118)

<sup>143</sup> MACIEL, op.cit. (p.127)

educadores, o que permite perceber a convocação dos eugenistas para um trabalho em conjunto, pois era um problema que envolvia a nação. Entre os vários temas discutidos no congresso, encontra-se a preocupação com a educação: “Educação eugênica em geral”, “Educação moral e eugenia”.<sup>144</sup>

Conforme Bizzo, “seria justamente no espaço da escola que a propaganda dos princípios eugênicos ganharia, talvez, sua maior dimensão no Brasil.”<sup>145</sup> E de fato, encontra-se nas principais conclusões aprovadas pelo I Congresso Brasileiro de Eugenia, “a necessidade da divulgação e do ensino especializado de Eugenia”<sup>146</sup>, bem como o ensino de educação moral, reconhecido como fator eugênico, que deveria circular nas escolas primária e secundária.

Bizzo aponta que a eugenia adquiria dilatado espaço, sobretudo nos manuais de formação de professores, e cita como exemplo *A Hereditariedade em Face da Educação*, de Octávio Domingues, publicada em 1929, pela Biblioteca de Educação.<sup>147</sup>

Domingues, mesmo reconhecendo a importância da educação, percebe sua limitação:

Não será com a educação dos delinquentes, dos imbecis, dos tarados mentais, enfim, que faremos com que desapareçam, da Terra, todas estas tendências más e malélicas. Isso porque os efeitos da educação são grandes, mas inócuos (...) e efêmeros (...) porque eles não se transmitem à prole, não se inscrevem no patrimônio hereditário (...) Para que eles (os efeitos benéficos) novamente apareçam, tem a sociedade de educar (...) os próprios descendentes daqueles indivíduos, cujos defeitos mentais ela corrigiu, re-educando-os. É um trabalho de Sísifo, concordemos.<sup>148</sup>

A educação, para esse autor, parece algo árduo, por sua efemeridade. Afinal, todas as gerações precisariam dela e de seus profissionais, assim como deixa evidente no seguinte pensamento: “O que não se puder fazer, em Eugenia, impondo, far-se-á convencendo. E quem vai convencer é o educador.”<sup>149</sup> Esse convencimento exigia paciência, se pensarmos que na realidade da época às funções educacionais somavam-se as de assistência social, saúde, higiene, puericultura, e, agora, eugeniização. Ao profissional de educação cabia dar conta de todas elas.

<sup>144</sup> MACIEL, Maria Eunice de S. *A Eugenia no Brasil*. op.cit. (p.135)

<sup>145</sup> BIZZO. op. cit. (p.114)

<sup>146</sup> Resoluções do I Congresso Brasileiro de Eugenia. 1929. Acervo pessoal da Professora Bernadete Ramos.

<sup>147</sup> DOMINGUES, Octávio. *A Hereditariedade em Face da Educação*. Apud BIZZO. op.cit.

<sup>148</sup> Idem (p.116)

<sup>149</sup> Idem (p.116)

O assunto eugenia passou a ser obrigatório nos cursos de magistério, junto à disciplina “Biologia Educacional”, e, novamente a referência bibliográfica será de um catedrático da Universidade de São Paulo. O professor Almeida Júnior publicou em 1939 “Biologia Educacional” (profusamente reeditado até a década de 60), com um índice bastante revelador dos objetivos do livro. A primeira parte dedicava-se ao estudo da Evolução, seguida pela Genética, passando à Fisiologia, com estudo detalhado da inteligência, sua “herança” e “caracterização racial”, e, por fim, Eugenia e Eutecnia. O autor que instruía as futuras professoras era médico especialista em “paternidade e filiação”, grandes credenciais para a época.<sup>150</sup>

Quem será, então, o principal articulador dessas teorias no Brasil? Para não fugir à regra será um médico, Renato Kehl, fundador da Sociedade Eugênica de São Paulo (1918), do Boletim de Eugenia (1929) e da Comissão Brasileira de Eugenia (1931). Além dessas ações, foi escritor prolífico sobre o tema, e só pelos seus títulos pode-se ter idéia da tamanha seleção que se pretendia fazer entre pessoas. Vejamos: *Lições de Eugenia; Tipos Vulgares; Bíblia da Saúde; Por que sou Eugenista; Como escolher um Marido; Como escolher uma Esposa; Eugenia e Medicina Social; Formulário da Beleza; Livro do Chefe de Família; Catecismo para Adultos; Higiene Rural; Médico no Lar; Pais, Médicos e Mestres; Perigo Venéreo*, etc.

Entre essas obras, uma merece atenção especial, pelo fato de vir ao encontro com o tema desta pesquisa. *Pais, Médicos e Mestres* é emblemática no tocante à construção de um possível “código de educação dos pais para a educação dos filhos”<sup>151</sup>, conforme enunciado por Kehl em palestra realizada no Salão Nobre da Escola Normal de Recife, sob o patrocínio da Escola Normal e da Sociedade de Medicina da referida capital. Na obra, encontram-se reunidas várias palestras versando sobre eugenia, medicina e educação. Como médico, mostrou-se profundamente preocupado com a educação das crianças. Na sua percepção, a educação das crianças começa com a educação dos pais, atribuindo, então, ao médico da família, o papel de orientador psicopedagógico, pois conhecendo a psicologia de cada um dos membros da família, teria a autoridade de transmitir-lhes conselhos, visando modificar o meio familiar, orientando pais, avós, irmãos e tratando da criança quando fraca, nervosa, emotiva.

Assim: “Quantos e quantos casos hoje irremediáveis poderiam ter sido evitados, se se atendessem a esse critério de apelar para o médico em se tratando de filhos rebeldes à educação,

<sup>150</sup> BIZZO, op.cit. (p.118)

<sup>151</sup> KEHL, Renato. *Pais, Médicos e Mestres*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1939. (p.18)

à disciplina, à obediência!”<sup>152</sup> Fica evidente que a solução para a rebeldia, apontada pelo autor, é a intervenção médica. Intervenção não só no ambiente familiar, mas também no ambiente escolar, esclarecendo os mestres quanto à maneira de agir para reconciliar a criança com a escola, com o estudo e com a disciplina. Identifica, então, três tipos de criança frente à educação:

As *inteligentes e sadias* não oferecem dificuldades quando os pais e os mestres sabem tratá-las e educá-las. Nestas condições elas se educam por si mesmas, porque se adaptam aos bons hábitos e às exigências da escola. As *não inteligentes*, mas psicologicamente sadias, também se educam por si mesmas, quando têm a ventura de possuir um lar eurítmico, isto é, um lar onde os seus elementos constitutivos vivem em harmonia e procedem corretamente, e quando possuem mestres à altura da nobre função que exercem. Aquelas, ao contrário, *que se não educam*, é porque possuem um sistema nervoso lábil ou mesmo doente, ou porque vivem num meio em que reinam opiniões divergentes, disputas, incompatibilidades e falta de autoridade.<sup>153</sup>

Percebe-se que para os dois primeiros tipos de criança, as inteligentes e não inteligentes, mas que vivem em um ambiente saudável e possuem bons mestres, não há problemas quanto a sua educação. Porém aquelas que vivem em meio à desordem ou possuem um sistema nervoso lábil, não se educam, devendo, então, ser tratadas como “verdadeiros doentes, como vítimas da própria constituição e temperamento, da falta de orientação higiênica e do meio desorganizado em que vivem. São elementos frágeis que não dispensam o zelo do médico.”<sup>154</sup> Esse trecho da obra de Kehl é extremamente importante para o conjunto desta dissertação, pois estabelece um elo de ligação entre os três capítulos. As inteligentes e sadias (ideais) estão nas fotos da *Ilustração Paranaense*, que constituem a análise deste mesmo capítulo. As não inteligentes, mas psicologicamente sadias, estão no projeto da Colônia Infantil Agrícola, destinada à educação de “menores desvalidos”, foco de atenção do terceiro capítulo. Finalmente, as não educáveis, estão no discurso do jornal *O Pharol*, de Guarapuava, que as mostrou como uma ameaça à ordem e aos bons costumes, conforme visto no primeiro capítulo. Algo também muito interessante para se notar, não só aqui, mas em vários momentos de seu texto, é que Renato Kehl está o tempo todo chamando a atenção dos

---

<sup>152</sup> KEHL, Renato. Op.cit. (p.12)

<sup>153</sup> Idem. (p.13)

<sup>154</sup> Idem. (p.14)

pais e dos mestres para o apelo ao médico, e faz isto recorrendo a analogias, utilizando a sua profissão como exemplo:

Educar sem aprender a educar, equivale a pretender tornar-se cirurgião sem nunca ter estudado anatomia, nem exercitado um bisturi. Como disse Spencer: quantos pais empreendem a difícil tarefa de educar sem nunca ter cogitado quais os princípios de educação física, moral e intelectual que lhes deve servir de guia!<sup>155</sup>

Assim, na visão do médico, é preciso aprender a educar, e educar segundo alguns princípios. Para afirmar ainda mais seu argumento se utiliza de uma citação de Spencer, que alerta para o conhecimento dos princípios de educação física, moral e intelectual.<sup>156</sup> Referindo-se aos mestres, versará sobre o estudo da individualidade e da personalidade de cada aluno:

Não é possível generalizar o emprego dos remédios, mesmo nas doenças, porque eles atuam de modo diverso, conforme a constituição individual e a marcha das mesmas. Assim é a educação. Tal qual o médico, o mestre de hoje terá também de orientar-se relativamente à individualidade e à personalidade de cada discípulo, sobretudo quando fora da medianidade ou quando apresentar particularidades aberrantes da norma psicológica. O estudo da individualidade implica observação das condições físicas do aluno, isto é, sua saúde, índice de nutrição, seu regular ou mau desenvolvimento. O estudo da personalidade diz respeito aos caracteres psíquicos, às tendências, às vocações, às qualidades de fácil ou de difícil *domesticidade* escolar e, também, às inclinações ou ogerizas intelectuais.<sup>157</sup>

Era preciso conhecer de perto as condições físicas e psíquicas das crianças para que a educação tivesse a sua eficácia. Olhar para a individualidade de cada aluno era imprescindível para que o “remédio” surtisse efeito. Novamente aqui pode-se ver a comparação entre a medicina e a educação. Assim como não é possível generalizar o uso dos remédios, também não se pode generalizar as personalidades e individualidades das crianças. E continuou a expor seus muitos conselhos, crendo que tinha uma função social a cumprir:

A função social do médico, dilata-se dia a dia, não só em relação à faina de clínico, de higienista e de eugenista, como a de conselheiro e de orientador

---

<sup>155</sup> Idem. (p.16-17)

<sup>156</sup> Há no terceiro capítulo desta dissertação uma análise da necessidade do ensino de educação moral e física nas escolas, que será visualizado como um pressuposto eugênico.

<sup>157</sup> KEHL, Renato. Op.cit. (p.09-10) grifo do autor

na educação das crianças em formação e dos jovens. Disse Tardieu que o ministério do médico obrigando-o a tudo ver, permite-lhe, também, tudo dizer.<sup>158</sup>

Conforme pensou Kehl, o médico possuía um saber autorizado para tudo falar. Poderia adentrar a vida familiar, a vida escolar, a vivência infantil, especulando sobre o que seria melhor para o seu desenvolvimento afetivo, intelectual, físico, etc. Pais e mestres poderiam educar, porém sempre recorrendo ao médico, no seu papel de psicopedagogo e propagador dos bons costumes.

André Mota foi bastante feliz ao mostrar analogias médicas que comparavam a nação a uma árvore doente.<sup>159</sup> Tal analogia, inspirada nos evolucionistas, tentava traduzir cientificamente como poderia ser dada a vida a uma nação, caso os médicos pudessem “curar” essa árvore doente. Na tentativa de dar vida à “árvore nacional”, viviam-se as contradições da busca de civilidade, que caberia a alguns, e do controle sobre tantos outros que estavam fora dessas perspectivas “progressistas” e “civilizatórias”. Os médicos julgavam ter esse atributo como parte de sua formação: bastavam tempo e determinação para a tarefa de proporcionar ao povo elementos constitutivos da boa educação, fosse como fosse.<sup>160</sup> Note-se que a tona do discurso salvacionista é a educação. Para a doença, para a degeneração, para a desordem, o “remédio” é a educação. Ela perpassa e se cruza com os princípios eugênicos, é seu “braço direito.”

Ao analisar a construção da figura do Jeca Tatu, Márcia Regina C. Naxara aponta que:

há uma longa história, repleta de silêncios e omissões, importante para a compreensão das representações que fecundaram, constituíram e permaneceram no imaginário a respeito do brasileiro e do Brasil e que acabaram por cristalizar-se na figura do Jeca Tatu, ou melhor, nos seus atributos e qualidades. O século XIX, em especial na sua segunda metade, foi um momento significativo para o surgimento e constituição deste imaginário.<sup>161</sup>

Como se pode perceber, todas as tentativas civilizatórias se formaram em torno dessas representações do brasileiro. Como bem apontou Tânia de Luca,

---

<sup>158</sup> Idem. (p.48-49)

<sup>159</sup> MOTA, André. Op.cit.(p.36-38)

<sup>160</sup> Idem. (p.37)

<sup>161</sup> NAXARA, Márcia Regina Capelari. *Estrangeiro em sua própria terra: representações do brasileiro, 1870/1920*. São Paulo: Annablume, 1998. (p.37)

O Jeca do conto Urupês, publicado pela primeira vez no jornal O Estado de São Paulo em 23/12/1914, incapaz de evolução e impenetrável ao progresso, arredio à civilização, vegetando no seu isolamento e ignorância, indisciplinado e refratário ao trabalho árduo e contínuo de que tanto necessitava o país, reafirmava agora pela via literária, o rol de estigmas que pesava sobre a maioria da população brasileira, corroída por uma inferioridade primordial.<sup>162</sup>

Esse “Jeca” precisava ser educado e civilizado, por isso muitas apostas foram feitas em torno de sua figura. Esse ser estigmatizado passou a ser alvo do discurso salvacionista. Cabe então aqui, a seguinte indagação: Qual é o melhor momento para se educar esse “Jeca”? É na infância. O próprio autor que criou o personagem, Monteiro Lobato, escreveu para o público infantil. Pode-se afirmar que parte de sua notoriedade vem justamente dessa arte que o tornou um dos primeiros autores a escrever especificamente para crianças no Brasil. Muitos brasileiros foram receptores atentos das aventuras dos personagens do Sítio do Pica-pau Amarelo. Mas, para além desse mundo de encantos, um outro personagem já apontado, tornou-se conhecido na sua mais difundida versão efetivada pela Fontoura, com o nome de Jeca Tatuzinho. Essa história destinada às crianças foi saudada pela *Revista do Brasil*, vejamos:

Poderoso fator no combate à ancilostomíase... Não é a lição encomendada, que caceteia. É uma história de trama simples e que, contada por quem tem o dom da narrativa fluente e pitoresca, assume inusitado interesse... **Criança que o leia, ri e aprende uma série de noções úteis, que hão de servir muito para sua defesa individual contra as lavras que infestam o solo. Lido e relido por todas as crianças do país e aprendendo cada qual evitar o terrível flagelo, que bela ressurreição se operaria em nosso país!** Quanto ao trabalho gráfico, nada se pode argüir. Há a acrescentar, porém, que a história é ilustrada por uma série de quadros muito expressivos, na quais se excedeu a arte de Kurt Wiese, perito em bonecos para crianças.<sup>163</sup>

Lobato conclama seus leitores, referindo-se especialmente às crianças, a imitem o Jeca, que se recupera de seu estado de letargia, graças à ação do medicamento (Biotônico Fontoura) oferecido por um médico.

Assim, as crianças estariam recebendo lições de higiene, saúde, utilidade. “As prescrições higiênico-sanitárias iam se infiltrando no cotidiano, normatizando-o sob a batuta

<sup>162</sup> LUCA, Tania Regina de. *A Revista do Brasil: Um Diagnóstico para a (N) ação*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999. (p.202)

<sup>163</sup> Resenha de Jeca-Tatuzinho de Monteiro Lobato. RBR, v.27, n.109, p.68-69, jan. 1925. Apud: LUCA. op.cit.. Grifo nosso.

da ciência.”<sup>164</sup> Agora, pode-se compreender como Lobato e Kehl eram próximos, pois além de trocarem prefácios de suas obras, comungavam das mesmas idéias e convicções.

Assim, se por um lado se observa a criança desviante, o “menor” como caso de polícia, conforme estudado em Guarapuava, por outro se tinha a criança ideal eugênica, representada nas fotos da *Ilustração Paranaense*. Entre as duas figurava uma criança que ainda poderia ser “salva”, aquela “não inteligente, mas psicologicamente sadia” como afirmava Kehl. Para ela, ao invés do campo incivilizado do “Jeca Tatu”, poderia ser construído outro espaço rural, um espaço de trabalho: a Colônia Infantil Agrícola. Salvos pela educação para o trabalho, o campo e a criança, salvavam também o futuro nacional, pelo menos segundo Romário Martins. É o que se verá a seguir.

---

<sup>164</sup> LUCA. Op.cit. (p219)

### CAPÍTULO III

## ROMÁRIO MARTINS E A EDUCAÇÃO RURAL

A escola é uma oficina. Aí se constroem a  
Família, a Sociedade e a Pátria.

Romário Martins

No início do século XX, no Paraná, Romário Martins, criador do Instituto Histórico e Geográfico Paranaense em maio de 1900, irá concentrar seus esforços na carreira pública para a questão da agricultura após a criação do Departamento de Agricultura no Estado do Paraná. A terra e a agricultura eram objetos de atenção do Movimento Paranista e da atividade de Martins como pesquisador e autor de obras sobre a erva-mate, o pinheiro, o reflorestamento, a classificação das árvores do Paraná, assuntos que posteriormente retomou em outros livros, a exemplo do capítulo “Rumo a Terra” que integra “Terra e Gente do Paraná”<sup>165</sup>. Nesse capítulo de sua obra, observa-se um grande enaltecimento da terra paranaense:

Bendita a terra onde o povo faz sua própria seara e come seu próprio pão. Todos os povos que apelaram para a terra nos dias difíceis de sua história, ressurgiram para a paz e para a prosperidade; e ainda, foi a agricultura que constituiu, pois, toda a ordem moral, social e política da humanidade. Nenhuma profissão é mais nobre que ela, que dirigiu o homem para os seus destinos.<sup>166</sup>

Vê-se aqui a associação da agricultura à ordem moral, social e política da humanidade. O campo, na visão de Romário Martins, é o espaço da ordem. Um espaço diferente daquele campo arcaico e caótico onde habitava o “Jeca Tatu”. Sua preocupação com

<sup>165</sup> MARTINS, Romário. *Terra e Gente do Paraná*. Curitiba: Farol do Saber, 1995. (p. 255-321).

<sup>166</sup> MARTINS. *Terra...* op. cit. (p. 259-261).

a agricultura certamente era de fundo educativo e pedagógico. Isso se evidencia através de um projeto de sua autoria destinado a “menores desvalidos”, por meio de um educandário rural denominado “Colônia Infantil Agrícola”, de instrução primária e profissional. É disso que agora se tratará.

### 3.1. “AQUI NÃO HÁ DELINQUENTES”: A COLÔNIA INFANTIL AGRÍCOLA

Romário Martins apresentou o projeto da Colônia Infantil Agrícola quando Deputado ao Congresso Legislativo do Estado<sup>167</sup> na sessão de 11 de março de 1909. Disse em sua justificativa que o fundamento do novo estabelecimento seria feito sobre a base do ensino agrícola, reconhecido como o mais eficaz como agente educativo, como o que “conduz com mais segurança à *prática metódica do trabalho e dos bons costumes*”.<sup>168</sup>

De forma alguma se pretende analisar tal projeto de maneira isolada, pois no Paraná legislou-se sobre a questão do “menor” desde 1857. Em 1909, a legislação se adiantou às outras regiões mais urbanizadas do país, prevendo a Colônia Infantil e o Juizado de Menores. O governo paranaense e os legisladores “preocupados” com os desvalidos, abandonados ou infratores, propunham a associação entre trabalho e educação. As fontes revelam que a melhor fórmula regenerativa era o trabalho. Na falta de um disciplinário, acomodar essas categorias era a pauta do dia das discussões no cenário político.

Nas primeiras décadas da República perceberemos que ao adolescente infrator e para a infância pobre, para além dos debates higiênicos, eugênicos e jurídicos, será proposto o disciplinamento pelo trabalho educativo industrial e agrícola. Trabalho industrial nos liceus de artes e ofícios, atendendo à crescente demanda da indústria; trabalho agrícola para atender à expansão de novas fronteiras, principalmente cafeeira. Para os ‘filhos da sociedade’, que consideravam importantes somente os estudos acadêmicos, a negação ao ensino agrícola e industrial fez com que esse tipo de estudo fosse dirigido aos pobres e desvalidos, e obrigatório aos infratores internados, para atender à demanda econômica.<sup>169</sup>

Entende-se assim, que a Colônia Infantil respondeu a uma necessidade: a criação de uma instituição que abrigasse os “menores” paranaenses. A exatamente um mês e um dia

<sup>167</sup> Romário Martins foi eleito Deputado Estadual por várias legislaturas (1904-5; 1908-9; 1910-11; 1912-14; 1919-20; 1921-22; 1923-24; 1924-28).

<sup>168</sup> MARTINS. *Terra...* op. cit. (p. 275).

<sup>169</sup> COLOMBO, Irineu. *Adolescência Infratora Paranaense: História, Perfil e Prática Discursiva*. Tese de Doutorado. Universidade de Brasília, 2006. p.43

depois do lançamento do projeto no Congresso Legislativo, surge a Lei Estadual n. 887 de 12 de abril de 1909, que cria a Colônia Infantil Agrícola. Esse foi um dos inúmeros projetos de Romário Martins voltados à agricultura e está sendo utilizado como fonte por refletir o que se passava no cenário nacional, pois coloca em operação um conjunto de especialistas: diretor, professor, inspetor, médico, todos com uma função específica a cumprir, conforme se pode acompanhar nos artigos 7º ao 9º:

Art. 7º: A Colônia terá um diretor, com residência permanente sua e de sua família, no estabelecimento; um professor retirado, sem aumento de despesas, do magistério público, ou mais, segundo as necessidades e uma inspetora para cada grupo de vinte internados, com residência na habitação do grupo, cuja inspeção lhe estiver a cargo.

Art. 8º: Os médicos da repartição de higiene e os médicos legistas da polícia, sem aumento de despesa, serão alternadamente designados pelo governo, para um ano, cada um, servirem de médico do estabelecimento, fazendo à Colônia, à requisição do diretor, as visitas que forem necessárias.

Art. 9º: O diretor será pessoa qualificada na sociedade paranaense e reconhecidamente capaz de tomar a si o desvelo de um pai pelos internados, provendo:

- a) Educação Física: a sua sadia alimentação, higiene pessoal e domiciliar, exercícios de marcha e evoluções militares, requisitando para estas, quando o internato contiver mais de trinta alunos, um instrutor militar na forma da Lei Federal;
- b) Educação Moral: fazendo com que no seu exemplo se inspire a formação moral dos educandos, e nos seus conselhos se conduzam para a prática dos bons costumes;
- c) Educação Cívica: despertando no sentimento dos menores o amor pátrio, oculto pela nossa história, orientando-os nos seus interesses nacionais.<sup>170</sup>

O diretor, além de residir no estabelecimento para melhor “controlar” os outros profissionais e os internos, teria de prover a educação física, moral e cívica. Além disso, deveria ser qualificado a “tomar a si o desvelo de um pai pelos internados”. O cuidado e a dedicação de um pai para com o filho é algo que pertence marcadamente à esfera da vida privada, ao ambiente familiar. Porém, no entender de Martins, deveria alargar-se para o âmbito público, pois o diretor deveria cultivar tal sentimento pelos internos da possível instituição. O que se percebe é a indistinção entre as esferas do público e do privado.

Quando se refere à educação física, inicia com a alimentação. Ao uso anárquico dos alimentos contrapunha-se uma escolha equilibrada, a única capaz de tornar os homens

<sup>170</sup> MARTINS. *Terra...* op. cit. (p. 277 ).

mais “dóceis e sociáveis”.<sup>171</sup> Fala também da higiene e depois dos exercícios de marcha e evoluções militares. A importância do enquadramento disciplinar do corpo não era posta em dúvida pelos médicos, que viam na educação física um fator capital na transformação social:

O benefício e a utilidade comuns são o objetivo principal da ginástica; a prática de todas as virtudes sociais, de todos os sacrifícios mais difíceis e generosos são seus meios; e a saúde, o prolongamento da vida, o melhoramento da espécie humana, o aumento da força e riqueza individual e pública são seus resultados positivos.<sup>172</sup>

Assim, disciplinando física e moralmente o corpo, esperava-se como resultado um ser que amasse a Pátria e fosse útil a ela. Útil e disciplinado como um soldado. Para isso, seriam muito bem treinados, pois teriam um instrutor militar. Para a prática dos bons costumes era preciso que o diretor fosse o principal exemplo e desse bons conselhos. Por fim, quando se refere à função da história, vemos que a concebe como educadora cívica, pois ela deveria despertar o “amor pátrio” nos educandos. Para cumprir tais objetivos, estariam os especialistas trabalhando em comum acordo sobre a base do ensino agrícola que, para o autor do projeto, era o que conduzia com mais segurança “a prática metódica do trabalho e dos bons costumes”, como diz o artigo 3º:

Art. 3º: Tendo por base de sua organização o ensino agrícola, reconhecido como o mais eficaz, como agente educativo, a Colônia Infantil será estabelecida na parte não cultivada do Campo de Experiências do Bacacheri, em área prévia e perfeitamente limitada, mas de modo a que a aprendizagem teórica e prática de agronomia e zootécnica, possa ser feita sem aumento de despesas, neste último estabelecimento pelo diretor e auxiliar deste.<sup>173</sup>

Quer dizer que, com a prática da agricultura, se estaria disciplinando os menores para o trabalho e os bons costumes na sociedade paranaense. Segundo Maria Luiza Marcílio<sup>174</sup>, o ensino agrícola e a vida segregada em fazendas, eram vistos como a fórmula ideal para retirar o jovem abandonado ou infrator das ruas, com o fim de instruí-lo e capacitá-

<sup>171</sup> COSTA, Jurandir Freire. *Ordem Médica e Norma Familiar*. Rio de Janeiro: Graal, 1999. ( p. (p.77 ).

<sup>172</sup> COSTA. *Ordem Médica....* op. cit. (p. 179 ).

<sup>173</sup> MARTINS. *Terra...* op. cit. ( p. 276 ).

<sup>174</sup> MARCÍLIO, Maria Luiza. A Fase da Filantropia (até meados do século XX) In: MARCÍLIO, Maria Luiza *História Social da Criança Abandonada*. São Paulo: HUCITEC, 1998. ( p. 214 ).

lo para o mundo do trabalho; e também como forma de prevenção, ou então, de regeneração da delinqüência juvenil.

Tal modelo era considerado o meio ideal para o desenvolvimento do hábito e do amor ao trabalho e como uma forma de preparar meninos e meninas, para serem úteis à sociedade. A autora afirma isso, ao perceber que em fins do século XIX e início do XX, as colônias agrícolas surgiram em vários locais do país (Belo Horizonte-MG, Recife-PE, Fortaleza-CE, Salvador-BA e Pará).<sup>175</sup> Assim, reafirma-se a idéia de que a criação da Colônia Infantil no Paraná não é um fato único, pois em todo o país a prática de separar e classificar pessoas torna-se evidente.

O plano consistia em organizar as colônias em grupos ou “famílias”, segundo o modelo das Colônias de Mettray na França e de Red Hill, na Inglaterra.<sup>176</sup> Isso está explícito no artigo 4º:

Art. 4º: Para iniciar desde já o estabelecimento da Colônia Infantil, o governo fará construir, para cada grupo de vinte alunos, uma casa de campo, de madeira, de tipo arquitetônico característico das habitações rurais; casas que deverão ser separadas umas das outras por distâncias convenientes e de maneira que cada uma possa ter jardins e hortas próprios, aos cuidados dos respectivos moradores.<sup>177</sup>

Estando assim separados os menores, o contato entre eles seria dificultado, evitando uma possível organização autônoma ou alguma forma de revolta. Assim, com casas de campo devidamente separadas, com jardins e hortas próprias, tudo em uma ordem planejada, estar-se-ia camuflando a exploração do trabalho. A expressiva reflexão de Raymond Williams nos ajuda a compreender isso melhor:

Mas há também, e sempre houve, uma separação ideológica entre os processos de exploração rural, que de certo modo se dissolvem na paisagem, e o registro dessa exploração nos tribunais, nos mercados financeiros, no poder político e nos gastos conspícuos da cidade.<sup>178</sup>

---

<sup>175</sup> Idem (p.191-223)

<sup>176</sup> Idem (p. 211).

<sup>177</sup> MARTINS. *Terra...op. cit.* ( p. 276 ).

<sup>178</sup> WILLIAMS, Raymond. *O campo e a cidade: na história e na literatura*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. (p.69)

No campo a exploração se dissolve na paisagem, como bem afirmou Williams. Ela pode ser camuflada, pois a “beleza” do campo atrai o olhar do expectador. O trabalhador rural e o suor do seu trabalho se misturam ao ambiente, tornando mais difícil a visualização da exploração. A natureza, as árvores, as flores, as plantações, os pássaros e a luz do sol desviam a atenção do observador.

Continuando a reflexão sobre o conteúdo dos artigos, encontramos algo de extrema importância:

Art. 17: Os menores delinquentes não serão admitidos na Colônia, que é destinada à educação dos menores desvalidos, e não à repressão de criminosos.<sup>179</sup>

Nesse artigo, Romário Martins é bem taxativo, pois queria “prevenir ao invés de remediar”, ou melhor, educando menores desvalidos para o trabalho, menos delinquentes se teriam no futuro. O seu ingresso ficava, então, expressamente proibido. Por conta disso, Irineu Colombo aponta que a preocupação com a infância antecede à percepção da adolescência, mas assim que ela emerge em importância social, passa a ser objeto de controle. Começa, então, a ser engendrado espaço específico para acomodar os adolescentes infratores e, em 1918, é criado o Instituto Disciplinar, anexo ao Campo de Experiências de Curitiba, no bairro Bacacheri, com uma seção masculina e uma feminina, que atendia crianças e adolescentes de nove até dezoito anos, condenados nos termos do Código penal de 1890.<sup>180</sup>

Entende-se, assim, que a Colônia Infantil foi imaginada como um ambiente de preservação das crianças dos malefícios da rua e da pobreza, enquanto que o Instituto Disciplinar foi pensado em termos de correção para os infratores, com aproveitamento de policiais e instituindo a disciplina pelo trabalho. Mesmo que pensados como ambientes diferenciados, o critério da utilidade se fez presente nas duas instituições. É o que se revela no seguinte artigo da Colônia Infantil:

Art. 11: Logo que os recursos do Estado permitam, serão instalados cursos de artes e ofícios, de modo a que o internado ao deixar o estabelecimento, dele receba um diploma de habilitação, que de pronto lhe possa garantir a

---

<sup>179</sup> Id. *ibid.* (p. 279 ).

<sup>180</sup> COLOMBO, Irineu. *Adolescência Infratora Paranaense: História, Perfil e Prática Discursiva*. Op.cit (p. 78)

subsistência e o torne útil à vida social se não quiser ou não puder ser agricultor.<sup>181</sup>

Aqui se pode analisar algo bastante interessante. Por meio de cursos de artes e ofícios os internos receberiam um diploma de habilitação, que os tornariam úteis à vida social se não quisessem ou não pudessem ser agricultores. A tônica desse artigo é a salvação pelo trabalho, pois se não fossem agricultores seriam operários nas cidades. Conforme visto no artigo 3, a Colônia Infantil seria estabelecida no Campo de Experiências do Bacacheri, um local próximo à cidade. Fica evidente, assim, que não só a agricultura, mas o trabalho em si é que traria a salvação para tais menores por meio da educação. E se a educação era motivo de imenso cuidado, Martins estaria cumprindo seu papel como Deputado Estadual, ao criar esta lei, a Colônia Infantil.

Porém, para compreender por que teve tais idéias, é preciso saber qual sua formação intelectual, que questões o inquietavam. Afinal, é um homem que viveu na virada do século XIX para o século XX (1874-1948). O ambiente em que o jovem Romário começa sua atividade intelectual ainda é influenciado pelo pensamento positivista que promoveu a República. Instaurar então “ordem e progresso” no Paraná foi o que buscou e o que se evidencia em seu discurso de homem público. “Romário está, na verdade, reproduzindo o empolgamento com a educação como principal alavanca do progresso do país. Para a elite nada melhor do que educar pelo trabalho”.<sup>182</sup>

Pode-se, assim, afirmar que, nas décadas de 1910 e 1920, uma grande estrutura institucional está se gestando, pois além da Colônia Infantil e do Instituto Disciplinar é criada a Escola Agrônômica do Paraná, em 1918, e respectivamente o Patronato Agrícola, conforme decreto n. 943 de 17 de agosto de 1920, prevendo o ingresso exclusivo de menores pobres, recorrendo novamente ao trabalho agrícola.

Era comum no Brasil, de então, vincular a esse tipo de escola um patronato agrícola. Eles eram anexos aos departamentos ou postos de zootecnia, nas fazendas-modelo, onde se recebia orientação agrícola e veterinária acompanhada de instrução primária e cívica. O Patronato foi instalado na parte cultivada do Instituto Agrônômico, em anexo ficava o Instituto Disciplinar. Na parte não cultivada continuava existindo a Colônia Infantil para as crianças. Entende-se, assim, conforme Colombo, que está claro o objetivo do governo de

---

<sup>181</sup> Id. *ibid.* (p. 278 ).

<sup>182</sup> SZVARÇA, Décio R. *O Forjador: Ruínas de um mito*. Romário Martins. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 1998. (p. 34)

então de colocar a pobreza num lugar específico e discipliná-la pelo trabalho. O trabalho é ao mesmo tempo dominador do tempo e do corpo de crianças e adolescentes, disciplinando-o e tornando-o dócil, sadio e útil.<sup>183</sup>

O encaminhamento de adolescentes e crianças para atividades ligadas ao meio rural objetivava o contato com a natureza regeneradora, fugindo dos ambientes urbanos. Segundo Trindade, “a agricultura permaneceu o campo preferencial de emprego dessas crianças. Isso se devia à forte demanda desse setor e também à influência do pensamento onírico, fortemente impulsionado por Rousseau, acreditando na influência positiva do meio natural e na necessidade de salvar essas crianças.”<sup>184</sup> Fica evidente, portanto, que as análises aqui desenvolvidas demonstram o tempo todo esse interesse em “salvar” os “menores” por meio do contato com a natureza e do trabalho. Afirmamos convictamente que tais propostas não agregam inocência, caridade, auxílio; muito pelo contrário, elas são dotadas de interesses múltiplos, tais como: o econômico, o social (com a demarcação dos espaços), o político (com projetos e leis), etc.

Nas fontes aqui trabalhadas, o “menor” está constantemente relacionado à desordem. Romário Martins pretendeu enquadrá-lo ao espaço da ordem com “sua” Colônia Infantil. Nada melhor, então, do que contemplar o assunto com a expressiva análise de Balandier, utilizada como epígrafe nesta dissertação:

As ciências da sociedade não têm de imitar, pedir emprestado, transpor, mas definir sua própria escolha, a mais apropriada ao conhecimento da sociedade – não em sua generalidade e sua eternidade, mas em seu lugar, seu momento e seu movimento. Nessa perspectiva situa-se a importância da desordem, manifesta em toda sociedade e em todo tempo; com a quase-certeza que nenhum poder poderá aboli-la por uma polícia das coisas (racionalidade inteiramente dominadora do mundo), uma polícia dos seres (governo absoluto e total), uma polícia das idéias (despotismo da conformidade).<sup>185</sup>

Essa citação é bastante significativa para este trabalho, pois reflete sobre o papel das ciências sociais quanto ao conhecimento da sociedade. Tais ciências devem estar atentas às especificidades, ao lugar, momento e movimento de cada sociedade histórica. Perceber a

---

<sup>183</sup> COLOMBO.... op.cit. p79

<sup>184</sup> TRINDADE, Judite Maria Barboza. *Metamorfose: de criança para menor*. Tese de Doutorado: UFPR, 1998. (p.62). Apud COLOMBO, Irineu. *Adolescência Infratora Paranaense: História, Perfil e Prática Discursiva*.

<sup>185</sup> BALANDIER, Georges. A sociedade já não é mais a mesma. In: *A desordem; elogio do movimento*. São Paulo: Bertrand, 1997. (p. 88).

divisão dos espaços sociais entre ordem e desordem e seus respectivos confrontos e imbricações, bem como analisar a desordem e os sujeitos a ela relacionados torna-se imprescindível para a compreensão do movimento, da descontinuidade e das tensões presentes em cada sociedade. Como vimos ao longo desta dissertação, o “menor” paranaense constituiu uma ameaça à ordem no período aqui estudado. A idéia de construir casas para “menores” expressa a tentativa de “criar” um Paraná ordenado e harmônico. É nesse contexto que se percebem os movimentos de uma sociedade que tenta separar desvalidos de infratores, crianças de adolescentes... Por meio de fragmentos, percebemos a concepção de sociedade e o ordenamento do espaço social presentes no pensamento romariano.

### 3.2. PALAVRAS DE UM “INCORRIGÍVEL OTIMISTA”: A AGRICULTURA É A MAIS IMPORTANTE DAS PROFISSÕES

Dando continuidade à análise, num segundo momento, quase trinta anos depois de propor a Colônia Infantil Agrícola, Romário Martins é convidado a proferir um discurso como orador das turmas de agrônomos e veterinários em 1937, num gesto de gratidão da parte da Escola Agrônômica pelos seus esforços ao fundar o ensino superior agrícola no Paraná. Atendendo ao convite, Martins profere um longo discurso, tocando em importantes questões, como a do desenvolvimento da agricultura racional no Estado, os rumos da economia, a criação de um ambiente propício à produção racional dos campos, a concentração de terras produtivas na posse de poucos, a do ensino agrícola. Questões que estiveram presentes em seu percurso intelectual e político, inquietando-o a ponto de expô-las sempre que tivesse oportunidade, muitas vezes tornando-se repetitivo.<sup>186</sup> Porém, no seu entender, a partir da solução desses problemas é que o progresso e o crescimento econômico se dariam no Paraná.

Procurar-se-á, portanto, inserir o pensamento de Romário Martins no âmbito do discurso ruralista. O Ruralismo é definido por Mendonça como

um *movimento político* de organização e institucionalização de interesses de determinadas frações da classe dominante agrária no Brasil – tanto em nível da sociedade civil, quanto em nível da sociedade política – bem como aos conteúdos discursivos produzidos e veiculados pelos agentes e agências que dele participaram.<sup>187</sup>

<sup>186</sup> As fontes utilizadas neste capítulo mostram o caráter repetitivo das falas de Romário Martins.

<sup>187</sup> MENDONÇA, Sônia Regina de. *O Ruralismo Brasileiro (1888-1931)*. São Paulo: Hucitec, 1995 (p.10) Ver também: MOTTA, Márcia. (org.) *Dicionário da Terra*. Rio de Janeiro: civilização Brasileira, 2005

Para a historiadora, o ruralismo deve ter uma historicidade própria e específica estabelecida pela análise de sua construção por sujeitos determinados, num dado tempo e espaço, caso contrário se transfigura num construto abstrato e esvaziado de conteúdos que especifiquem, a cada conjuntura histórica, não só as formas de articulação político – cultural das frações agrárias da classe dominante, como também de toda a sociedade brasileira do período.<sup>188</sup> Mendonça não vê o ruralismo como um sistema de meras representações ou como um elemento ideológico complementar à explicação de processos históricos mais relevantes. Não o vê também como um movimento político de defesa dos interesses agrários perante a industrialização. Esse tipo de interpretação subestima o ruralismo como objeto legítimo e significativo. Na sua visão, deve ser visto como “um movimento político integrado por agências e agentes dotados de uma inserção determinada na estrutura social agrária e sustentado por canais específicos de organização, expressão e difusão de demandas.”<sup>189</sup> Assim, a autora chama atenção à necessidade de se estar sempre atento às redes de relações sociais que envolvem os segmentos da classe proprietária rural, para não tornar o tema abstrato e irrelevante.

É com essa forma de encarar o ruralismo que Mendonça estuda a Sociedade Nacional de Agricultura, a primeira modalidade de institucionalização autônoma dos interesses agrários, criada já na República, em 1897, em meio ao turbulento período de consolidação do novo regime, quando do retorno do poder às mãos dos civis. A Sociedade Nacional de Agricultura constituiu-se como uma associação de amigos e lavradores tendo por finalidade “...o exame, o estudo e a colaboração para a solução dos problemas dos agricultores, dos pecuaristas e dos industriais das indústrias extrativas correlatas.”<sup>190</sup> O Estado do Paraná cria no mesmo ano de 1897 a Sociedade de Agricultura filiada a referida Sociedade Nacional de agricultura.<sup>191</sup>

Verificando o perfil da extração regional setorial de seus diretores tem-se que, além da diversidade, o que os unia era o fato de não se vincularem ao complexo exportador cafeeiro: dos nove presidentes da agremiação, quatro originavam-se das regiões Norte/Nordeste do país,

<sup>188</sup> MENDONÇA, Sônia Regina de. Mundo rural, intelectuais e organização da cultura no Brasil: o caso da Sociedade Nacional de Agricultura. In: Mundo Agrário. Revista de estudos rurales, n. 1, segundo semestre de 2000. Centro de Estudios Histórico Rurales. Universidad Nacional de La Plata.

<sup>189</sup> MENDONÇA, Sônia Regina de. *O Ruralismo Brasileiro (1888-1931)*. op. cit. (p.12-13)

<sup>190</sup> Estatutos da SNA. RJ, fevereiro, 1905. Apud MENDONÇA, Sônia Regina de. Mundo rural, intelectuais e organização da cultura no Brasil: o caso da Sociedade Nacional de Agricultura. In: Mundo Agrário. Op.cit.

<sup>191</sup> Mensagem do presidente de estado de 1897 p. 7 – Arquivo Histórico da Unicentro.

três do Sul e dois do Rio de Janeiro, sendo sete proprietários ligados a atividades tão diversas quanto a rizicultura, a pecuária, cotonicultura e agroindústria açucareira. Sintomaticamente, nenhum porta-voz da grande cafeicultura paulista jamais ocupou qualquer cargo expressivo junto a uma das três diretorias da entidade. Tratava-se assim, de uma entidade organizadora dos segmentos da classe proprietária “secundários”, ligados às atividades agrárias voltadas para o mercado interno.<sup>192</sup>

A autora olha para esse movimento associativo como uma agência, em que dela participam sujeitos históricos reais, que têm uma visão de mundo a difundir. É isso também que pretendemos fazer ao analisar o discurso romariano, pois é um agente pertencente à classe dominante, preocupado com os rumos da agricultura no país e no Paraná, preocupado em defender os interesses de seu grupo social. Assim, procuraremos evidenciar as relações e influências do pensamento ruralista em Romário Martins.

Para entender melhor essa relação, vejamos alguns trechos expressivos da fala de Martins na solenidade a que foi convidado a proferir discurso como orador:

Essa é a missão de todos os órgãos culturais com responsabilidade nos destinos do Brasil. A de criar um ambiente propício à produção racional dos campos, base da fortuna pública em ouro tilintante e em virtudes morais e cívicas de condições miraculosas para as ressurreições nacionais.<sup>193</sup>

Percebe-se que a postura de Romário Martins é bem clara, pois diz que a base da fortuna pública é a produção agrícola racionalmente conduzida. E criar esse ambiente era na sua visão uma missão. Proporcionar uma “ressurreição nacional” por meio da atividade agrícola era um de seus ideais. Na seqüência, diz:

... Eu, que sou um incorrigível otimista a quem a idade, já agora, condena ao fatalismo de acreditar em tudo, entendo que um pugilo de artífices de nossa economia agrária, prestigiado pelo poder público, seria capaz de realizar uma profunda transformação nos nossos hábitos de rotina e de inércia.<sup>194</sup>

Aqui Martins auto define-se como um “incorrigível otimista”, o qual em tudo acredita, o qual crê também em uma profunda transformação pelo trabalho, que viria superar hábitos de rotina e de inércia, uma vez que tais hábitos são pertencentes ao ambiente do “Jeca Tatu”, os

<sup>192</sup> MENDONÇA, Sônia Regina de. Mundo rural, intelectuais e organização da cultura no Brasil: o caso da Sociedade Nacional de Agricultura. Op.cit.

<sup>193</sup> MARTINS, Romário. *Terra e Gente do Paraná*. op.cit. (p.317)

<sup>194</sup> Idem

quais pretendia ver superados. Do trabalho agrícola poderiam surgir “ressurreições nacionais”. Mas o que mais interessa no discurso é o momento em que o orador se refere ao ensino agrícola:

Outro problema, esse sobrelevante, da lavoura, é o do ensino. O lavrador deve ser instruído na arte de racionalizar a produção agrícola. Mas não é tudo ainda. O ensino agrícola deve acompanhar os cursos da escola primária e da complementar. Nas cidades, pode esse ensino ficar na teoria, mas é a metade ou mais, talvez dos percursos certos. Mas nas escolas rurais a teoria deve ser seguida das demonstrações objetivas e dos cursos práticos.<sup>195</sup>

Romário Martins coloca a questão do ensino como um problema da lavoura. Um problema que precisa ser solucionado urgentemente. Para que o campo fosse racionalizado era preciso instruir o lavrador, dando-lhe base para seu trabalho ser conduzido da melhor maneira possível. Por isso fala da necessidade de incorporar o ensino agrícola nos cursos da escola primária e complementar, porém distinguindo a forma de ensinar nas cidades e no campo. Nas cidades, esse ensino poderia ficar no plano teórico, mas no campo, a teoria deveria ser acompanhada das demonstrações objetivas e dos cursos práticos. Fica evidente, portanto, que para aquele que frequenta a escola rural não basta aprender a ler e escrever, mas também manusear a terra de forma racional, conhecendo-a de perto, estabelecendo relações entre a teoria adquirida e a prática do trabalho agrícola. Assim, estar-se-ia criando um ambiente propício ao desenvolvimento do Estado. Insere-se aqui outra reflexão sobre a dicotomização de imagens sobre o campo e a cidade, de Williams:

...é significativo que a imagem comum do campo seja agora uma imagem do passado, e a imagem comum da cidade, uma imagem do futuro. Se as isolarmos deste modo, fica faltando o presente. A idéia do campo tende à tradição, aos costumes humanos e naturais. A idéia da cidade tende ao progresso, à modernização, ao desenvolvimento. Assim, num presente vivenciado enquanto tensão, usamos o contraste entre campo e cidade para ratificar uma divisão e um conflito de impulsos ainda não resolvidos, que talvez fosse melhor encarar em seus próprios termos.<sup>196</sup>

Como demonstrou o autor, os contrastes utilizados entre campo e cidade no presente, servem para ratificar conflitos ainda não resolvidos nesse momento. Em vez de encará-los de frente, recorre-se a idealizações ou estigmas referentes ora ao campo, ora à cidade.

<sup>195</sup> MARTINS, Romário. *Terra e Gente do Paraná*. op.cit. (p.319)

<sup>196</sup> WILLIAMS, Raymond. op. cit. (p.397)

Prosseguindo, diz Romário Martins:

Na idade em que se aprende a ler, toda a imaginação é indagativa e tudo que ela aprende perdura. É esse, pois, o momento de se plasmarem nos cérebros da infância e da juventude, as eternas visões das realidades.<sup>197</sup>

Para o autor, é na infância que se deve aprender a ler, pois é nessa idade da vida, conforme Martins, que a imaginação flui e tudo que se aprende perdura. Por isso mesmo diz ser “o momento de se plasmarem nos cérebros da infância e da juventude, as eternas visões das realidades.” Interpretando a fala, pode-se dizer que Martins vê a criança como uma cera a moldar, por isso a ela deve ser transmitido o amor ao trabalho. Continuando, afirma:

Se os livros didáticos ensinarem às populações rurais as douradas misérias do urbanismo, estarão plasmando um egresso do campo. Feito homem, será a cidade que existirá no subconsciente do filho do camponês urbanizado pela escola. Se por *escolas rurais* chamarmos as escolas dos núcleos rurais que seriam urbanas se localizadas nas cidades, sua eficiência sobre a educação da população infantil camponesa será de molde a criar no espírito do jovem camponês, a idéia e o desejo de uma vida diversa no campo.<sup>198</sup>

Inicialmente deixa bem marcada a oposição entre campo e cidade, definindo os valores da cidade como um mal que deve ficar bem distante da mente infantil camponesa. Os termos “douradas misérias do urbanismo” confirmam tal separação entre os dois modos de vida. Vê os livros didáticos como um perigo, pois se eles ensinarem às populações rurais valores urbanos, estarão provocando a fuga do campo, a vida na cidade será um atrativo para o filho do camponês, despertará curiosidade e o anseio de uma vivência diversa no campo. Sobre a idéia de fixar em um lugar, cabe mais uma reflexão:

Ainda é comum encontrar uma idealização do sedentarismo, da vizinhança, como se esta fosse a única realidade da comunidade. Em meados do século XX, T. S. Eliot, defendendo uma concepção de sociedade cristã, afirmou que ‘de modo geral tem-se a impressão de que seria melhor se os seres humanos, em sua grande maioria, continuassem vivendo nos lugares em que nasceram’. (Essa ‘grande maioria’, é claro, exclui o homem que se deslocou não apenas de um lugar para o outro, mas de um continente para o outro.)<sup>199</sup>

---

<sup>197</sup> Idem (p.319)

<sup>198</sup> Idem (p.319) grifo do autor

<sup>199</sup> WILLIAMS, Raymond. op. cit. (p.120)

Pode-se afirmar que Martins também idealizou o sedentarismo dos trabalhadores rurais paranaenses, pois em sua fala sobre as escolas rurais deixa explícito o desejo de fixá-los ao campo. Isso se evidencia porque nem de forma abstrata, por meio de livros, as crianças do meio rural poderiam conhecer a cidade.

Cabe aqui retornar a Sônia Mendonça em um trecho da introdução de *O Ruralismo Brasileiro*, vejamos:

Deitando profundas raízes no imaginário social do Ocidente, as noções de *campo* e *cidade* deram origem a variados sistemas de representações e valores, tão distintos quanto expressivos. O significante campo e seus múltiplos significados, costumam ser associados a formas de vida consideradas naturais, plenas de paz, simplicidade ou inocência. Por outro lado, o segundo termo do binômio, e seus corolários, é vinculado à idéia de centros de empreendimento, saber ou progresso. De igual forma, têm-se combinado importantes associações negativas ora a um, ora a outro: a cidade como espaço do egoísmo, da competitividade, da ambição; o campo como lugar do atraso, da ignorância, da rotina.<sup>200</sup>

Vê-se, a partir da citação acima, que podem ser feitas associações positivas ou negativas ao campo e a cidade. O que as faz variar são as formulações elaboradas pelos sujeitos sociais. No caso aqui analisado, Romário Martins é o sujeito que vincula ao campo a noção de progresso, pois para ele seria a partir da produção racional dos campos que o Estado chegaria a se desenvolver economicamente. Vê benefícios no trabalho rural e no seu ensino. Em contrapartida não vê a cidade com bons olhos, ela traria “ilusões” aos filhos de lavradores, que deveriam ter plena consciência de seu lugar social, assim não era aconselhável incitá-los a outras possibilidades profissionais, “a buscar melhores condições de vida”.<sup>201</sup> Para fortalecer ainda mais o que está dizendo, recorre a outros pensadores. Acompanhemos este primeiro exemplo, ao citar Sud Mennucci, na sua obra *Crise Brasileira de Educação*:

A disseminação intensiva das escolas rurais, diz o eminente pedagogo paulista, já nos levou a verificar este assombro: estamos furtando da lavoura, por meio do ensino oficial, aquilo com que de mais sólido poderá ele contar para o seu desenvolvimento. As classes primárias transformaram-se em polvos sugadores da energia rural, porque envenenam a alma dos filhos dos nossos lavradores, criando-lhes no íntimo, a enganosa e perigosa miragem da cidade. O alfabeto, em vez de ser um auxiliar, um amparo, um sustentador da lavoura, virou um tóxico poderosíssimo e violento. Põe na

<sup>200</sup> MENDONÇA, Sônia Regina de. Op.cit. (p.9) grifo da autora

<sup>201</sup> WILLIAMS, Raymond. op. cit. (p.121)

cabeça da juventude aldeã o desejo louco de aprender para se libertar do fardo agrícola. Como se explica o estranho fato? Facilmente: levamos às regiões do campo uma organização escolar que está profundamente eivada do preconceito urbanista.<sup>202</sup>

O pedagogo, citado por Martins, está defendendo que os filhos de lavradores não devem “conhecer” a cidade nem por meio de livros. As classes primárias estariam “envenenando” as crianças do campo com a “perigosa miragem” da cidade. O alfabeto, nas suas palavras, “virou um tóxico poderosíssimo e violento”, pois a criança estaria interessada em aprender e estudar somente para libertar-se de sua condição. Quando afirma que se está levando ao campo uma organização escolar “eivada do preconceito urbanista”, deixa implícito o desejo de se criar um ensino completamente específico e condizente com a realidade do campo, completamente isolado da cidade e de seus valores, assim se teria a garantia de que com educação direcionada poder-se-iam fixar no campo as suas populações. “Se queremos lavradores não lhes incutamos outras idéias”<sup>203</sup>, dizia Martins, completando com o que chamou de um imenso programa de ensino rural agrícola contido em apenas nove palavras: “A educação faz o homem; o homem faz a terra”.<sup>204</sup> Vemos aqui a restrição ao que um trabalhador deve conhecer, uma educação voltada apenas ao trabalho rural, sem ampliação de horizontes e expectativas.

Não estaria Romário Martins propondo que todos fossem agricultores, mas afirma quase ao fim de seu discurso que “é a agricultura a mais importante de todas as profissões”<sup>205</sup>, como teria classificado Liebig, o criador da agronomia moderna segundo Romário Martins, o fundador da teoria mineral como alimento fundamental das plantas, visto como dela “depende a alimentação do homem e dos animais; nela repousa a saúde e o desenvolvimento da espécie humana; a riqueza das nações; toda a indústria manufatureira e toda a atividade comercial”.<sup>206</sup>

Enfatiza aqui, que, mesmo que as crianças e jovens do campo revelem outras aptidões para o trabalho, “a agricultura é a mais importante das profissões”, pois toda a vivência e atividade humana depende dela. Na visão de Martins, o que faz o mundo “girar” é a agricultura. O tempo todo se percebe o enaltecimento da terra e da agricultura, bem como a imensa preocupação em fixar os trabalhadores no campo. Está falando a um público de futuros agrônomos, e pretende com isso, fazer eco à sua voz. Utiliza-se de inúmeros argumentos para

<sup>202</sup> MENNUCCI, Sud. Apud MARTINS. *Terra e Gente do Paraná*. op.cit (p.320)

<sup>203</sup> MARTINS, Romário. *Terra e Gente do Paraná*. op.cit. (p.320)

<sup>204</sup> SIMON, Jules. Apud MARTINS. *Terra e Gente...* op.cit. (p.320)

<sup>205</sup> LIEBIG. Apud MARTINS, Romário. *Terra e Gente...* op.cit. (p.321)

<sup>206</sup> Idem

convencer. Percebe-se o peso de sua experiência política em termos de oratória, pois constrói um discurso de forma organizada, com argumentos fortes, com citações de pensadores, com apelo emocional, etc.

Finaliza, então, sua fala na colação de grau, apropriando-se de duas máximas, uma de Cícero e outra de Frederico, o Grande, da Prússia:

Cícero já dizia esta verdade: Nada vale tanto como a agricultura. Nada é mais belo. Nada é mais digno do homem livre. E Frederico, o Grande, da Prússia: A força de uma Nação tem por base a agricultura, porque ela se sobrepõe a todas as necessidades públicas.<sup>207</sup>

Primeiro, coloca o pensamento de Cícero como uma verdade, e de fato essa era a sua verdade: nada vale mais que a agricultura. Depois, com a segunda citação, amplia, dilata a aquela verdade para o âmbito nacional, pois do desempenho da agricultura é que se dá a força e a solidez não só da região, como também da nação. Ela está acima de todas as necessidades públicas. Quanto ao uso dos termos “nada é mais belo”, podemos seguir a trilha de Williams, e dizer que é belo para quem a agricultura é paisagem, ao passo que para quem ali labuta não há nada de belo.<sup>208</sup>

Há também que se dizer que o discurso, além de compor parte de um dos capítulos da obra *Terra e Gente do Paraná*, foi publicado separadamente no formato de um pequeno livro chamado *Escola Agrônômica do Paraná*.<sup>209</sup> Vê-se, portanto, que além de repetitivo em sua fala, o é também em suas obras. Essas eram um espaço utilizado por Martins, para algo muito maior que suas reflexões intelectuais, ou seja, para divulgar e imortalizar seus projetos e atos de homem público.

Refletindo com mais precisão sobre o ato de falar a um público de futuros agrônomos, a partir do discurso romariano, merece relevo neste momento um dos capítulos de *O Ruralismo Brasileiro (1888-1931)*<sup>210</sup> que ajudará na compreensão dos argumentos utilizados por Romário Martins em 1937. Um primeiro ponto interessante colocado por Mendonça é quanto ao espaço do discurso ruralista:

<sup>207</sup> CÍCERO; Apud MARTINS, Romário. *Terra e Gente...* op.cit. (p.321)

<sup>208</sup> WILLIAMS, Raymond. op. cit. (p.69)

<sup>209</sup> MARTINS, Romário. *Escola Agrônômica do Paraná*. Turma de agrônomos de 1937. Discurso. Orador da turma no ato de colação de grau. Curitiba: (s.n), 1937.

<sup>210</sup> MENDONÇA, Sônia Regina de. A vocação eminentemente agrícola do Brasil: a ordem a serviço do progresso. In: *O Ruralismo Brasileiro (1888-1931)*. São Paulo: Hucitec, 1997.

A consistência do discurso ruralista correspondeu, a um grande entrosamento de seus agentes como ‘grupo de liderança’, constituído com base em um universo de leituras, patronos e homenageados comuns, cuja circularidade os levava a autopromoverem-se e perpetuarem-se nessa posição, citando-se uns aos outros como argumentos de autoridade para suas proposições. Logo, o ruralismo brasileiro construía, no próprio espaço do discurso, os canais de sua reprodução.<sup>211</sup>

Essa citação é bastante pertinente no tocante à análise aqui desenvolvida, pois tem claras relações com as fontes trabalhadas. Conforme já comentado, Martins é convidado a ser orador num ato de homenagem por ser o fundador do ensino superior agrícola no Paraná, e responde com atenção a tal homenagem. O canal de reprodução do ruralismo brasileiro, como bem apontado por Mendonça, se dava no próprio espaço do discurso. E Martins tinha plena consciência de que sua fala estaria soando com eficácia ao seu público. Vemo-lo como um agente autorizado a falar sobre a agricultura, já que tinha recebido o título de doutor em Agronomia pela referida Escola. Essa categoria profissional se colocou ao topo de uma hierarquia, como também analisou Mendonça ao colocar à mostra a concepção do agrônomo cearense Francisco Dias Martins quanto às instituições especiais de ensino, englobadas dentro de um projeto tripartite, composto por:

Um curso de lavrador, um curso de administrador agrícola e um curso de agricultor. O curso de lavrador prepara o pequeno proprietário, o hortelão, o trabalhador rural, etc. O curso de administrador prepara o agricultor de recursos médios e ao mesmo tempo o escrivão das propriedades rurais. O curso de agricultor, que também poderá ser chamado de engenheiro agrícola, prepara o agricultor de maiores recursos.<sup>212</sup>

Mendonça afirma ser o projeto tripartite um padrão quase “medieval” de concepção da ordem rural, “que hierarquizava por meio do ensino os que ‘trabalham’, os que ‘vigiam’ e os que ‘dirigem’, a ênfase recairia sobre os dois níveis superiores, responsáveis pela preparação dos quadros necessários ao controle das relações sociais.”<sup>213</sup> Quando Romário Martins fala da necessidade de instruir o lavrador, é também para fixá-lo em seu “lugar” na hierarquia rural, o lugar do trabalhador. Chegou mesmo a dizer que, se queremos lavradores, não lhes coloquemos outras idéias. Logo, pretendia “ensinar” para imobilizá-los ao campo.

---

<sup>211</sup> Idem (p.84)

<sup>212</sup> MARTINS, Francisco Dias. (1908) Apud MENDONÇA, Sônia Regina de. *O Ruralismo Brasileiro (1888-1931)*. (p.92)

<sup>213</sup> MENDONÇA, Sônia Regina de. Idem (p.92)

Vemos delinear-se, além da hierarquia social, também uma hierarquia de saberes, pois, “a ciência caiba ao agrônomo; a arte ao chefe das culturas; e o ofício ao trabalhador rural”.<sup>214</sup> Os novos técnicos seriam qualificados a induzir os trabalhadores à eficiência produtiva e ao “progresso”. Quando Romário Martins falou sobre a erradicação dos hábitos de inércia dos trabalhadores rurais, os via como “homens inferiores”, que precisavam elevar-se moralmente. Implicitamente, também está hierarquizando o ordenamento rural paranaense.

Não por acaso, encontramos na *Ilustração Paranaense*, uma imagem de formandos em Agronomia pela Escola Agronômica do Paraná:

---

<sup>214</sup> TORRES FILHO, Artur. (1926) Apud MENDONÇA, Sônia Regina de. Idem (p.94)



Fig. 12 – Escola Agrônômica do Paraná

Primeiramente, chamamos a atenção novamente para a hierarquia dos saberes, pois os bacharéis em Agronomia, conhecidos como “homens de ciência”, poderiam ter o privilégio de aparecer no periódico. À primeira vista, pode-se pensar que isso se deve ao fato de Romário Martins ser o fundador da escola. Mas a Colônia Infantil Agrícola também é de sua autoria, e não se encontra nenhum sinal dela na revista. Será porque era destinada aos pobres “desvalidos”? Como já explanado no segundo capítulo deste trabalho, não era interessante para os intelectuais envolvidos com a *Ilustração Paranaense* mostrar o universo da pobreza. Observa-se em contrapartida o símbolo da retidão (os pinheiros) envolvendo as faces dos novos bacharéis, esses sim poderiam ser considerados “retos”.

Sobre a inserção dos agrônomos na sociedade brasileira, na virada do século XIX para o XX, um estudo pertinente para se recorrer é *A balança, a régua e o arado: sistemas de ensino e habitus de classe na primeira republica*.<sup>215</sup> Vejamos um trecho:

Num país onde a mentalidade jurídico-profissional dominava, relegando a segundo plano o ensino efetivamente técnico, o estabelecimento do ensino agrônômico representaria mais um passo em direção ao fortalecimento deste último.<sup>216</sup>

Além de seu caráter recente como campo específico de saber, guarda a peculiaridade de ser um “saber aplicado”<sup>217</sup>, pois até então havia um certo desinteresse pela ciência e pela técnica por parte quer de engenheiros, bacharéis ou médicos. Assim, à “elite” cabia o “exercício de entretenimento dos espíritos”.<sup>218</sup>

Outra questão a ser exposta é a que se refere à crítica ruralista à indústria. Na visão de Mendonça:

Esta crítica não significa um convicto e extremado antiindustrialismo. Para além do combate ao protecionismo governamental às mencionadas *indústrias artificiais*, foi a contestação à ordem urbana – núcleo da desordem e da insubordinação – o cerne dos discursos produzidos, sobretudo ao longo da década de 1920, resultando no acirramento da visão dualista do todo social que contrapunha campo e cidade, um como *oásis de harmonia e comunhão* e outro como espaço do *parasitismo* e conflituosidade (...)<sup>219</sup>

Isso também se pode relacionar ao discurso romariano, afinal de contas, ele não faz a crítica à indústria, mas sim à esfera urbana, que seria um perigo se divulgada aos lavradores e suas crianças. Em contrapartida, vê sempre o campo de forma idealizada. Seria o lugar ideal para a vivência familiar, para a educação das crianças, para o trabalho. Pensando nisso, Martins redige um programa direcionado para um tipo de família, que será analisado na seqüência.

<sup>215</sup> MENDONÇA, Sônia Regina de. *A balança, a régua e o arado: sistemas de ensino e habitus de classe na primeira republica*. Cadernos do ICHF. Niterói: UFF, n.48, nov., 1992.

<sup>216</sup> Idem (p.25)

<sup>217</sup> Idem (p.26)

<sup>218</sup> AZEVEDO, Fernando de. Apud MENDONÇA, Sônia Regina de. Idem. (p.41)

<sup>219</sup> MENDONÇA, Sônia Regina de. *O Ruralismo...* op.cit. (p.99-100)

### 3.3. EDUCAR O CABOCLO E ASSISTIR A FAMÍLIA E A INFÂNCIA

Depois disto, em 1940, Martins escreve um programa denominado *Escolas Rurais Especiais para a Educação e Socialização do Caboclo*<sup>220</sup>, publicado pelo menos por quatro vezes.

É cabível, primeiramente, compreendermos o significado do termo “caboclo”, que se originou junto à formação social e étnica dos trabalhadores camponeses brasileiros. Conforme o Dicionário da Terra, designa:

os (as) mestiços (as) de ascendências indígena e branca. Designa também os indígenas que, desintegrados de seus valores nativos (destribalizados), perdiam seus vínculos socioculturais e passavam a agir sob valores culturais dos ‘brancos’. Por muito tempo, teve sentido pejorativo de sujeito atrasado, ignorante, preguiçoso e portador de maus hábitos. Depois, passou a designar pessoa do interior, caipira, matreiro e pouco instruído...<sup>221</sup>

Notam-se, por meio da definição acima, as atribuições relacionadas ao caboclo: “atraso”, “ignorância”, “preguiça”, “maus hábitos”. Elas nos auxiliarão no entendimento do programa redigido por Martins que, já de início, visa a três fatores: o da terra; o do homem; o da atividade. Para o fator terra destacou que: “O solo hostil e a propriedade incerta, geram derrotas do trabalho.”<sup>222</sup> Portanto, procurou sistematizar as soluções para o que chamou de “problema caboclo”, sendo elas:

#### **Assistência às famílias:**

- Garantia da terra.
- Conforto da casa.
- Auxílio às atividades úteis.
- Assistência médica e farmacêutica.
- Propaganda de novos hábitos:
  - a) de higiene;
  - b) de ordem;
  - c) de trabalho;
  - d) de aspirações.

<sup>220</sup> MARTINS, Romário. *Escolas Rurais Especiais para a Educação e Socialização do Caboclo*. Boletim do Instituto Histórico e Geográfico Paranaense, vol. 5, n.9, 1940. (p.1-14) Pode ser encontrado também em MARTINS, Romário. *Paiquerê*, mitos e lendas, visões e aspectos. Curitiba: Guairá, 1940. (p.161-176) e MARTINS, Romário. *Escolas Rurais Especiais para a Educação e Socialização do Caboclo*. Revista da Academia Paranaense de Letras. Curitiba, ano 4, n.11, 1946,( p.195-203).

<sup>221</sup>MOTTA, Márcia (org.) Dicionário da Terra. Op.cit. p.68.

<sup>222</sup> Idem. (p.2)

**Assistência à infância:**

- Escola:

- a) Curso primário;
- b) Curso de aperfeiçoamento.

- Preparo profissional:

- a) noções de agricultura;
- b) noções de artes e ofícios;
- c) cursos de aperfeiçoamento técnico noutros estabelecimentos do Estado, para as vocações especiais.<sup>223</sup>

Note-se que a primeira solução apontada quanto à assistência às famílias é a garantia da terra. Tendo acesso à terra o caboclo poderia trabalhar, porém construindo novos hábitos, conforme apontados: “de higiene, de ordem, de trabalho e de aspirações.” Para refletir sobre essa questão, vejamos a seguinte citação:

Minha hipótese é que com o capitalismo não se deu a passagem de uma medicina coletiva para uma medicina privada, mas justamente o contrário; que o capitalismo, desenvolvendo-se em fins do século XVIII e início do século XIX, socializou um primeiro objeto que foi o corpo enquanto força de produção, força de trabalho. O controle da sociedade sobre os indivíduos não se opera simplesmente pela consciência ou pela ideologia, mas começa no corpo, com o corpo. Foi no biológico, no somático, no corporal que, antes de tudo, investiu a sociedade capitalista. O corpo é uma realidade bio-política. A medicina é uma estratégia bio-política.<sup>224</sup>

Assim, com assistência médica, com o espaço higienizado e ordenado, os corpos tornam-se mais produtivos. Quanto à assistência à infância, vemos que a escola vem acompanhada do preparo profissional. E o primeiro deles, sem coincidência alguma é justamente “noções de agricultura”. Como visto anteriormente neste mesmo capítulo, a agricultura, para esse autor é a mais importante das profissões. Assim, pode-se entender porque Martins quis inculcar essa idéia nos filhos de lavradores.

Destaca posteriormente cinco itens que deveriam ser preconizados, segundo o Plano de Ação descrito por Edwin Embree, presidente da “Fundação Julius Rosenwald”, dos Estados Unidos:

- 1- Habilidade de ler e escrever com clareza e compreensão;
- 2- Perícia em cálculos aritméticos;

<sup>223</sup> Idem. (p.3)

<sup>224</sup> FOUCAULT, Michel. Microfísica do poder. Op.cit. (p.80)

3-Conhecimentos agrários, inclusive compreensão dos processos biológicos e da natureza em geral;

4- Perícia manual, especialmente na manipulação de madeiras e outras matérias empregadas em uma mecânica simples;

5- Saúde.<sup>225</sup>

A primeira parte do programa estabelecido acima visava à ampliação das escolas rurais, tendo por objetivo, “a incorporação econômica, social e espiritual das nossas populações rurais nativas, na evolução de nossa nacionalidade.”<sup>226</sup> Na continuidade afirma que:

É preciso levar em conta que neste empenho de socializar nossas populações caboclas fazendo-as influir mais direta e intimamente em todas as eficiências da raça e da nação, - não é o caboclo que precisa de nós, - nós, a nacionalidade, é que precisamos dele.<sup>227</sup>

Assim, preparando o caboclo para influir com mais precisão nas “eficiências da raça e da nação”, assume que não é o caboclo que precisa dessa interferência, mas é a nacionalidade que precisa deles, como mão-de-obra é claro. Considera que é preciso educá-los, comparando-os ao índio: “O tipo demográfico, os usos, os costumes, não foram profundamente modificados. *O caboclo de hoje é o índio de ontem, com apenas as variações do seu contato, maior ou menor, com a nossa civilização.*”<sup>228</sup> Vê o caboclo como “primitivo”, e justifica o valor do seu projeto dizendo o seguinte sobre ele:

Ele se impõe (...) como restaurador de um elemento demográfico até hoje segregado de nossa evolução, mas que foi no passado, no ciclo preparatório de nossa nacionalidade, o fator de mais realce nos descobrimentos, na exploração das riquezas nativas, na exuberante seiva com que concorreu para a formação do tipo fundamental da nossa raça. E se suas qualidades étnicas eugenizáveis foram em largo período de nossa história o precioso fator de realizações de tais vultos, é de esperar que de novo reavivadas e revigoradas pela educação, pela instrução e pela saúde, venham novamente a influir na nossa evolução.<sup>229</sup>

Visava, então, com educação, formar um tipo humano com elevado teor de vitalidade física, moral e intelectual. Por meio da instrução e da saúde, as “qualidades étnicas eugenizáveis” poderiam ser selecionadas. Ao utilizar-se de tais termos, quer dizer que o caboclo é passível de intervenção, ou seja, é eugenizável. Isso significa que existem “outros”

---

<sup>225</sup> Idem (p.4)

<sup>226</sup> Idem (p.4-5)

<sup>227</sup> Idem (p.5)

<sup>228</sup> Idem (p.5-6) grifo do autor

<sup>229</sup> Idem. (p.6)

nem eugenizáveis. Assim, por meio da educação, o caboclo estaria apto para “influir” na “evolução” da nação. Novamente vemos Martins falando sobre eugenia<sup>230</sup>, sobre a possibilidade de “elevação humana”. Para completar essa idéia, há mais um trecho expressivo em sua escrita. Vejamos:

Paulo Pestana em crítica feita à reforma do ensino em São Paulo, em 1920, disse, entre outras, esta verdade: - “Gravai no cérebro do Jeca o alfabeto e ele não se modificará: continuará enfermo, indolente, fatalista, incapaz. *Educai-o e vereis como adquire saúde e desperta e se transforma ao impulso de energias renascentes*”.<sup>231</sup>

Conforme visto no capítulo anterior, a imagem do Jeca exprime os estigmas que pesam sobre a população do Brasil. Ela precisa ser tratada das enfermidades que a abatem e educada para praticar novos hábitos. Mas para isso, seria preciso mais que alfabetização, seria necessário “auxílio econômico, assistência médica e garantia da propriedade rural onde esse pária em seu própria Pátria erga o seu lar, lavre a sua terra e colha os seus frutos”.<sup>232</sup> Só assim o programa obteria o sucesso esperado.

Entre outras considerações, finaliza dizendo:

Para essa campanha a melhor especialização é a boa vontade. Professores primários, cultos e moralizados ou leigos nessas condições que aceitem a missão patriótica de pregar o Novo Evangelho das Selvas; professores e mestres de artes e ofícios que se proponham ir buscar nos litorais e nos sertões brasileiros essa preciosa matéria prima nacional que é o caboclo com as suas incomparáveis condições intrínsecas, diminuídas pelas circunstâncias é verdade, mas que somente aguardam possibilidade que as façam readquirir suas admiráveis expressões primitivas: - e aí teremos as primeiras vanguardas dos que hão de combater a ignorância, destruir a miséria e edificar algo novo, consistente e eterno, na civilização do Brasil.<sup>233</sup>

Novamente se refere aos caboclos como “primitivos” e conclama professores e leigos de “boa vontade” a combater a “ignorância e a miséria”. Era preciso regenerar o caboclo, para que “readquirisse suas admiráveis expressões primitivas”, pois, para Martins, o caboclo era um índio deteriorado que, com educação e eugenia, poderia ser melhor. Percebe-se que nas falas de Romário construía-se dois campos distintos, um de ordem e progresso representado

<sup>230</sup> Ver capítulo II desta dissertação.

<sup>231</sup> PESTANA, Paulo. (1920) Apud MARTINS, Romário. Op.cit. (p.8)

<sup>232</sup> MARTINS, Romário. Op.cit. (p.9)

<sup>233</sup> Idem. (p.14)

pelo ensino agrícola, e outro, um anterior, sobre o qual a educação agiria e regeneraria o campo do caboclo, símbolo da degenerescência. Agora podemos compreender melhor qual o significado do termo caboclo para Romário Martins, que reafirma os estudos que integram o Dicionário da Terra.

Cabe neste momento indagar: Por que Martins deixa de falar na educação de crianças e passa a preocupar-se com a educação de adultos? Mendonça nos ajuda a entender:

...os contornos atribuídos à ‘educação rural’ sofreriam profunda inflexão ao longo dos anos 1930-1950, transmutando-se de uma experiência escolar, num experimento assistencial, em sintonia com a conjuntura da Guerra fria e destinando-se a qualificar mão – de – obra rural adulta, em detrimento de educar a infância. A nova modalidade dita ‘de ensino’ rural desempenharia, assim, um triplo papel: 1) o de ‘imobilizador’ da força de trabalho no campo; 2) o de ‘neutralizador’ dos conflitos sociais rurais e 3) o de qualificador de mão – de- obra, mediante a afirmação hegemônica da escola enquanto ‘escola de trabalho’, consagrando definitivamente, a segmentação entre trabalho manual e trabalho intelectual.<sup>234</sup>

A historiadora toca aqui em questões de suma importância para a compreensão das mudanças ocorridas no ensino rural, que não se deram por acaso, muito ao contrário, deram-se com objetivos bem definidos, conforme apontados acima. Era preciso imobilizar os trabalhadores no campo, apagar as tensões sociais no meio e qualificar mão-de-obra, contribuindo para a afirmação da escola como “escola de trabalho”. Era preciso ser educado para o trabalho.

Observa-se no programa que o objeto de Martins não é o caboclo isolado, mas sim a família cabocla e a própria criança cabocla, pois propôs a assistência à família e à infância. Mais uma vez nos deparamos com a idéia de salvação pelo trabalho. Como já comentamos anteriormente, havia o interesse em educar tais categorias para atender à demanda econômica e para o mais completo estabelecimento da ordem social.

Analísaram-se neste capítulo três momentos em que Romário Martins defendeu a educação agrícola, em 1909, em 1937 e em 1940. Muitos anos se passaram e suas idéias eram praticamente as mesmas. É evidente que por toda a sua carreira política falou muito sobre a agricultura. Mas aqui se optou pela análise desses três momentos, o primeiro distante do segundo por quase trinta anos, e o segundo do terceiro por três anos. Quisera mostrar as

---

<sup>234</sup> MENDONÇA, Sônia Regina de. *Estado e Ensino Rural no Brasil: uma discussão historiográfica*. In: Estado e Historiografia no Brasil. Niterói: Eduff, 2006(p.146).

imbricações existentes entre eles, pois Martins olhou para o “menor desvalido”, para o lavrador e para o caboclo como sujeitos “inferiores” que poderiam “subir na escala de civilização” por meio da interferência educativa e pelo trabalho. Crianças e adultos que poderiam ser melhorados e inseridos na “evolução” da nação, que poderiam contribuir para o progresso do Estado.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

As reflexões aqui desenvolvidas sobre as percepções de infância no Paraná das primeiras décadas do século XX apontam para a visualização da criança multifacetada pois, de acordo com a sua situação social, recebeu certas designações, certos estigmas. “Criança” ou “menor”? Eis a escala “criada” para demarcar os espaços sociais. Percebemos que os discursos analisados nesta dissertação trataram de “níveis de civilidade” na infância. Assim, havia as crianças “ideais” e as crianças “desordeiras”. Essas últimas, se fossem submetidas à disciplina em instituições, poderiam ser “salvas”. Por isso, houve em nosso país inúmeras propostas de tratamento a esse perfil de criança que não correspondia aos padrões da normalidade.

Procurou-se mostrar primeiramente, por meio das fontes do Jornal *O Pharol*, como se construiu o “problema menor” e discutir como esse conceito se formou historicamente. Vários artigos foram escritos naquele veículo, desnudando os conflitos sociais que se dão nos espaços da ordem e da desordem. Visualizamos, assim, a ameaça sentida pela classe dominante guarapuavana com a presença indesejada do “menor desordeiro” e, respectivamente, as tentativas de “defesa”, que se evidenciaram na proposta do “Orphanato da Independência” e no plantio da “Árvore da Independência”, ambos do ano de 1922, ironicamente, o ano em que se comemorava o Centenário da “Independência” do Brasil. Como um ato comemorativo, propôs-se a retirada daqueles que promoviam a desordem do convívio social.

Posteriormente, partiu-se para a análise das imagens e fotografias de criança que integraram a revista paranista *Ilustração Paranaense*, nos anos de 1927 a 1930. Detectou-se a maciça presença da criança branca e de elite e a total ausência do “menor”. No periódico figurou a “criança ideal”, que não deixa de ser uma representação. A preferência por tal perfil de criança fala de algo mais sério do que parece: fala da sintonia dos intelectuais paranistas

com as concepções eugênicas que estavam em alta no início do século XX. Assim se entende o interesse pela divulgação tão somente da “infância branca”, pois ela representou o que havia de “melhor” para tais intelectuais. Ela era a “esperança” de um Paraná ordenado, de um futuro glorioso.

Por fim, mostrou-se um pouco do pensamento sobre a infância do principal articulador do movimento paranista, Romário Martins. Esse intelectual foi o principal colaborador da *Ilustração Paranaense*, porém, na sua carreira de homem público, formulou um projeto de lei destinado ao “menor desvalido”: a Colônia Infantil Agrícola. Logo, entende-se que, para ele, nada melhor do que o trabalho para a criança pobre. Ele atuaria no sentido regenerador. Enquanto a criança da classe dominante aparece na revista paranista, a pobre é retirada do convívio social, para bem longe dos olhos da “elite”. A ela caberia o trabalho agrícola. Viu-se também quão defensor da agricultura foi Romário Martins, pois na sua visão ela era a melhor de todas as profissões e por seu meio o progresso chegaria ao Paraná. Educar pobres e caboclos para esse tipo de trabalho seria então, um bom negócio.

Essas foram as principais discussões apresentadas ao longo desta dissertação. Sabe-se, no entanto, que a pesquisa histórica tem inúmeras possibilidades interpretativas. Como perspectiva para novos trabalhos a partir deste, temos as fotografias de criança editadas na *Ilustração Paranaense*, que não foram todas expostas aqui, devido ao recorte temático. Tem-se também uma grande quantidade de obras de Romário Martins, que podem ser analisadas por diversos ângulos, procurando compreender melhor e com mais profundidade a abrangência de seu discurso enaltecedor da terra e da agricultura, bem como suas propostas de ensino rural.

Finaliza-se este trabalho na trilha de Mary Del Priore: “parece-nos evidente que querer conhecer mais sobre a trajetória histórica dos comportamentos, das formas de ser e de pensar das nossas crianças, é uma forma de amá-las todas, indistintamente melhor.”<sup>235</sup> Assim, acredita-se que esses sujeitos históricos anônimos podem ser colocados por mais que de forma singela, mais próximos de nosso olhar.

---

<sup>235</sup> PRIORE, Mary Del. História das Crianças no Brasil. Op.cit. (p.17)

### FONTES:

Jornal *O Pharol*. *Ação policial contra o jogo*. Guarapuava, 28 de agosto de 1921. Ano III, n.86

Jornal *O Pharol*. Guarapuava, 04 de setembro de 1921. Ano III, n. 87

Jornal *O Pharol*. *Menores bêbados*. Guarapuava, 11 de setembro de 1921. Ano III, n. 88 (p.2)

Jornal *O Pharol*. *Uma idéia feliz! O Orphanato da Independência*. Guarapuava, 18 de dezembro de 1921. Ano III, n.102

Jornal *O Pharol*. Guarapuava, 08 de janeiro de 1922. Ano IV, n. 105

Jornal *O Pharol*. Guarapuava, 26 de fevereiro de 1922. Ano IV, n. 111

Jornal *O Pharol*. *O Orphanato*. Guarapuava, 07 de setembro de 1922. Ano IV, n. 129. Edição Comemorativa do Centenário do Brasil.

Jornal *O Pharol*. Guarapuava, 14 de maio de 1922. Ano IV, n. 121

Jornal *O Pharol*. Guarapuava, 22 de agosto de 1922. Ano IV, n. 127

*Ilustração Paranaense*. Mensário Paranista de Arte e Actualidades. Curitiba, ano I, n1, novembro de 1927

*Ilustração Paranaense*. Mensário Paranista de Arte e Actualidades. ano I, dezembro de 1927.

*Ilustração Paranaense*. Mensário Paranista de Arte e Actualidades. Curitiba, ano II, n3, março de 1928.

*Ilustração Paranaense*. Mensário Paranista de Arte e Actualidades. Curitiba, ano IV, n 1, Janeiro de 1930.

*Ilustração Paranaense*. Mensário Paranista de Arte e Actualidades. Curitiba, ano IV, n 7, julho de 1930.

MARTINS, Romário. *Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense*. Curitiba: IHGEP, v.23, 1974.

MARTINS, Romário. *Terra e Gente do Paraná*. Curitiba: Farol do Saber, 1995.

MARTINS, Romário. *Escola Agrônômica do Paraná*. Turma de Agrônomos de 1937.

Discurso. Orador da turma no ato de colação de grau. Curitiba: (s.n.). 1937.

MARTINS, Romário. *Escolas Rurais Especiais para a Educação e Socialização do Caboclo*. Boletim do Instituto Histórico e Geográfico Paranaense. Vol. 5, n.9, 1940. (p.1-14)

KEHL. Renato. *Pais, Médicos e Mestres*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1939.

**REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:**

- ARIÈS, Philippe. *História Social da Criança e da Família*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan S/A, 1981.
- BARTHES, Roland. *A câmara clara: nota sobre a fotografia*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.
- BIZZO, Nélio M. *Meninos do Brasil: idéias sobre reprodução, eugenia e cidadania na escola*. Tese de doutorado: USP, 1994.
- BLOCH, Marc. *Apologia da História ou o Ofício do Historiador*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- BOMENY, Helena. *Os intelectuais da educação*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.
- BOTO, Carlota. *Crianças à prova da escola: impasses da hereditariedade e a Nova Pedagogia em Portugal, da fronteira entre os séculos XIX e XX*. In: *Revista Brasileira de História*. v. 21. nº 40. São Paulo: ANPUH, 2001.
- CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 1994.
- CHARTIER, Roger. *A História Cultural: Entre Práticas e Representações*. Lisboa: DIFEL, 1990.
- CHARTIER, Roger. *O Mundo como Representação*. In: *À Beira da Falésia: a história entre certezas e inquietude*. Porto Alegre: Universidade UFRGS, 2002.
- CIAVATTA, Maria. *O Mundo do Trabalho em Imagens: A Fotografia como Fonte Histórica (Rio de Janeiro, 1900-1930)*. Rio de Janeiro: DP&A editora, 2002.
- COLOMBO, Irineu. *Adolescência Infratora Paranaense: História, Perfil e Prática Discursiva*. Tese de Doutorado. Universidade de Brasília, 2006.
- CORAZZA, Sandra Mara. *História da Infância Sem Fim*. Rio Grande do Sul: UNIJUÍ, 2000.
- COSTA, Jurandir Freire. *Ordem Médica e Norma Familiar*. Rio de Janeiro: Graal, 1999.
- DARMON, Pierre. *Médicos e Assassinos na Belle Epoque*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991

- FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. São Paulo: Loyola, 1993.
- \_\_\_\_\_. *Vigiar e Punir: história da violência nas prisões*. Petrópolis: Vozes, 1999.
- GINZBURG, Carlo. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. In: *Mitos, emblemas e sinais*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- GOFFMAN, Erving. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan S.A., 1988.
- KRAMER, Sonia & LEITE, Maria Isabel Ferraz Pereira (org.). *Infância: fios e desafios da pesquisa*. Campinas: Papyrus, 1996.
- LAPLANTINE, François. *Aprender Antropologia*. São Paulo: Brasiliense, 2000.
- LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. 2ed. Campinas: UNICAMP, 1992.
- LONDOÑO, Fernando Torres. A origem do conceito menor. In: PRIORE, Mary Del (org.). *História da Criança no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1996.
- LUCA, Tania Regina de. *A Revista do Brasil: Um Diagnóstico para a (N) ação*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.
- MACIEL, Maria Eunice de S. *A Eugenia no Brasil*. Anos 90: Revista do Programa de Pós-Graduação e História, UFRGS, Porto Alegre – n 11, julho de 1999.
- MARCÍLIO, Maria Luiza *História Social da Criança Abandonada*. São Paulo: HUCITEC, 1998.
- MARIANO, Hélvio Alexandre. *A assistência à infância e o amparo à maternidade no Brasil entre o público e o particular*. Tese de doutorado. Assis (SP): UNESP, 2006.
- MENDONÇA, Sônia Regina de. *O Ruralismo Brasileiro (1888-1931)*. São Paulo: Hucitec, 1995.
- \_\_\_\_\_. *A balança, a régua e o arado: sistemas de ensino e habitus de classe na primeira republica*. Cadernos do ICHF. Niterói: UFF, n.48, nov., 1992.
- MOTA, André. *Quem é bom já nasce feito: sanitarismo e eugenia no Brasil*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.
- MOTTA, Márcia. (org.) *Dicionário da Terra*. Rio de Janeiro: civilização Brasileira, 2005
- MOURA, Esmeralda Blanco Bolsonaro de. *Meninos e meninas na rua: impasse e dissonância na construção da identidade da criança e do adolescente na República Velha*. In: Revista Brasileira de História. v. 19. n° 37. São Paulo: ANPUH, 1999.
- NAXARA, Márcia Regina Capelari. *Estrangeiro em sua própria terra: representações do brasileiro, 1870/1920*. São Paulo: Annablume, 1998. (p.37)

- OLINTO, Beatriz Anselmo. “*Pontes e Muralhas*”: diferença, lepra e tragédia (Paraná início do século xx) Tese de doutorado: UFSC, 2002.
- PEREIRA, Luis Fernando Lopes. *Paranismo: Cultura e imaginário no Paraná dos anos 20*. In: Revista Paranaense de História. v. 1. ANPUH-PR, 1996.
- PERROT, Michelle. *Os Excluídos da História: operários, mulheres e prisioneiros*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.
- PRIORE, Mary Del. O Papel Branco, a Infância e os Jesuítas na Colônia. In: *História da Criança no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1996.
- SANTOS, Marco Antonio Cabral dos. Criança e Criminalidade no início do século. IN: PRIORE, Mary Del (org.). *História das Crianças no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2002.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. *Um discurso sobre as ciências*. São Paulo: Cortez, 2003.
- SILVA, Ana Paula Barcelos Ribeiro da. *Discurso Jurídico e (Des)Qualificação Moral e Ideológica das Classes Subalternas na Passagem à Modernidade: Evaristo de Moraes (1871-1939)*. Dissertação de Mestrado: UFF, 2007.
- SOUZA, Fabrício Leal de. Nação e Herói: A Trajetória da Intelectualidade Paranaense. Dissertação de mestrado: Assis, 2002 (UNESP – Assis).
- TEMBIL, Márcia Terezinha. *História, Memória e Imaginário: Guarapuava, uma cidade no processo de modernização (1950-2004)* Tese de doutorado: Assis, 2004.
- WILLIAMS, Raymond. *O campo e a cidade: na história e na literatura*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.